

RITA ESMERALDA PALHINHA PAREDES

**A DIMENSÃO DA POBREZA NO BAIRRO DA
ABILHEIRA EM QUARTEIRA**

..

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, em Lisboa, no curso de Mestrado em Serviço Social e Política Social, conferido pela na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientadora: Professora Doutora Regina Queiroz, Professora Associada da ULHT

Co-orientadora: Professora Doutora Maria Irene Lopes B. de Carvalho, Professora Auxiliar Convidada da ULHT

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa
2011

Epígrafe

Pobreza

*O mundo só pode ser
Melhor do que até aqui,
Quando consigas fazer
Mais pelos outros que por ti!*

*Crês que ser pobre é não ter
Pão alvo ou carne na mesa?
Mas é pior não saber
Suportar a pobreza!*

*O luxo valor não tem
Nos que nascem para pequenos:
Os pobres sentem-se bem
Com mais pão e luxo na mesa!*

*A esmola não cura a chaga;
Mas quem a dá não percebe
Que ela avilta, que ela esmaga
O infeliz que a recebe.*

*A ninguém faltava o pão,
Se este dever se cumprisse:
Ganharmos em relação
Com o que se produzisse*

Dedicatória

Do fundo da minha alma e do meu coração,
uma sentida e generosa gratidão à minha mãe,
mulher compassiva e genuinamente boa;
ao meu padrasto e avó materna, por todo o amor e dedicação...
A minha vida não estaria completa sem cada um de vocês a meu lado.
Obrigada por acreditarem nas minhas capacidades.

Agradecimentos

Não poderia deixar passar, neste trabalho já concluído, a minha infinda gratidão ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Sebastião Seruca Emídio, e ao ex-vereador Manuel Possolo, pois sem auxílio e compreensão de ambos esta dissertação jamais teria sido concluída.

A todos os inquiridos do Bairro da Abilheira, pela disponibilidade e sinceridade que demonstraram ao preencher o instrumento deste estudo, sem os quais o mesmo não poderia ter sido consumado, o meu mais sincero agradecimento.

Agracio também as minhas orientadoras, que tiveram um papel determinante na elaboração desta minha tese. Assim, deixo o meu reconhecimento especialmente à Professora Doutora Regina Queiroz, orientadora, e à Professora Doutora Maria Irene de Carvalho co-orientadora. Esta tese não teria sido concluída sem o inconsumpto apoio, compreensão e flexibilidade de ambas.

Não posso, ainda, deixar de agradecer à minha querida amiga e colega Telma Alexandre que, ao longo de tantas etapas juntas, sempre me abraçou, me ouviu, me aconselhou... Foi conseguindo provar e efetivar a nossa amizade! Para além disto, esta generosa amiga, que comigo tem caminhado, revelou uma paciência infinita e uma extensa dedicação, tendo conseguido acompanhar-me e amparar-me quer nos momentos de maior tristeza ou insegurança, quer nos momentos em que reinava a alegria e a tranquilidade.

Um sincero, sentido e leal agradecimento à minha bondosa mãe, pela força, apoio, amor, dedicação e compreensão, por continuar a mostrar-se presente nos momentos mais delicados e decisivos da minha vida. Valorizo, também, os ensinamentos que me foram passados, pois com eles aprendi que nada de benévolo se produz sem empenho, amor e premência. O otimismo que me foi transmitido, por aquela que me gerou e que me amou incondicionalmente, consegue elevar-me e opulentar-me de motivação e segurança... Ao meu padrasto, que sempre fez questão de expressar que na vida nada se obtém sem esforço ou perseverança; e aos meus avós, pelos sábios ensinamentos denotados em coragem para enfrentar as dificuldades da vida, o meu inmensurável agradecimento.

Resumo

A pobreza é, atualmente, um dos traços mais negativos da sociedade.

O trabalho conhecido de alguns especialistas dá-nos uma noção da extensa gravidade e persistência da pobreza, bem como lança alguma luz sobre as causas que a explicam.

Esta investigação aborda a dimensão da pobreza no Bairro da Abilheira, situado na cidade costeira de Quarteira, e o tema surge do interesse em trabalhar diretamente com indivíduos que necessitam, de alguma forma, de apoio social, humanitário e, até mesmo, afetivo/emocional. Esta investigação contribui com mais uma abordagem sobre a pobreza, a nível local, sendo um contributo para entidades ou indivíduos que se queiram debruçar sobre esta temática/problemática.

O acervo monográfico poderá traduzir-se num envolvimento por parte das entidades locais para resolverem, com mais facilidade, as questões aqui expostas.

A metodologia utilizada para este estudo baseou-se na entrevista exploratória com guião, aplicada às três Técnicas Superiores responsáveis pelo Bairro e um inquérito por questionário, dirigido aos habitantes do Bairro. Aos agregados foi aplicado um instrumento de recolha de informações, tendo estado envolvidos 63 participantes. Os métodos utilizados foram qualitativos e quantitativos.

A pobreza existente no Bairro da Abilheira parece estar relacionada com vários factores que a determinam... O emprego precário parece ter neste Bairro um papel influente. Conflitos e criminalidade parecem ser outros fatores marcantes na exclusão social e, por conseguinte, na intervenção social.

Palavras-chave: Pobreza; Exclusão Social; Intervenção Social;

Abstract

Poverty is currently as one of the most negative features of society.

The work known to some experts gives us an idea of the extensive, severity and persistence of poverty, as well as shed light on the causes that explain it.

This research addresses the extent of poverty in the cost city of Abilheira in Quarteira. This issue stems from an interest in working directly with individuals in need, somehow, social support, humanitarian and partly, even effective/emotional. This investigation contribute whit one more approach about poverty in a local neighborhood place, gives a recommendation to institutions or persons who wants to pore in this subject matter.

This monographic collection into involvement by local authorities to deal with more ease, the questions presented here.

The methodology used for this study was based on a exploratory interview with the script applied to the three Technical Institutions responsible for the district and the investigation conducted by questionnaire to inhabitants of the neighborhood. Aggregates was applied a collection of information evolved 63 participants. The methods used were qualitative and quantitative.

Poverty exists in the neighborhood the neighborhood of Abilheira seems related to several factors as a determineted... The precarious employment in this district seems to have an important role. Conflict and crime appear to be other important factors in social exclusion and as social intervention.

Word-key: Poverty; Social exclusion; Social intervention

Abreviaturas

AMI - Assistência Médica Internacional

APAF - Associação Portuguesa de Arte Fotográfica

ASFL - Associação sem Fins Lucrativos

BA - Banco Alimentar

CE - Comunidade Europeia

CIDM - Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

CIES/ CESO - Centro de Investigação Estudos Sociais

DE - Diário Económico

EAPN - *European Anti-poverty Network*

FSE - Fundo Social Europeu

GNR - Guarda Nacional Republicana

IDT - Instituto da Droga e Toxicodependência

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ONGD - Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

ONU - Organização das Nações Unidas

PALOP's - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PNAI - Plano Nacional da Ação para a Inclusão

REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza Nacional

RSI - Rendimento Social de Inserção

RMG - Rendimento Mínimo Garantido

RMI - Rendimento Mínimo de Inserção

UE - União Europeia

Índice

Introdução	11
 CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL	 14
1. A Pobreza.....	14
1.1. Os tipos de pobreza.....	16
1.2. A pobreza urbana e rural.....	18
1.3. Cultura da pobreza	20
1.4. Integração de uma nova classe na pobreza	21
1.5. Globalização e pobreza	23
2. A exclusão social	26
2.1. Pobreza e exclusão social.....	28
2.2. Reflexão sobre a pobreza e a exclusão social na União Europeia	31
 CAPÍTULO II – POLÍTICAS E RESPOSTAS SOCIAIS DA POBREZA	 34
1. Intervenção social.....	34
2. Luta contra a pobreza e a exclusão social.....	36
3. Programa de combate à pobreza a partir de 1986 em Portugal.....	37
4. Rede europeia anti-pobreza de Portugal	43
5. Pobreza e exclusão em contexto de políticas sociais	46
5.1. Plano nacional da ação para a inclusão: PNAI 2006- 2008	46
5.1.1. Contexto europeu	46
5.1.2. Objetivos do PNAI.....	48
5.1.3. Algumas medidas de proteção social	48
 CAPÍTULO III - RESULTADOS	 49
1.Caracterização dos residentes segundo as Técnicas Superiores	49
1.1. O Bairro	52
1.2. Associações de apoio	52

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO	54
2.1 Caracterização sócio-biográfica dos residentes	54
2.2. Análise da pobreza no Bairro.....	55
2.3. Apoio social	57
2.4. Relação com o Bairro	57
3. Problemas e conflitos no Bairro.....	58
3.1. Intervenção no Bairro	59
3.2. Segurança e futuro do Bairro	61
 Conclusão	 72
 Bibliografia Geral	 76
 Apêndices.....	 80
Apêndice I- Carta dirigida ao Exmo. Sr. Presidente do Município de Loulé, Sebastião Seruca Emídio.....	80
Apêndice II- Entrevista à Técnica Superior que apoia o Bairro	81
Apêndice III - Entrevista realizada à Técnica Superior responsável pela Associação “Boa Onda”	84
Apêndice IV - Entrevista realizada à Coordenadora do Bairro da Abilheira	87
Apêndice V - Inquérito por questionário aplicados aos habitantes do bairro	90
Apêndice VI - Análise de conteúdo das entrevistas às Técnicas Superiores.....	94
Apêndice VII - Tabelas de valores de frequência absoluta e valor percentual para as variáveis	98

Índice de Tabelas

Tabela 1- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, Habilitações literárias.	56
Tabela 2- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, situação atual.....	57
Tabela 3- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, o Município tem apoiado, na sua opinião, o Bairro	61
Tabela 4 - Tabela de contingência idade, habilitações literárias, sexo	63
Tabela 5 - Tabela de contingência idade, situação profissional atual e filhos.....	66
Tabela 6- Tabela de contingência percentual problemas no Bairro e o nº de anos que habitam no Bairro	66
Tabela 7 - Tabela de contingência situação atual e apoio social	67
Tabela 8- Tabela de contingência o que mudaria no bairro, idade	69
Tabela 9 - Tabela de contingência a nível pessoal quais as dificuldades mais presentes no seu dia a dia, situação atual.....	70
Tabela 10 - Tabela de contingência renda da casa e apoio social.....	70
Tabela 11 - Tabela de contingência o Município tem apoiado o Bairro, considera necessário a construção da associação de moradores	71

Introdução

Este estudo foi realizado no âmbito do Mestrado em Serviço Social e Política Social e teve como principal objetivo abordar o problema da pobreza, no Bairro “Abilheira”, no Concelho de Loulé, situado na Avenida de Ceuta, em Quarteira.

A principal razão da escolha deste tema foi compreender a situação atual de pobreza do Bairro em causa, proporcionando, assim, aos técnicos de intervenção social um conhecimento actualizado, permitindo a sua ação mais focalizada nos problemas de cada agregado.

“Quem não sabe o que seja a pobreza! Vemo-la todos os dias, nas ruas, á porta das igrejas, debaixo das arcadas ou nas escadas do metro. Nascemos, crescemos e vivemos ao lado dela, se não no meio dela, alguns mesmo dentro dela. Sabemos que não é de hoje nem de ontem. Quem não sabe dizer o que é ser pobre?” (Bruto da Costa, 2008, p. 19).

A questão de investigação deste estudo foi compreender se a pobreza no Bairro da Abilheira varia em função das políticas de inclusão desenvolvidas no Município de Loulé.

“A pobreza deve ser entendida como uma situação existencial para a qual concorrem não só às necessidades materiais, mas também elementos de ordem psicológica, social, cultural, espiritual, etc., que em conjunto, geram uma condição existencial que afecta os mais diversos aspectos da vida e da personalidade, bem como a relação do pobre com os outros e com a sociedade em geral” (Bruto da Costa, 2008, p. 22).

Foi nesse contexto que surgiu o interesse em identificar os mecanismos que estão por detrás da pobreza. Assim, pretendeu-se reconhecer as causas da pobreza e as possíveis consequências na população deste Bairro, de modo a que possam ser encontradas soluções estáveis para uma melhor sustentabilidade ou subsistência.

Para entender a pobreza neste Bairro em concreto, realizou-se, a nível teórico, uma pesquisa documental referente à situação do nosso país. Pretendeu-se, assim, entender se a origem da situação de pobreza é social, económica ou política.

A população residente no Bairro da Abilheira foi questionada, de modo a que pudesse compreender os mecanismos que a conduziram à situação de pobreza atual, com o intuito de que aquelas gentes pudessem interiorizar e analisar o seu historial de vida, as condições atuais e as possibilidades que dispõem para a vida futura.

Este trabalho de pesquisa visou a elaboração de uma investigação séria, a qual explorou algumas questões relacionadas com a pobreza existente no Bairro em estudo. Com isto, é tido como fulcral que se compreenda como é que os indivíduos que habitam este lugar vivenciam o seu quotidiano, a sua rotina.

Elaborada a questão de investigação, foram definidos os objetivos que se traduziram em:

- conhecer o problema da pobreza no Bairro da Abilheira, no concelho de Loulé;
- identificar as causas, características e as consequências da pobreza no Bairro da Abilheira;
- identificar as instituições, organizações e projectos, a nível do Município de Loulé, que tentam dar resposta às necessidades dos residentes no Bairro da Abilheira.

No decorrer desta investigação, foi necessário definir a metodologia que se constituiu como um fio condutor na composição da estrutura desta pesquisa descritiva. A metodologia utilizada foi quantitativa, com a aplicação do inquérito por questionário, efetuado à amostra de 63 indivíduos, onde foi inquirido um membro de cada agregado familiar. No Bairro existem, atualmente, 318 indivíduos que compõem 63 agregados familiares.

Também se utilizou o método qualitativo, com a realização de entrevistas exploratórias com guião, a três Técnicas Superiores responsáveis pelo Bairro. Assim, foram inquiridas:

- a responsável pela Associação “Boa Onda”, presente no Bairro;
- a coordenadora do Bairro na Autarquia de Quarteira;
- a técnica que acompanha o Bairro na Autarquia.

Quando entrevistadas, as técnicas não concordaram com a gravação das entrevistas, justificando-se com o facto de considerarem comprometedor tal situação, dado os cargos exercidos.

Na realização desta investigação foi utilizada a norma APA (*American Psychological Association*) como referência.

Este estudo dividiu-se em três capítulos distintos. No primeiro capítulo foi exposto o enquadramento teórico-conceptual, onde são abordados pontos fulcrais para o enquadramento dos objetivos propostos. Assim, foram definidos conceitos como o de pobreza, os vários tipos de pobreza, a cultura da pobreza e os novos pobres. O conceito de exclusão foi explicada, bem como o de globalização. Foi mencionada, ainda, uma breve reflexão sobre a pobreza e exclusão social na União Europeia e em Portugal.

O capítulo II apresentou uma abordagem sistemática sobre as políticas e as respostas sociais para a pobreza. Dentro deste ponto incluiu-se uma referência à intervenção social, bem como à luta contra a pobreza e exclusão social. De referir ainda outros pontos, nomeadamente o programa de combate à pobreza em Portugal, a Rede Europeia Anti-Pobreza e a explicação sobre algumas políticas públicas de efeitos sociais. O Plano Nacional da Ação para a Inclusão (PNAI) 2006-2008 foi explicado no contexto europeu e enunciados os seus objectivos.

No capítulo III foi apresentada a parte empírica da investigação e a análise de dados. Foram explicados todos os itens referentes à caracterização do Bairro, perfil dos residentes e a intervenção de diversas entidades, como o Município de Loulé, no Bairro. Seguiu-se a discussão dos dados. A análise e caracterização dos residentes foram realizadas neste ponto; depois analisou-se a pobreza no Bairro, o apoio social e a relação social. Outro dos pontos traduziu-se na dimensionalidade da deteção da problemática social, ou seja, pretendeu-se contextualizar a dimensão da pobreza, visto este ser o problema dominante.

Realizada a análise de todos os dados, seguiu-se a discussão dos mesmos. Finalizou-se o acervo desta tese com a conclusão, tendo as referências utilizadas neste estudo ficado inseridas na parte pós-textual.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

1. A Pobreza

A pobreza é, por natureza, uma realidade pluridimensional, caracterizada por uma situação de carência em aspetos diversos das condições de vida, mais precisamente, em domínios ligados a necessidades elementares (alimentação, vestuário, habitação, educação, etc.). Por norma, uma carência não corre isoladamente. A pessoa “ou família” em estado de privação num domínio, normalmente também tem carências noutros domínios (...) (Costa, 1984).

“A pobreza define-se, primariamente, com referências a níveis e condições de vida. Seja qual for o conceito adotado para a definir, absoluto, relativo, ou subjetivo, a pobreza preocupa-se com as condições que têm de ser satisfeitas ou os recursos necessários para se ter acesso a um dado padrão de vida. Por outro lado, a noção de pobreza assume a existência de um limiar abaixo do qual os recursos significam pobreza...” (Bruto da Costa, 2008, p. 53).

Amartya Sen¹ (1982), citado por Bruto da Costa (2008), associa a pobreza à falta de liberdade. Trata-se de uma perspetiva nova, uma vez que o mesmo nos conduz ao aprofundamento do próprio conceito de liberdade. Neste sentido, uma pessoa com fome não é livre. Antes de mais não é livre de comer. Acresce que quem não é livre de comer, também não tem condições para o exercício da liberdade noutras dimensões. Quer isto dizer que, na prática, a liberdade só tem sentido quando existe associada às condições efetivas do seu exercício.

“A relação da pobreza, em geral, e da fome, em particular, com a liberdade, também serve para mostrar que a privação, mesmo quando seja apenas na forma elementar de privação alimentar, não é apenas material. Repercute-se noutras formas de necessidades humanas, materiais e imateriais” (Bruto da Costa, 2008, p. 23).

Segundo Bruto da Costa (2008), citando Manuela Silva², o primeiro estudo sobre pobreza em Portugal data de 1982 e concentrou-se na análise do crescimento económico e pobreza no país, com base nos dados constantes do inquérito às receitas e despesas das famílias portuguesas do Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 1950

1Sen, Amartya (1982), *Poverty and famines – An essay on Entitlement and Deprivation*, Claredon Press/ Oxford University press, UK.

2 Silva, Manuela (1982), *Crescimento Económico e Pobreza em Portugal (1950-1974)*, in *Análise Social*, vol. xviii, nºos 72-73-74, Instituto de Ciências Sociais.

e 1974. Tendo sido descrito pela autora com um estudo “rudimentar” no que se refere aos instrumentos analíticos e de cálculo utilizados. Os resultados da análise desenvolvida deram um contributo essencial para ajudar a demonstrar a extensão de pobreza em Portugal e, sobretudo, para demonstrar a necessidade de lançar um inquérito específico dirigido a famílias pobres, complementando as perspetivas de análise possibilitadas pelo recurso a estatísticas oficiais então existentes. (Bruto da Costa, 2008, p.11).

Em 1989 outro estudo lançou um novo inquérito direto à população pobre residente em áreas urbanas, focalizando agora a sua análise sobre a população residente em Bairros degradados de Lisboa, Porto e Setúbal (cf. Bruto da Costa, 2008).

Segundo Bruto da Costa (2008), citando Silva e Rasgado (1999), os primeiros estudos acerca da pobreza em Portugal “nasceram por iniciativa de autores individuais, em regra com relação com o meio académico (...)”. A seguir a estas investigações, em Portugal vimos despertar uma manifesta procura científica neste domínio que se traduziu na publicação de diversos estudos e na produção de um conjunto maior de trabalhos de investigação procedentes de diversos contextos (cf. Bruto da Costa, 2008).

Ao mesmo tempo verificou-se uma variação crescente das áreas científicas empenhadas na realização e difusão do conhecimento científico sobre a exclusão social e a pobreza em Portugal. Todavia, a própria complexidade dos factos em questão têm conduzido a uma interligação entre disciplinas das suas abordagens e teorias.

Segundo Paul Spicker, citado por Bruto da Costa (2008), a pobreza associada à carência material pode resumir-se à privação de certos bens e serviços essenciais, como a alimentação e a energia. Isto traduz-se na impossibilidade de aceder a bens essenciais à sobrevivência. Esta abordagem de análise pode ser mais abrangente e inquietar-se com uma condição geral de carência em vários aspectos, não valorizando certas carências em determinados domínios, e de modo persistente ao longo de um determinado tempo.

A pobreza, como conceito averiguado, como situação, carência de recursos, de que o sujeito ou a família dispõe para compensar necessidades consideradas mínimas, salienta o aspeto equitativo do fenómeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). A exclusão social, enquanto conceito, precisa os aspetos relacionais do fenómeno, quando defrontarmos este conceito enquanto situação social (Pereirinha, 1992, p.110).

As diversas perspetivas em que a pobreza tem sido definida, e que Spicker decidiu reunir e sistematizar, mereciam uma análise crítica, eventualmente começando

por acrescentar mais algumas maneiras de perceber a pobreza (cf. Bruto da Costa, 2008).

1.1. Os tipos de pobreza

Para Bruto da Costa (1984), o desenvolvimento do conceito de pobreza incide, em parte, nos distintos contributos de abordagens, patenteando uma evolutiva desmultiplicação do conceito em diversas dimensões que pretendem enquadrar novas realidades ligadas à pobreza.

Surgiram algumas dicotomias relacionadas com o conceito de pobreza, as quais sugerem uma grande diversificação deste conceito da pobreza. Pobreza absoluta/relativa, pobreza objetiva e subjetiva, pobreza tradicional (velha) / nova pobreza, pobreza rural/urbana, pobreza temporária/pobreza duradoura (longa duração). Quando a pobreza é considerada de longa duração irá ter reflexão a nível psicológico, cultural, social e comportamental. Esta noção de exclusão social irá traduzir-se, consequentemente, numa situação de sem-abrigo que se caracteriza como a situação mais penosa da exclusão social e pobreza (Cf. Costa, 1984).

Segundo Bruto da Costa (2008), Seebom Rowntree é o autor mais frequentemente apontado como tendo sido o pioneiro na utilização do conceito universalista (também designado por absoluto, por oposição a relativo), no seu célebre estudo sobre a pobreza na cidade de York (Reino Unido), inicialmente publicado em 1991. Rowntree definiu o limiar de pobreza como a “despesa mínima necessária à manutenção de mera saúde física”, ou seja, à alimentação, renda de casa e “diversos domésticos” (roupa, luz, combustível, etc.). Mais precisamente, Rowntree definiu a pobreza primária como o estado das famílias cujos “proventos totais são insuficientes para obter os bens e serviços mínimos necessários à manutenção de eficiência meramente física” (Bruto da Costa, 2008, p.32).

O carácter “absoluto” da definição de Rowntree pode ser associado às duas seguintes características:

a) a pobreza foi definida com referência a um conjunto de necessidades básicas identificadas por via normativa;

b) o conceito que essas necessidades são influenciadas mas não totalmente determinadas, pelo nível económico da sociedade, pelos padrões de distribuição do

rendimento e da riqueza e pelos níveis de vida do que a pessoa usufruiu no passado (Bruto da Costa, 2008, p.34).

A pobreza absoluta refere-se a um nível que é consistente ao longo do tempo e entre países. Está enraizada na ideia de subsistência, as condições básicas que permitem sustentar uma existência física saudável. Diz-se que pessoas que carecem de requisitos fundamentais para a existência humana, tal como comida suficiente, abrigo e roupa vivem em situação de pobreza. Considera-se o conceito de pobreza absoluta universalmente aplicável.

Defende-se que os padrões de subsistência humana são mais ou menos os mesmos para as pessoas de idade e constituição física equivalentes, independentemente do local onde vivem. Qualquer indivíduo, em qualquer parte do mundo, vive na pobreza se estiver abaixo deste padrão universal. Uma técnica comum para medir a pobreza absoluta consiste em determinar uma linha da pobreza, baseada no preço dos bens essenciais à sobrevivência humana em determinada sociedade (cf. Bruto da Costa, 2008).

A pobreza relativa relaciona a pobreza com o padrão de vida geral prevalecente numa determinada sociedade. Os defensores do conceito de pobreza relativa também afirmam que a pobreza é culturalmente definida e não deve ser medida de acordo com um padrão de privação universal. É errado assumir que as necessidades humanas são idênticas em todo o lado... De facto, elas diferem entre sociedades e no seio destas.

Como vimos, o conceito absoluto não é totalmente insensível à dimensão relativa das necessidades. (Bruto da Costa, 2008, p.40).

Uma das críticas mais globais e pormenorizadas ao conceito absoluto foi, no entanto, desenvolvida e apresentada por Peter Townsend, o principal arquiteto do conceito relativo de pobreza, que introduz várias alterações ao conceito de pobreza, substituindo variáveis que permitiram definir a pobreza como a inacessibilidade aos sistemas que a sociedade coloca ao dispor de cada indivíduo ou família (Bruto da Costa, 2008, p. 40).

A pobreza subjetiva caracteriza-se por reproduções da pobreza instituídos pelos atores e grupos da sociedade que são colocados em questão, admitindo percepção e perspetiva subjetiva da pobreza. A pobreza objetiva possibilita qualificar objetivamente os pobres, isto porque se baseia num paradigma que tipifica situações de pobreza (Bruto da Costa, 1984).

Assim, ao passo que no caso das abordagens “objetivas a influência dos juízos subjetivos na definição de necessidades e do limiar da pobreza é inevitável (embora não desejada), os métodos “subjetivos” são intencionalmente baseados nas opiniões e juízos dos próprios pobres e da opinião pública (a sociedade em geral) ” (Bruto da Costa, 2008, p. 49).

Por outras palavras, as abordagens “objetivas” (absolutista ou relativista) facultam uma “classe” prescritiva de definições”, ao passo que a perspectiva subjetiva considera corresponder a um “consenso social” ou a uma “abordagem consensual” (cf. Bruto da Costa, 2008).

De acordo com Paugan (1996), a pobreza da sociedade industrial conduziu à crise com os fundamentos desta sociedade. As sociedades contemporâneas têm outro problema, como a instabilidade no emprego, a inexistência de qualificações, desemprego, dúvida em relação ao futuro. Não é um fenómeno individual, mas um produto social vivido pelos indivíduos. A velha pobreza era característica dos que não acompanhavam o progresso. A nova resulta do progresso económico. Já não se trata apenas de um problema de desigualdades numa mesma sociedade, mas da angústia individual resultante do risco de desemprego da fraca implicação na vida coletiva, da perda progressiva da identidade profissional quando o desemprego surge e se prolonga. A vergonha passa a dominar o quotidiano, rompem-se os laços com os grupos de amigos, as redes de relações quebram-se, a própria família deixa de ser integradora, emerge a solidão, o isolamento, aponta o “ficar fora”, a perda do “laço social”, a “desqualificação social”.

1.2. A pobreza urbana e rural

Quanto à pobreza urbana, as pessoas consideradas pobres têm a noção aparente de que se encontram numa situação de pobreza, sendo que, ser considerado “pobre urbano” reforça a consciência da situação de pobreza, uma vez que os indivíduos que têm noção da sua situação e sabem que não têm capacidades para estar noutro lugar, por outro lado, porque vêem a diferença da sua habitação para os outros tipos de habitação na cidade, onde faz sobressair as suas necessidades de alojamento e conseqüentemente de vida. (Cf. 1989). Devido à acumulação de desvantagens e à sua consciência por parte

das populações pobres, vão surgir, então, entre estes, sentimentos de injustiça social que podem, por sua vez, desembocar situações de revolta social.

A questão da pobreza urbana está incluída num amplo quadro de referências teóricas e conceptuais, em que as complexidades das realidades sociais mudam o perfil dos discursos ideológicos e novas interpretações passam a refletir a percepção social da pobreza e da ação da cidade face a esse fenómeno (Siqueira, Uliana & Merlo, 2001, p.279).

Segundo Bruto da Costa (1984), a pobreza urbana traduz formas de exclusão social que encerram dois *locus* diferenciados. Anualmente, traduz-se como uma escassez básica de recursos provenientes da baixa produtividade agrícola e pela falta de atividades económicas alternativas, agravada por uma alta dependência face às prestações da segurança social, por parte de uma população maioritariamente idosa. No meio urbano, a pobreza reveste formas mais visíveis e extremas de exclusão. A pobreza urbana afeta diversos grupos sociais, refletindo problemas associados a baixos rendimentos e desemprego, à falta de qualificações (e à incapacidade de as desenvolver), à precariedade de emprego, às situações de doença ou de problemáticas sociais diversas (toxicodependência, alcoolismo, deficiência, etc.).

Há expressões subjacentes aos processos de urbanização, estando estas associadas a mecanismos de discriminação e de segregação espacial. O processo de urbanização tem facilitado as satisfações de algumas necessidades básicas, mas não tem resolvido o problema social que é a pobreza urbana.

Robert Chambers (1995) investigou a analogia de dois estratos sociais, tentando explicar em que consistem as desigualdades sociais no meio rural. Na opinião de Chambers, as desigualdades sociais tanto acontecem no meio rural como no meio urbano. Explica, ainda, que existe um enorme distanciamento entre os ricos e os pobres que contribui para que estes conceitos não se juntem. Deste modo, este autor realça que os ricos caracterizam e rotulam os pobres com diversos conceitos depreciativos.

Chambers refere que o indivíduo pobre reside distante da Vila com condições de vida muito melhores, impedindo-o de se interessar e de se informar sobre os assuntos públicos que o possibilitavam de proporcionar melhores condições de vida. Não têm acesso à educação, é debilitado fisicamente, vulnerável às doenças e adversidades naturais e, se adquirir dívidas com qualquer tipo de compromisso, corre o risco de empobrecer cada vez mais.

1.3. Cultura da pobreza

Lewis (1969) conceitua a cultura da pobreza como sendo tanto uma adaptação quanto uma reação dos pobres à sua posição marginal numa sociedade estratificada em classes, altamente individualista e capitalista. Representa um esforço para enfrentar os sentimentos de desesperança e desespero que se desenvolvem quando verificam a impossibilidade de alcançar êxito de acordo com os valores e objetivos da sociedade envolvente.

A cultura da pobreza é uma teoria formulada pelo antropólogo Oscar Lewis (1969) nos seus estudos de comunidades de Porto Rico e do México. Lewis identificou o que acreditava ser um fator importante na perpetuação da pobreza. Independentemente do que tenha originado padrões de desigualdade e pobreza na sociedade, argumentou que uma vez estabelecidos, a vida de pobreza tende a gerar ideias culturais que promovem comportamentos e pontos de vista que a perpetuam.

Os pobres podem perder a ambição de melhorar de vida, adotando a crença fatalista de que o trabalho pesado e ambição em nada irá melhorar a sua existência. Assim, essa cultura é transmitida de uma geração à outra. Num sentido, Lewis (1969) sugeriu que à medida que indivíduos se adaptam às circunstâncias da pobreza, eles tendem a desenvolver uma cultura compatível com ela e que por isso a sustentam. Esse facto ajudaria a explicar não só padrões de pobreza em sociedades, mas também a incapacidade de países em desenvolvimento de se expandirem também economicamente. Embora o autor tivesse o cuidado de observar que não acreditava que o conceito se aplicava além dos tipos de sociedade que estudava quando o desenvolveu, isso não impediu a sua vasta aplicação à pobreza encontrada em sociedades industriais, tais como a dos Estados Unidos (em relação aos afro-americanos e latinos), da França (árabes) entre outros membros da subclasse urbana de outros países, cada vez mais numerosa.

Neste contexto, temos uma estrutura lógica da cultura de pobreza como um modo de vida à parte da sociedade e na qual as suas características, em diferentes momentos históricos, emergem com maior força na sociedade moderna, onde a ideia de pobreza e a natureza da pobreza toma maior corpo físico (cf. Lewis, 1969).

A pobreza, vista como um modo de privação e complicações materiais, vai-se modificado num modo de vida a ser difundido pela sociedade e família. Tanto do ponto

de vista das famílias, como dos indivíduos, passando por regiões e países, a cultura da pobreza adota uma “imagem” espacial ou territorial, destinada pelas situações de classe, valores e atitudes que os pobres assumem tanto a nível individual como coletivo.

O conceito de cultura da pobreza permitiu chamar a atenção para “dimensões negligenciadas, tanto pelas abordagens em termos de privação como pelas abordagens em termos de exclusão pela rutura dos laços sociais”. A tradição da cultura da pobreza contribuiu, assim, para a compreensão dos “fenómenos específicos de inscrição espacial da pobreza em zonas particulares” e para a pesquisa das respostas desenvolvidas pelo pobre a sua situação através de “formas de cultura adaptativa e reativa” (cf. Lewis, 1969).

A sociedade desajustada gera relações de soberania de indivíduo para indivíduo. Estas são as condições básicas para uma grande carga política e ideológica das práticas humanas. Assim, dão-se as condições de afastamento, violência, subdesenvolvimento, fome e investigação como motor impulsor da cultura da pobreza. As condições dos pobres são a sua realidade, sugerindo geração após geração, grande sentimento de marginalidade, de desamparo, de dependência, de inferioridade, de infortúnio e falta de aspirações (cf. Lewis, 1969).

1.4. Integração de uma nova classe na pobreza

Fernando Nobre, presidente da Assistência Médica Internacional (AMI), revelou ao Diário Económico, a 16 de outubro de 2007 (DE) que “estamos acima da média europeia no que diz respeito à pobreza. O fosso entre ricos e pobres continua o maior da U.E. Temos uma nova “classe” de pobres com emprego, mas cujo salário não chega a fazer face às necessidades do agregado familiar. Os idosos e as famílias numerosas com três ou mais filhos são os que, atualmente, mais sofrem”.

Os novos pobres, para Fernando Nobre, são indivíduos que desempenham uma profissão, mas que o seu salário auferido não é suficiente para sobreviver. Os novos pobres, em Portugal, vivem no limite da pobreza, cerca de 4 milhões de portugueses podiam estar a viver na pobreza se não dependessem dos auxílios e apoios prestados pelo Estado, tais como os subsídios e pensões de reforma. Um terço da população ativa nacional, entre os dezasseis e os sessenta e quatro anos estaria pobre se dependesse apenas do trabalho.

Em 2004, a percentagem de pobres em Portugal era de 38%. Um ano depois ascendeu aos 42%. Trata-se de pessoas que sobrevivem com uma média de 360 euros por mês ou pouco mais de 4.300 euros por ano.

Jonet, responsável pelo Banco Alimentar (B.A), considera que o perfil dos pobres em Portugal foi-se alterando nestes últimos anos, declaração esta que se alicerça nos indicadores e nas solicitações que recebe das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), e das Misericórdias. «(...) Em Portugal, os desempregados e os idosos caracterizavam-se por serem os grandes grupos de pobres. Todavia, emergiu há cerca de três anos atrás um novo grupo a que se chamou “novos pobres”» proferiu em declarações à LUSA (Agência de Comunicação Social, 2008).

Estes “novos pobres” são indivíduos que “têm um emprego, até salário fixo ao final do mês, mas cujo rendimento não chega para cobrir as despesas e muitas das vezes” até angariam outro trabalho não declarado, mas mesmo assim não conseguem suportar as despesas” (Jonet, Agência de Comunicação Social, 2008). “São pessoas que não se adiam a pagar as despesas fixas como a dívida mensal da casa, água, luz, gás, eletricidade ou as escolas dos seus filhos, mas que agora se demoram porque o dinheiro não chega” (Ibid.). Jonet inclui aqui casos de

“trabalhadores a recibos verdes, outros afetados pela instabilidade com o emprego, indivíduos que contraíram créditos aos bancos e que, mais tarde, se viram sem possibilidades para os liquidar, crianças, jovens, que são considerados uma das camadas mais frágeis da população e muitos realojados que também não possuem condições mínimas de vida”. (Agência de Comunicação Social, 2008).

Para Jonet, estes “novos pobres” encontram-se nas grandes zonas urbanas portuguesas, onde permanecem “grandes bolsas de pobreza”.

Jonet defende políticas para a inclusão social, para combater a pobreza, que partam do Governo e igualmente da sociedade civil, que deve

“reestruturar as redes de proximidade social. Pois o Estado pode e deve potenciar e mesmo regular o trabalho de solidariedade social, contudo são as instituições que trabalham em campo que devem ser mais eficazes e oferecer respostas rápidas a quem precisa”. (Agência de Comunicação Social, 2008).

Segundo Jonet é importante a “avaliação do desempenho das instituições de solidariedade social”, considerando-a “ainda mais importante do que a fiscalização”. Para a solidariedade social e a luta contra a pobreza “faz-se numa resposta quase individual a cada um dos problemas” para que as pessoas adquiram “autoestima e despertem no sentido de se qualificarem profissionalmente, cuidem da aparência física e percebam que pelo facto de terem nascido pobres não têm de morrer pobres.” (www.quiosque.aeiou.pt).

1.5. Globalização e pobreza

Para Giddens (2004)

“a globalização pode ser entendida como o fortalecimento das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades longínquas, de tal modo que os acontecimentos locais são ajustados por factos que se dão a muitos quilómetros de distância e ao contrário também. Este processo é dialético porque algumas destas dessas ocorrências locais podem ir numa direção inversa das relações muito distanciadas que as moldaram. A transformação local faz parte da globalização tanto como a extensão lateral de ligações sociais através do espaço e do tempo”.

A globalização também pode ter influências na pobreza, podendo apresentar características positivas e ao mesmo tempo negativas. O desenvolvimento de um país nem sempre é acompanhado pela totalidade da população, o que leva muitas vezes a que surjam lacunas na sociedade, que raramente são corrigidas. Por exemplo, a desigualdade entre ricos e pobres é um bom paradigma. Tendencialmente, a diferença entre ambos nunca é corrigida.

Em todos os países industrializados tem-se averiguado uma intensa crise em sistemas de emprego, para a qual concorrem a globalização, a reestruturação industrial, o envelhecimento demográfico e, reflexamente, os encargos cada vez mais difíceis com os sistemas de apoio social (cf. Lesthaeghe, 1991& Esping Andersen, 1996). Enquanto

o emprego industrial decai, sobretudo nas regiões de grande concentração industrial, por força do processo de desindustrialização, cresce o emprego flexível nos serviços, devido ao paralelo de terciarização. As ostentações mais visíveis dessa crise são a subida do desemprego de longa duração e a vulgarização de empregos precários, dois fenómenos que são culpadas pelas crescentes desigualdades sociais e pela miséria crónica de uma parte significativa da população (cf. Hespanha, 2001).

Segundo Giddens (2004), para o sociólogo Ulrich Beck (1992), que escreveu sobre o risco e a globalização, esses riscos cooperam para a formação de uma sociedade de risco global. À medida que as transformações tecnológicas prosperam de uma forma cada vez mais apressada, originando novas formas de risco, somos obrigados a ajustar-nos e a responder a essas mudanças. Para Giddens a sociedade de risco não se limita somente aos riscos ambientais e de saúde, abrange toda uma série de mudanças na vida social atual: modificações nos padrões de emprego, um nível cada vez maior de incerteza laboral, influência declinante da tradição e dos costumes enraizados na igualdade pessoal, erosão dos padrões familiares tradicionais, e democratização dos relacionamentos pessoais. Uma vez que o futuro pessoal é atualmente muito menos imaginável em relação ao que se passava nas sociedades tradicionais, todo o tipo de decisões comprometem riscos para os indivíduos (Giddens, 2004, p. 69).

Segundo Beck³, citado por Giddens (2004), um aspeto principal da sociedade de risco é que os seus perigos não são limitados espacial, temporal ou socialmente. Os riscos de hoje em dia prejudicam todos os países e todas as classes sociais: as suas consequências são globais, e não apenas pessoais. Muitas formas de riscos manufaturados, como aqueles que dizem respeito à saúde humana e ao meio ambiente, cruzam fronteiras nacionais (Giddens, 2004, p.69).

A globalização é um fenómeno de rápida expansão, ainda que de forma assimétrica. Foi referida a separação crescente entre os países mais ricos e os países mais pobres do mundo. A riqueza, o rendimento, os recursos e o consumo concentram-se nas sociedades desenvolvidas, enquanto grande parte do mundo em vias de desenvolvimento debate-se com a pobreza, a fome, as doenças e a dívida externa. Muitos dos países que mais necessitam dos benefícios da globalização correm o risco de serem marginalizados (Giddens, 2004, p. 76). A globalização está a mudar a forma de representação do mundo perante nós e o modo como o olhamos. Se abraçarmos uma

³ Beck, Ulrich (1992), *Risk Society: Towards a new Modernity* (London: Sage).

perspetiva global, tornamo-nos mais conscientes dos laços que nos ligam às pessoas de outras sociedades. Tornamo-nos identicamente mais conscientes dos problemas que o mundo atravessa em pleno século XXI.

A perspetiva global lembra-nos que os laços que nos unem ao resto do mundo estão cada vez mais fortes. Implica que o que fazemos tem consequências na vida dos outros e que os problemas mundiais têm consequências para nós (Giddens, 2004, p.51).

A globalização, nos últimos anos, tornou-se num tema debatido. Muitas das pessoas não colocam em causa que estão a acontecer alterações à nossa volta, mas a sua experiência com a “globalização” é contestada. Enquanto sistema inesperado e conturbado, a globalização é concebida e entendida de muitas maneiras diferentes (Giddens, 2004, p. 58).

Nesta época em que vivemos, os indivíduos têm muito mais oportunidades para configurar as suas vidas do que no passado. Antigamente, a tradição e os hábitos exerciam uma influência determinante sobre a vida das pessoas. Fatores como a classe social, o género a etnicidade e mesmo a religião podiam fechar ou abrir determinadas portas (Giddens, 2004, p. 61).

A globalização não se limita aos imensos sistemas globais. O seu impacto representa-se nas nossas vidas, no modo como pensamos acerca de nós próprios e nas nossas relações com os outros. As forças globalizantes penetram nos nossos contextos locais e nas nossas vidas pessoais, seja através de fontes impessoais como os meios de comunicação e a internet, seja através de contactos pessoais com pessoas de outros países e culturas (Giddens, 2004, p. 75).

Acerca da globalização, estamos perante o aparecimento de um novo individualismo, no qual as pessoas têm de construir-se a si próprias de modo ativo e construir as suas identidades. À medida que as comunidades locais interagem com uma nova ordem mundial, o peso da tradição e dos valores constituídos entra em quebra. Os “códigos sociais” que antigamente guiavam as escolhas e as ações das pessoas perderam significativamente importância (cf. Giddens, 2004).

Os quadros de identidade estão a desagregar-se, enquanto emergem novos padrões de paridade. A globalização está a submeter os indivíduos a viver de uma forma mais aberta e reflexiva. Isto significa que estamos constantemente a responder ao contexto de mudança à nossa volta e a ajustarmo-nos a ele; enquanto indivíduos, evoluímos com os contextos mais abrangentes onde estamos inseridos (cf. Giddens, 2004).

A globalização está a produzir riscos, desafios e desigualdades, que atravessam fronteiras nacionais e diminui a capacidades das estruturas políticas existentes. Em virtude dos governos não estarem preparados, para sozinhos, lidarem com estas questões transnacionais, há necessidade de novas formas de governação global, para lidar com os problemas globais de uma forma global. Reafirmar a nossa vontade no mundo social em rápida mudança em que vivemos pode constituir um maior desafio do século XXI (Giddens, 2004, p.76).

Segundo Schwartzman, (2004), a história até ao final do século XX parece confirmar a sabedoria de Jean-Baptiste Say, apesar das guerras e das crises económicas periódicas, não há evidências de que o avanço da tecnologia tenha conduzido ao desemprego estrutural de longo prazo das sociedades industriais, mais recentemente, entretanto, o fantasma do desemprego ressurgiu, associado às questões da globalização (Schwartzman, 2004, p.99).

A noção de “desempregados”, em geral definido como “pessoas que não trabalham, mas gostariam de fazê-lo”. Esta definição não engloba, por vezes, pessoas que estão fora da força de trabalho, nomeadamente algumas mulheres e jovens, que deste modo não são considerados desempregados e sim “economicamente inativos”.

Numa economia em crise, muitos daqueles que estavam inativos começam a procurar trabalho e, conseqüentemente, aumentam as taxas de desemprego.

A noção de “trabalho” é também mais complexa do que pode parecer. Indivíduos que recebem uma remuneração por qualquer tipo de atividade económica são considerados “ocupados”, não importando se têm um trabalho temporário ou permanente, se são empregados em tempo parcial ou integral, ou se são vendedores ambulantes (Schwartzman, 2004, p.101).

2. A exclusão social

A exclusão social que marginaliza o indivíduo e grupos sociais no exercício da sua cidadania “ (...) a noção de “exclusão social” pertence à perspectiva própria da tradição francesa na análise de pessoas e grupos desprotegidos (...)” (Bruto da Costa, 1995).

Castel, considerada uma das principais referências no que diz respeito à exclusão social, define

“(…) este conceito como uma fase extrema do processo de marginalização, entendido, este como um processo descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade” (Castel, 1995).

Esta definição é também partilhada pelo autor Bruto da Costa (1995).

A exclusão surge com a agudização das desigualdades (indissociáveis dos mecanismos da produção destas), resultantes numa dialética de oposição entre aqueles que efetivamente mobilizam os seus discursos no sentido de uma participação social plena e aqueles, por falta desses mesmos recursos (recursos que ultrapassam a esfera económica, englobando aqueles que derivam dos capitais cultural e social dos atores sociais), se encontram incapacitados para o fazer. A exclusão resulta, então, de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade, inerente à figura dos excluídos, opondo-se claramente à noção de integração social (CIES/CESO I & D, 1998, Capucha, 1998).

Castel (1977) define exclusão social como sendo uma etapa extrema do processo de marginalização, entendido como um percurso descendente com sucessivas ruturas na relação de um indivíduo com a sociedade. Um ponto proeminente neste percurso é a quebra com o mercado de trabalho, o que corresponde a desemprego. A fase extrema é qualificada não só por esta suspensão, mas também por fraturas familiares, afetivas e de amizade.

A exclusão representa-se como um fenómeno multidimensional, como um facto social ou um agregado de fenómenos sociais interligados que ajudam na produção do excluído. Coexistem ao nível da exclusão fenómenos sociais distintos, assim como o desemprego, a marginalidade, a discriminação e a pobreza. Numa aceção sociológica, a exclusão mostra-se resultado de um défice social global e não se resume a fenómenos individuais, nem simples agregações de situações (cf. Lamarque, 1995).

Embora nem sempre esteja presente a exclusão em situações de pobreza, quando esta ocorre verifica-se uma acentuada privação de recursos materiais e sociais, arrastando para fora ou para a periferia da sociedade todos aqueles que não participam dos valores e das representações sociais dominantes. O excluído encontra-se fora dos

universos materiais e simbólicos, sofrendo a ação de uma espiral crescente de rejeição e terminará num sentimento de auto-exclusão (Fernandes, 1995, p.16).

A nível simbólico, tende a ser excluído todo aquele que é rejeitado de um certo universo simbólico de representações, de um concreto mundo de trocas e transformações sociais. Esta dimensão da exclusão assume-se pela transformação da identidade do indivíduo, inevitavelmente marcado por um sentimento de inutilidade, ligado à sua própria incapacidade de superar os obstáculos e os processos que provocam a sua exclusão (Fernandes, 1995, p.17).

Entende-se por exclusão social as formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade. É um conceito mais amplo do que subclasse, e tem a vantagem enfatizar processos e mecanismos de exclusão. As pessoas que vivem em bairros sociais degradados, com escolas pobres e poucas oportunidades de emprego na área, por exemplo, podem ser negadas oportunidades de melhoramento pessoal que a maioria das pessoas na sociedade possui. É também uma questão diferente da pobreza em si. Foca-se a atenção num conjunto mais amplo de fatores que impedem que indivíduos ou grupos tenham oportunidades que estão abertas à maioria da população (Giddens, 2004, p. 325).

A exclusão social pode adotar várias formas, assim pode surgir em comunidades rurais isoladas distantes de muitos trabalhos e oportunidades ou nos bairros citadinos caracterizados por taxas de crime muito eminentes e por um modelo de habitação inferior à média. A exclusão e inclusão podem ser analisadas em termos económicos, políticos ou sociais (Giddens, 2004, p. 325).

As diversas conceções desta noção devem-se principalmente pelo facto deste fenómeno ser multidimensional, pois exclusão social abrange vários tipos de privação, como a económica, desintegração sociocultural e a não participação cívica e política. Deste modo, as situações de exclusão social surgem quando um sujeito ou o grupo são impedidos de participar e beneficiar de todos os direitos de uma sociedade.

2.1. Pobreza e exclusão social

A pobreza é uma das extensões, possivelmente a mais clara, da exclusão social. A utilização difusa do termo exclusão social tende a substituir o de pobreza. A exclusão

social como conceito de importância teórica na área da sociologia substitui a noção de pobreza no debate social nos finais dos anos oitenta. Tencionando salientar aspetos mais complexos do que as das condições meramente económicas (Almeida, 1994).

A consideração sobre certas questões sobre a natureza das respostas e da sua apropriação aos problemas, referentes à pobreza e exclusão social, lançada por Popkewitz & Lindblad (2000), sugere um ponto de partida interessante para comentar as intervenções no campo da pobreza e exclusão social. Na tentativa de elucidar a relação entre o Estado, organizações e os problemas da inclusão e exclusão social, ponderam que a atual investigação (sobre estes temas) tem tido uma postura mais afirmativa do que interrogativa (designadamente sobre as relações entre a governação e aqueles problemas). Trabalharam, então, a distinção entre duas abordagens, que designam problemáticas para enfatizar uma ideia que lhes parece central. Os métodos da ciência e os conceitos e teorias das questões sociais produzem formas de pensar e ordenar a ação bem como de compreender os resultados. É com este propósito que distinguem entre, por um lado, a problemática da equidade e, por outro, a problemática do conhecimento (cf. Popkewitz & Lindblad, 2000).

As pessoas que não têm acesso à riqueza não são obrigatoriamente excluídos da sociedade. Entretanto, a realidade tem-nos apresentado que longos períodos de pobreza acabam por levar indubitavelmente à exclusão desses indivíduos das redes sociais.

Para Lamarque (1995) reconhecer as situações de pobreza tendo por referência um *standard* mínimo em termos de rendimentos e nível de vida traduz-se por clara. A exclusão é um processo mais complexo, em que as causas e as consequências aparecem ligadas entre si. Não se mostra como sendo um processo redutivo a situações de carência/escassez em termos de recursos patrimoniais, individuais ou globais. A exclusão readquire situações de instabilidade e situações de risco, não se traduzindo como um fenómeno marginal. Porém, é hoje um fenómeno que afeta cada vez mais os indivíduos.

Xiberras (1993) adota uma perspetiva coincidente com esta, solicitando a ideia da existência de diferentes esferas de integração dos indivíduos. Em cada esfera a integração passa pela existência de grupos que asseguram a solidariedade primária ou mecânica, em cima da qual se constrói, através da solidariedade orgânica, o sistema social. A ideia até aqui não é nova, ela é central desde os primórdios da sociologia, com Tonnies, Simmel ou Durkheim. Nova e inconcebível para alguns destes autores, como

Durkheim, dedicados que estiveram a demonstrar a impossibilidade da existência humana fora do quadro de uma sociedade que lhe dá sentido, é a ideia de que os laços dos indivíduos se podem romper quer ao nível dos corpos intermédios que asseguram a solidariedade primária, situação que emerge o isolamento completo, caso extremo de exclusão, quer ao nível destes na sociedade de acolhimento caso em que a exclusão assume a forma de marginalização dos grupos excluídos (Xiberras, 1993).

Como se fosse possível conceber uma sociedade integrada e, fora dela os indivíduos sem laços, de qualquer género, tratar-se-ia, como é fácil de imaginar, de uma nova espécie de Robinson Crusoe, vivendo fora de quase toda a norma e estrutura social. Só que estes são inversos dos que foram criados pelo imaginário liberal. Os originais eram indivíduos empreendedores, capazes de sobreviver e de construir uma nova sociedade de abundância, sozinhos ou com a pequena ajuda de “Sexta-Feira” providencialmente pobre, agradecido e obediente. Os das teorias existencialistas da exclusão social como resultado da rutura de laços ou “desafiliação” caracterizam-se, precisamente, pela perda qualquer capacidade de empreender e pela limitação das relações no melhor dos casos a “Sextas-feiras” que são as suas próprias réplicas (Almeida, 1993).

Esta visão essencialista, isto é, não relacional, inter-ativa, das ruturas sociais é dificilmente aceitável. Como refere Almeida (1993), a exclusão e integração não são essências substantivas e ontológicas, mas sim as duas fases opostas de uma realidade contraditória. Tal realidade tem uma dimensão material da distribuição de recursos de várias ordens, sendo a escassez de recursos económicos. Assim, a pobreza principal, fator de exclusão social nas sociedades modernas, uma dimensão social relacionada com a reconstrução de identidades e sociabilidades, e uma dimensão simbólica dados os efeitos específicos de exclusão resultantes da capacidade diferencial de impor classificações, desde logo, sobre o que é estar integrado ou estar excluído. Deste modo, encontrar-se em situação de exclusão não é ser um “não membro” da sociedade, mas sim ser um (pelo menos tendencialmente) “não cidadão”, ou seja, um membro da sociedade a quem foram desviados, concretamente, direitos de cidadania.

Espada (1997) menciona que a noção de exclusão social tem subjacente a ideia de cidadania, ou seja, a oportunidade de cooperar e beneficiar dos direitos de cidadania que se referem a um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Os direitos sociais de cidadania não devem ser reconhecidos com uma teoria global de equidade. Será melhor considerá-los como algo que dá origem a um chão comum, abaixo do qual ninguém

deve temer vir a situar-se, mas acima do qual podem emergir e brotar desigualdades sociais. São considerados direitos sociais básicos, manifestação de um princípio usual de disposição que faculta a cada pessoa uma quota-parte da produção geral a que se considera dele por direito. Os direitos sociais de cidadania devem ser percebidos como direitos que se destinam a indivíduos que são cidadãos de estados.

Tal como defendeu Dahrendorf⁴ (citado por Espada, 1997)

“Os direitos de cidadania representam bilhetes de ingresso, oportunidades de acesso, garantias de inclusão num universo de liberdade e por conseguinte, de condições desiguais. O propósito dos direitos de cidadania não é o de promover a igualdade, mas promover a oportunidade, não é o de evitar as desigualdades, mas o de evitar a exclusão de um universo de oportunidades” (Espada, 1997, p. 264).

Nas sociedades modernas ocidentais, a pobreza e a exclusão reforçam-se mutuamente. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes. Um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou comunidade. Torna-se um excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas. Assim, os excluídos não constituem uma ordem, uma classe ou um corpo. Eles indicam, antes, uma falta, uma falha do tecido social (Rosanvallon, 1995, p.204).

2.2. Reflexão sobre a pobreza e a exclusão social na União Europeia

As medições do nível económico baseiam-se em níveis de suficiência de recursos ou em “rendimento relativo”. A União Europeia (U.E.), nomeadamente, identifica a pobreza em termos de “distância económica” relativamente a sessenta por cento do rendimento mediano da sociedade. As relações sociais funcionam como dados principais para se entender a pobreza pelas organizações internacionais, as quais

4 Dahrendorf, Ralf. (1992). *O conflito social moderno: um ensaio moderno sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar

consideram o problema da carência para lá da economia (<http://www.2010combateapobreza.pt>).

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2009, existem dois milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza em Portugal. Esta situação caracteriza uma injustiça e constitui uma ofensa à dignidade pessoal que só pode incitar ao mais profundo inconformismo.

A pobreza e a exclusão social caracterizam-se por um dos grandes desafios do nosso século, na medida em que chocam com o exercício dos direitos basilares dos seres humanos. Em Portugal, são preocupantes os valores referentes aos indicadores intrínsecos da pobreza e da exclusão social. Os últimos dados, segundo o INE indicam que estamos no topo dos países da U.E. com maior risco de pobreza, ao mesmo tempo que sobe o fosso entre os pobres e ricos aumenta.

A taxa de pobreza atinge cerca de vinte por cento da população, o que equivale a dizer que um em cada cinco Portugueses vive em situação de pobreza. Este valor é significativamente superior ao da média europeia. Estima-se que estes vinte por cento passariam para quarenta e um por cento, se o Estado deixasse de pagar os subsídios sociais, o que mostra que a pobreza é um problema estrutural.

Atualmente, ter um emprego nem sempre ampara as pessoas do risco de pobreza. A taxa de risco de pobreza para aqueles que têm um trabalho é de oito por cento na União Europeia e de catorze por cento em Portugal (INE, 2009). Existem muitas pessoas que trabalham a tempo inteiro e, no entanto, permanecem abaixo do limiar da pobreza, na medida em que, no final do mês, não têm condições para sustentar o seu agregado familiar.

Esta será a “nova pobreza” portuguesa. Portugal combina na “velha pobreza” particular de uma população idosa e rural, com uma “nova pobreza” que são pessoas com emprego, mas com deficiência em rendimentos para auxiliar as necessidades do agregado. Embora o Estado gaste muito dinheiro no combate à pobreza, afere-se que ela é persistente e alheia aos ciclos económicos.

A erradicação da pobreza e o combate à exclusão social foram pronunciados como principais prioridades das políticas públicas na União Europeia. Porém, até que as imprescindíveis modificações estruturais se apurem, estabeleceu-se o direito essencial ao sistema de proteção e ação social, com diversos meios de intervenção de forma a garantir a todos os cidadãos os direitos e recursos essenciais a uma existência com seriedade. Em contraposição a processos de consecução dos direitos sociais, manifesta-

se um contexto global de desalinhamento dos serviços públicos (assim como a liquidação do Serviço Nacional de Saúde).

A complexidade dos problemas da Segurança Social é hoje pretexto fácil para uma ofensiva de liquidação do seu carácter universal e unificado. Com uma argumentação que procura justificar a significativa diminuição do sistema público de Segurança Social, através de propostas de descontos obrigatórios para os sistemas privados e de seletividade no acesso aos direitos sociais, é sugerida uma reforma liquidadora do sistema público da segurança social. Nesta sequência, concretizam-se cedências às reformas da Segurança Social redutoras de direitos e com objetivos “privatizados” (INE, 2009).

O capítulo seguinte intitula-se de “políticas e respostas sociais na pobreza” onde estão ostentados vários pontos, como a referência à intervenção social; a alusão à luta contra a pobreza e exclusão social; o programa de combate à pobreza a partir de 1986 em Portugal; a rede europeia anti-pobreza de Portugal, a pobreza e exclusão em contexto de políticas sociais, as Políticas públicas de efeitos sociais a explanação do plano nacional da ação para a inclusão: PNAI 2006-2008.

CAPÍTULO II – POLÍTICAS E RESPOSTAS SOCIAIS DA POBREZA

1. Intervenção social

No contexto dos problemas e conflitos sociais ligados aos processos de industrialização e urbanismo, no prosseguimento da revolução industrial, desenvolvem-se ideias e promessas com o objetivo de modificar a concepção e as formas de saber lidar e entender os “pobres”, “inválidos e doentes”, “marginais”, isto é, com todos aqueles que são encarados como uma ameaça física e moral para a sociedade. Neste mesmo contexto, e sobre os movimentos sociais, acentua-se a defesa dos trabalhadores, mas também de todos aqueles que não podendo ter acesso a meios de sobrevivência pelo trabalho terão de ser apoiados pela sociedade. (Hoven Van Den R, 2003).

No contexto histórico, o problema da pobreza transita da concepção de agrura natural e individual e, portanto, um dilema que reclama por disciplina, educação moral e informação, para uma hermética que se centra nos modos de intervenção, através do estabelecimento de uma caracterização de indivíduos pobres entre aptos e não aptos para o trabalho, entre falsos e verdadeiros pobres, entre os que merecem e não merecem ser apoiados (cf. Hoven Van Den R, 2003).

A intervenção junto das pessoas mais desfavorecidas pode ser feita através do Serviço Social. Estas pessoas tentam obter soluções e respostas mediante os serviços sociais, bem como a possibilidade de ver os seus “direitos” reclamados. O Serviço Social criou parâmetros adequados para garantir uma maior adaptação e integração social.

A intervenção do Estado pode ser um dos mecanismos para a resolução de problemas relativos à pobreza e à marginalidade. Este domínio ou autoridade poderá ser assegurado mediante técnicos de ciências sociais, que tentam determinar as causas do problema e facultar informação detalhadas para a resolução deste fenómeno público.

Os problemas de pobreza dos clientes são renegociados pelos assistentes sociais como apresentando problemas subjacentes, que não só residem numa falta de dinheiro ou mesmo numa má gestão financeira, mas também em perturbações mais profundas nas relações familiares “(...), não é uma questão de pobreza, mas a má gestão

ou dificuldades emocionais que os faz gastar o dinheiro de forma errada” (Jones, 1997, p. 122).

Por volta da década de sessenta, alguns grupos e indivíduos não estavam contemplados pelos direitos sociais e os problemas de privação social e de pobreza não foram resolvidos pelos esquemas existentes de bem-estar, nem pelo crescimento económico. Estas duas vertentes tendem a ser mais constantes e conflituosas do que se fazia prever, o que levou ao aparecimento de comunidades e ao desenvolvimento e reforço de políticas.

Em vários projetos surgem abordagens alternativas que desafiam os fatores estruturais da pobreza. Relacionam a pobreza com as estruturas sociais e económicas, com os impactos da reestruturação económica e da inadequação dos serviços das políticas sociais. Alertam para o risco de como programas e intervenções em áreas específicas podem desviar a atenção das forças económicas e políticas que reproduzem os problemas da pobreza nestas mesmas áreas (Mayo e Robertson, 2003; Powel, 2001).

Estes projetos não beneficiaram de grande impacto na quebra da pobreza, mas colaboraram para o desenvolvimento de uma “nova” consciência sobre a pobreza. O problema de ordem social e política revelava-se algo moralista, mas muitas vezes não assimilava que a pobreza podia ser resolvida através da igualdade social (cf. Mayo e Robertson, 2003; Powel, 2001).

Os assistentes sociais contemplavam a pobreza como uma desigualdade na distribuição de poder e recursos. As intervenções sociais, por um lado, constituem instrumentos de disciplinização social, que visam a prevenção e a apropriação de comportamentos inadaptados ou indesejados, e a reeducação dos cidadãos, tendo em vista a sua preparação e adaptação às alterações da sociedade. Por outro lado, fornecem novas oportunidades de desenvolvimento de competências, de novas formas de organização social e de expansão de serviços sociais e medidas de intervenção social.

A pobreza não pode ser considerada como um fenómeno “endógeno” destas mesmas intervenções sociais dependentes de factos internos, mas deve ser entendida à luz do seu contexto e da sua função social (cf. Mayo e Robertson, 2003; Powel, 2001).

Existe um reconhecimento evolutivo do carácter estrutural da pobreza, comparado com o modelo de desenvolvimento e explicações da mesma. Assim, é relevante focar que as desigualdades sociais existentes e a perceção que se tem sobre essa mesma problemática deverá adotar uma responsabilidade de carácter público. Coerentemente são reconhecidas as limitações das intervenções tanto individuais como

locais e dá-se a necessidade de abordagens “estruturais”, emergindo, assim, a necessidade dos direitos e das políticas sociais e o acréscimo de mínimos sociais.

A pobreza, consequência do processo de modernização das estruturas produtivas, da intensificação da transnacionalização do capital e de uma nova divisão internacional do trabalho, não permite que se mantenham as mesmas representações do social. Os pobres já não são classificados como inadaptados, mas como vítimas e excluídos, nomeadamente pelo mercado de trabalho. Perante a dimensão da pobreza e da exclusão social, o modelo ‘clássico’ de acompanhamento pessoal e da ‘adaptação do inadaptado’ perde pertinência. (Castel, 1997,1998& Autès, 1998).

Nas décadas de oitenta e noventa, as políticas sociais introduziram a ideia da contratação como elemento incorporado no conceito de ‘ativação’ ou de ‘políticas ativas’. Com o aumento do desemprego estrutural, cresce o número de pessoas a viver sob o auxílio e vigilância da assistência social e testemunha-se a emergência do dever de trabalhar como forma de acesso aos benefícios sociais (Gough, 2000).

Na intervenção social, as questões da pobreza e da exclusão social e os valores como a igualdade e a justiça social, a participação da democracia tornam-as mais difíceis. Daqui emergem novos movimentos sociais que merecem um novo destaque e lugar na política. Emergem abordagens para apreender os processos de exclusão e inclusão social, bem como formas de intervenção alicerçadas em novas alusões e paradigmas (cf. Gough, 2000).

2. Luta contra a pobreza e a exclusão social

A luta contra a pobreza e a exclusão social têm de ser encaradas não só como uma questão de justiça social, mas também como uma condição necessária para a sobrevivência de uma democracia sólida. Para termos um país socialmente coeso, não podem existir cidadãos que sejam excluídos de participarem na sociedade. Nenhum país pode aspirar aceder a um desenvolvimento económico sustentado enquanto existirem excessivas desigualdades na repartição da riqueza.

Para além disso é necessário que a sociedade em geral tome consciência de que o aumento da riqueza não chega para combater a exclusão social. É necessário alterar diversas estruturas socioeconómicas, as quais possam servir para a inversão de toda uma situação eminentemente problemática. É ainda importante clarificar que as classes mais

privilegiadas manifestam todo o interesse em preposterar toda esta situação, pois caso contrário as consequências de instabilidade social poderão ser dramáticas, pondo em risco a ordem pública e a segurança dessas próprias classes.

No combate à pobreza e à exclusão, as políticas assentam na ideia de integração social que é usada para denominar o sistema que descreve a transição das pessoas, famílias, a grupos de situação de exclusão para os de participação social e cidadania (CIES/CESO I&D, 1998, p.9).

As discussões sobre políticas sociais e proteção social deverão subentender uma outra em termos da inclusão social, uma vez que aquelas visam promovê-la.

A inserção social tem como objetivo possibilitar aos indivíduos e grupos que estejam em situação de pobreza ou exclusão, a implementação de projetos com o intuito de simplificar o direito e o acesso à participação social, disponibilizando para esse efeito todos os mecanismos necessários (CIES/CESO, I &D, 1998, p.9; Capucha, 1998).

A exclusão social surge como a agudização das desigualdades que resulta numa dialética de oposição entre os que convocam os seus recursos no sentido de uma participação social total e aqueles que, por falta desses mesmos recursos, se encontram impossibilitados para o fazer. A exclusão resulta, então, de uma desconexão entre as distintas partes da sociedade e os indivíduos, que concebe uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios que descrevem um membro de pleno direito dessa sociedade, inerente à figura dos excluídos, contrapondo a noção de integração social (CIES/CESO, I &D, 1998; Capucha, 1998).

A exclusão representa-se como um fenómeno multidimensional, como um fenómeno social ou um conjunto de factos sociais interligados que cooperam para a produção do excluído. Assim, os fenómenos sociais distintos coexistem, tais como o desemprego, marginalidade, discriminação, pobreza, entre outros.

A exclusão tem um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, instituindo-se causa e consequência das múltiplas ruturas na coesão social, que comprometem manifestações de dualismos e de fragmentação social.

.3. Programa de combate à pobreza a partir de 1986 em Portugal

O processo de integração de Portugal na União Europeia deveria contribuir para a superação dos índices de pobreza no país. Fernanda Rodrigues questiona o lugar das políticas sociais na União Europeia, destaca a dificuldade de identificar este lugar,

seja pela inexistência de uma entidade equivalente a um Estado a quem “possa ser atribuída a função de regulação”, seja pela “ênfase posta no princípio da subsidiariedade”. Após ressaltar as inúmeras dificuldades para a existência de uma política social europeia, afirma ainda que “há quem prefira falar de orientações europeias no domínio social, com o que se dá conta do carácter eventual e fragmentário das medidas existentes” (Rodrigues, 2002, p. 266).

Na realidade, a Europa Comunitária que vem surgindo do processo de constituição da União Europeia tem privilegiado a formação de mercados, muito mais do que a elaboração e implementação de políticas destinadas a construir uma região que trate igualmente os cidadãos que a habitam. Segundo Marco Aurélio Weissheimer (2003), esta não é uma Europa dos cidadãos, dos direitos sociais, do emprego, da solidariedade é logicamente antineoliberal.

A Comunidade Europeia (CE) foi “constituída com o propósito de projetar um ‘mercado comum’, isto traduziu-se no privilégio das liberdades do mercado e no abandono das liberdades e direitos dos cidadãos e políticos. Só em casos muito particulares garantiu a CE direitos de natureza social,” citando Gonçalves (2003, p.2).

No contexto de uma Europa integrada, mais preocupada em construir mercados do que em efetivar políticas comunitárias, Portugal insere-se nesse mesmo contexto europeu, valorizando, da mesma forma, a construção dos mercados. Desde a sua entrada na União Europeia, em 1986, Portugal vem beneficiando dos fundos estruturais e dos programas de combate à pobreza. Fundos e programas destinados a diminuir as significativas desigualdades e heterogeneidade económica, política, cultural entre os países integrantes da comunidade europeia. O difícil dilema de se resolver nos padrões da atual ordem societária e que não tem acontecido é o de “alcançar padrões mínimos mais ajustados de proteção social” e “delimitar o Estado Social à sua expressão mínima” (Rodrigues, 2002, p. 281).

Conforme Rodrigues (2002, p.284), “a integração europeia contribuiu para legitimar e publicitar os diagnósticos sobre o problema da pobreza em Portugal” reconhecendo-a como um problema que afeta tanto os países centrais como os países pobres e as “formações sociais afluentes”. Isto permitiu também o desencadear de algumas ações importantes no sentido de enfrentar o problema da pobreza.

Uma das atuações consequentes da integração europeia inclinada para o confronto da pobreza foi a que sucedeu no período de 1987 a 1989 com a

implementação do II Programa Europeu Anti-Pobreza e no período entre 1990 e 1994 o III Programa Europeu Anti-Pobreza.

Para Fernanda Rodrigues (2002, p. 285), tais programas contribuíram para

“refazer a conceção de pobreza como problema estrutural”; caracterizar os níveis de proteção social em Portugal, onde apesar de algum alargamento de benefícios, continuava a subsistir um fraco Estado provedor e uma forte presença de iniciativas de cariz mais ou menos filantrópico sedeadas na sociedade civil” e contribuiu ainda para “configurar a viabilidade e oportunidade de novas medidas de política assentes em princípios valorizadores da dimensão integrada e multidimensional da intervenção, da parceria entre agentes sociais e da participação dos cidadãos destinatários.”

Contudo, no campo da Assistência Social, apesar das novas práticas construídas a partir dos projetos desenvolvidos nestes programas anti-pobreza, a iniciativa “não se traduziu em orientações renovadas de políticas”. O caráter temporário destes programas contribuiu para que estes não fossem capazes de consolidar direitos. Ao contrário, acabaram por reproduzir um caráter de emergência e fragmentário que marca as ações na área da assistência social ou como afirma a autora, o seu “prolongado traço de fragilidade política” e que a mantém “num patamar insuficiente e de política incompleta, isto é, não consegue aglutinar sob a responsabilização estatal, os pré-requisitos de financiamento, de garantias dos cidadãos e de orgânica ajustados que a tornem equiparável a outros campos de proteção social” (Rodrigues, 2002, pp. 286 e 287).

Alguns autores que examinam a proteção social em Portugal afirmam que um dos poucos progressos sucedidos neste campo, desde os anos 90, foi a fixação em 1996 do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), incluindo este o ingresso numa cota do regime não contributivo suportada por impostos e o “direito a um plano de inserção social”. Implantado a partir de experiências bem sucedidas em outros países, como é o caso da Renda Mínima de Inserção (RMI) na França, o RMG em Portugal é um instrumento de combate a pobreza e à exclusão recomendado pela Comissão Europeia.

A novidade do sistema português em relação às experiências de outros países, segundo Hespanha, é o de ter construído uma experiência de inserção social mais alargada. Assim, ela não se limita a promover a inserção no mercado de trabalho como na experiência de outros países, mas “inclui diferentes medidas de combate à exclusão” (Hespanha, 2002, p. 44).

O Rendimento Social de Inserção (RSI) nasce como uma tentativa de inverter o problema. Tentando conciliar objetivos de equidade e de eficiência, o RSI tenta garantir padrões mínimos de qualidade de vida a pessoas carenciadas, ao mesmo tempo que procura que isso não as estimule à inatividade, mas sim à sua inserção na sociedade e na vida ativa, caso tenham capacidades a desenvolver nesse sentido.

O Rendimento Social de Inserção, instituído pela Lei nº13/2003, de 21 de Maio em substituição do Rendimento Mínimo Garantido, define-se como uma medida de política visando garantir às famílias mais pobres um rendimento que lhes permita aceder, por um lado, a um nível mínimo de subsistência e de dignidade e, por outro lado, a condições e oportunidades básicas para o início de um percurso de inserção social. O RSI é composto por duas vertentes: uma consiste numa prestação pecuniária, estando a outra relacionada com um programa de inserção socioprofissional que os beneficiários são obrigados a subscrever (exceto em geral por motivos de idade ou saúde). Por outras palavras, pode descrever-se o RSI como

” uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária”
(<http://www1.seg-social.pt/left.asp?03.06.06>).

Os destinatários do RSI, de acordo com o instituído pela Lei nº13/2003, de 21 de Maio, são todos aqueles indivíduos e famílias que se encontrem numa situação grave de carência económica. Para serem titulares do direito ao RSI, os indivíduos têm de ter idade igual ou superior a dezoito anos, ou inferior, se tiverem menores na sua dependência. Outro caso é o das mulheres grávidas, já que não podem auferir rendimentos ou prestações sociais, próprios ou do conjunto dos membros que compõem o agregado familiar, superiores aos definidos na presente lei; devem fornecer os meios

de prova necessários à verificação da situação da carência económica; possuir residência legal em Portugal e por último, devem assumir o compromisso de subscrever e prosseguir um programa de inserção social legalmente previsto, através da disponibilidade ativa para o trabalho, para a formação ou para outras formas de inserção que se revelem adequadas.

Mesmo reconhecendo os avanços do RMG, hoje Rendimento Social de Inserção, Fernanda Rodrigues faz alguns comentários acerca do seu alcance e capacidade de enfrentar o problema da pobreza e da exclusão social. Apesar de estabelecer o direito a um rendimento mínimo, com base no primado da responsabilidade pública, à medida que o RMG se constitui num direito e inclui na sua execução um projeto de inserção social “tem contribuído para suscitar a proposta de que toda a assistência social deveria ser conduzida à imagem e semelhança do RMG” (Rodrigues, 2002, p. 289). Proposições dessa natureza em nada contribuem para fazer avançar a Assistência Social como política pública de direitos. Orientação desta natureza traz o risco de transformar “uma prestação individualizada e de baixo padrão de cobertura das necessidades, a totalidade das exigências que a assistência social carrega para o atendimento e resposta das desigualdades sociais.” (Rodrigues, 2002, p.289).

Rodrigues (2002, p. 293) observa que há “indícios de progressividade” na compreensão da pobreza e na natureza das medidas necessárias à sua superação. Esta progressividade não se tem mostrado, ainda, assertiva, no sentido de que a Assistência Social não perfilhou, até agora, uma forma de política social com a garantia de medidas, nem o direito a prestações com financiamento garantido e clara responsabilidade do estado.

Ao reconhecer os traços de progressividade presentes na Assistência Social, em Portugal, Rodrigues não deixa de referir a descontinuidade como traço mais persistente dessa política no país. Ressalta que a trajetória da assistência social é pontuada pelas dificuldades de transitar de uma prática de ajuda para uma estratégia de política social.

Para Rodrigues

“a europeização no campo da assistência social tem fortalecido uma formação das políticas sociais que equilibra a sua segmentação com o reforço da ação relativamente a problemas cruciais para a coesão social, como é o caso da pobreza e da exclusão social” (Rodrigues, 2002, p.294 e 297).

Uma reflexão sobre pobreza e assistência social em Portugal exige considerar as contribuições de autores que analisam a Assistência Social no sul da Europa.

O bem-estar Social em Portugal foi classificado por Boaventura Sousa Santos como um “Quase-Estado-Providência”, assim é específico deste tipo de sociedade “a variação entre as políticas próprias de sociedades centrais e políticas figurativas de coletividades periféricas”. O autor atribui a existência deste “Quase-Estado-Providência” à própria história do país (Santos, 2002, p. 185).

Até 1974 a presença de um Regime de Bem-Estar em Portugal foi travado pela “hipertrofia da regulação estatal típica de um regime dominador que ambicionava proteger todas as outras formas de regulação social” (Santos, 2002, p.185). Após a revolução de abril de 1975, quando o país começa a recuperar a normalidade democrática, a existência de um pacto social, tal como havia ocorrido nos países do norte da Europa, com regimes de bem-estar mais consolidados e universais não era possível, “porque o capital foi devastado pelas nacionalizações de 1975” e porque “nem o capital, nem o trabalho, tinham qualquer experiência de organização autóctone” ao final de 50 anos de autoritarismo (Santos, 2002, p.185).

O autor destaca ainda que, “contrariamente ao que aconteceu na Europa do pós-guerra, no imediato 25 de abril a questão não era como tornar compatíveis capitalismo e democracia, mas sim saber se o capitalismo deveria ou não ser substituído pelo socialismo” (Santos, 2002, p.185). Foram necessários mais de 15 anos para que as condições de um pacto social fossem criadas. Estas passam pela aprovação da Constituição Política de 1976, pela retomada do “papel ativo do Estado na promoção de estratégias de negociação e de concertação social, a revisão constitucional de 1982 “que eliminou os traços revolucionários da constituição de 1976 ” (Ibid.).

Esta revisão, ao anular a irreversibilidade das nacionalizações ocorridas, abriu espaço para a privatização das indústrias e bancos que haviam sido nacionalizados logo após 25 de abril. Santos, destaca que apesar da importância destes passos, um pacto social foi uma coisa que sucedeu devagar. Primeiramente, pelo déficit de formação de conveniências e, posteriormente, pelo contexto internacional de crise do Estado Providência, que se deu em meados do século XX (Santos, 2002, pp.185 e 186).

4. Rede europeia anti-pobreza de Portugal

A Rede Europeia Anti-Pobreza Nacional (REAPN) desempenha em Portugal a *European Anti Poverty Network* (EAPN), desde 1990, ano da sua fundação. A REAPN é uma associação sem fins lucrativos (ASFL), com sede em Bruxelas e está representada em cada um dos Estado-Membro da U.E. por Redes Nacionais.

A REAPN é uma entidade reconhecida como Associação de Solidariedade Social, de âmbito nacional, tendo sido constituída notoriamente a dezassete de dezembro de 1991. É reconhecida em 1995 como uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), através do Instituto de Cooperação Portuguesa. Existe a tentativa, por parte do Estado e de outras entidades, para a erradicação da pobreza, mas parece impossível que esta falta seja corrigida a curto ou mesmo a médio prazos. Criam-se políticas e investe-se dinheiro, mas os resultados acabam por ser insignificativos ou mesmo desadequados à situação vivida por milhares de pessoas.

A erradicação da pobreza e da exclusão social é, indubitavelmente, um dos objetos essenciais do desenvolvimento e dos direitos humanos do nosso século, possuindo uma consciencialização crescente, já que se mostra imperativo conciliar o desenvolvimento económico com a coesão e justiça social.

A extensão e a complexidade destes fenómenos estão bem perceptíveis nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio delimitados em 2000 pela ONU, onde se descreve como propósito principal a redução da pobreza extrema para metade, até 2015.

A União Europeia, no ano 2000, a partir da Cimeira de Lisboa, recuperou estes temas como um cuidado central da construção europeia, assentando o pressuposto da coesão social ao mesmo nível do desenvolvimento económico e do emprego (cf. Feantsa, 2002).

Ainda que os resultados conseguidos, até então, tenham ficado muito aquém do que se esperava, na realidade não se pode deixar de lembrar que o percurso a percorrer é extenso e envolve concertação de meios e vontades. Todavia, estas temáticas e preocupações estão nas agendas políticas nacionais e internacionais, notando-se, assim que o assunto é visto como uma prioridade a considerar, já que interfere com toda a sociedade.

O problema da pobreza e da exclusão é um tema que interessa a todos e que obriga a um comprometimento generalizado nos diversos setores da sociedade, como da sociedade civil e do poder político (cf. Feantsa, 2002).

O combate à exclusão e à pobreza deve ser entendido a nível nacional, regional e local, ou seja, por toda a sociedade. Têm de ser criados organismos que promovam a participação e a divulgação de situações de pobreza, em conformidade com as vivências e realidades conhecidas. A REAPN tem agido com o objetivo de satisfazer todos os propósitos.

Comprometimento, participação, co-responsabilização, sociedade e trabalho em rede, territorialidade, são palavras que devem cada vez mais estar presentes na descrição de planos infalíveis e efetivos no combate à pobreza. Convém caminhar na luta contra a pobreza e exclusão com um propósito claro: de que é possível chegar à erradicação. A erradicação da pobreza e da exclusão social não é um desafio nem um propósito que obriga ao compromisso de todos. Para combater a pobreza e a exclusão deveriam ser criadas medidas preventivas, bem como desenvolver políticas no que diz respeito ao emprego, salários, educação saúde e apoios.

Qualquer abordagem que se faça das coordenadas de uma política de erradicação da pobreza não pode evitar os juízos de valor. Tão pouco são indiferentes os posicionamentos ideológicos de onde se parte para explicar a pobreza.

Quando se coligem e confrontam as diversas posturas é possível reconhecer dois aspetos fundamentais, as que defendem características individuais para decifrar o começo da pobreza e as que imputam às bases e ao modo de funcionamento das sociedades a existência dos pobres (CIES/CESO, I&D, 1998).

No primeiro acontecimento, o eixo da política de combate à pobreza está evidenciado nos atos particulares de tipo reparador e compensativo; no segundo, as políticas de combate da pobreza equivocam-se com certa orientação da política de desenvolvimento e de regulação da economia que privilegie, como objetivo, a redução

de incidência e intensidade da pobreza e admita, como possível, a admissão de alterações estruturais importantes.

Uma política de erradicação da pobreza deverá estar articulada com as seguintes políticas específicas: Política de emprego; Política de educação e valorização de recursos humanos; Política de salários, produtividade e preços; Política de dotação de capital; Política redistributiva e de segurança social; Política de urbanização e equipamento coletivo; Política de participação social. Nenhuma destas políticas parcelares é isolável de uma política geral de regulação e desenvolvimento da economia (CIES/CESO, I&D, 1998).

As principais políticas com incidência na erradicação da pobreza, a sua viabilização, orientação e eficácia estão fortemente dependentes da perceção da pobreza.

As políticas para combate da pobreza, de certa forma definem a integração social que se utiliza vulgarmente para intitular a passagem de pessoas consideradas excluídas para a situação de participação social (CIES/CESO, I&D, 1998).

5. Pobreza e exclusão em contexto de políticas sociais

As mulheres são o grupo mais afetado pela pobreza, sendo que, para esta situação, contribui a particularidade de terem um papel ativo para com a família, já que são elas que, maioritariamente, abandonam o emprego para se dedicarem à parentela (CIDM, Portugal, cit. In *Igualdade de Género*, 2003).

As mulheres ganham, comparativamente aos homens, salários mais baixos, e são também prejudicadas pela maternidade, pois muitas vezes são despedidas por esta causa. Em variadas situações, as mulheres não beneficiam de uma proteção social segura; o desemprego afeta-as imenso e, quando isto não acontece, por vezes, somente conseguem empregos temporários/precários.

Outro grupo particularmente afetado, por situações de pobreza, é o que se enquadra no registo de famílias monoparentais de que são responsáveis, maioritariamente, as mulheres (CIDM, Portugal, cit. In *Igualdade de Género*, 2003).

Nos termos do Decreto-Lei n.º 433-A/99, de 26 de outubro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2000, de 11 de fevereiro), ao Instituto para o Desenvolvimento Social coube, nomeadamente, promover e gerir o desenvolvimento do RMG e programas, bem como as demais ações necessárias à designação do desenvolvimento social e da luta contra a pobreza e a exclusão social, nomeadamente nas áreas da infância e juventude, família e comunidade e população idosa. Com o Decreto-Lei n.º 2/2003, de seis de janeiro, estas atribuições passaram a competir ao Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

5.1. Plano nacional da ação para a inclusão: PNAI 2006- 2008

5.1.1. Contexto europeu

Segundo os autores Ribeiro, Castanheira e Oliveira (2008) uma vez que Portugal faz parte integrante da U.E. mostra-se conveniente começar por descrever, ainda que muito sinteticamente, o que têm sido, nesse âmbito, as políticas comunitárias de erradicação da pobreza.

A nível da U.E, a averiguação oficial da necessidade do combate à pobreza foi iniciada há mais de trinta e cinco anos. Com efeito, na sequência do conselho de Paris, em 1972, altura em que a comissão recebeu o encargo de elaborar um programa de ação social. Os sucessivos programas europeus da luta contra a pobreza tiveram aí a sua origem.

Como já foi exposto, o primeiro programa europeu de luta contra a pobreza foi criado em 1975 e em 1979 até 1985 emerge o segundo programa onde é eleita uma estratégia de intervenção transversal direcionada a todos os grupos, começando a ganhar terreno o conceito de *mainstreaming*.

De novo em 1994, tem lugar um período difícil na luta contra a pobreza, a nível comunitário, e só em 1997, com a aceitação do tratado de Amesterdão, ficou legalmente estabelecida a intervenção da comissão para fomentar a colaboração entre os estados membros, na imprescindível luta contra a exclusão social. Em 2000, na sequência dos conselhos de Lisboa e Nice, avançou o reconhecimento na urgência de articular o desenvolvimento económico e sustentável com o emprego e a luta contra a pobreza e exclusão. A formulação da estratégia de Lisboa implicava o estabelecimento de um conjunto de objetivos comuns aos estados membros, a atingir até 2010, com a ambição de tornar a U.E.

“ a economia mais competitiva e dinâmica do mundo baseada na gestão do conhecimento e na inovação, capaz de um crescimento económico sustentável e com melhores empregos e maior coesão social” (Ribeiro, Castanheira e Oliveira, 2008, pp. 29 e 30).

Para o acompanhamento dos planos nacionais com objetos de inclusão (PNAI) foi realizada a articulação entre a comissão e os estados membros.

Os propósitos destes planos propõem a participação no emprego e a aproximação a todos os recursos, direitos, bens, serviços e ações, apoio aos mais carenciados e participação dos intervenientes. Com a revisão da estratégia de Lisboa foram adotadas novas prioridades em 2005, vieram menosprezar a coesão social, ao mesmo tempo que salientam a exigência de maior destaque nas políticas de inclusão ativa. (Ribeiro, *et al.*, 2008, p. 30).

5.1.2. Objetivos do PNAI

Segundo Ribeiro, *et al.* (2008) o PNAI 2006-2008 é o quarto de uma série de planos iniciados em 2001 e surge no âmbito de uma agência social europeia que cobre o período de 2005 a 2010.

O enquadramento do PNAI (2008) é constituído por um conjunto de três objetivos comuns de inclusão social que visam, em síntese: a) a garantia de acesso a todos os recursos, direitos e serviços sociais básicos; b) a promoção da participação no mercado de trabalho e os apoios aos grupos mais marginalizados; c) a preocupação de boa governação, a integração da inclusão social nas políticas públicas relevantes e a igualdade de género.

Para além daqueles objetivos, terão sido tomadas em consideração as recomendações da comissão europeia em resultado da avaliação de planos anteriores.

5.1.3. Algumas medidas de proteção social

Segundo Ribeiro, *et al.*, (2008) e conforme atrás referido, o PNAI (2008) engloba um número muito elevado de medidas de política social, algumas das quais se encontravam já em aplicação no âmbito da segurança social. Neste texto irão ser examinadas determinadas medidas adoptadas pelo PNAI que se envolvem num maior significado na luta contra a pobreza e a exclusão social, rendimento social de inserção, suplemento solidário para idosos, retribuição de encargos familiares, apoio a pessoas com deficiência ou incapacidades, apoio a minorias étnicas e imigrantes.

CAPÍTULO III – RESULTADOS

Este capítulo é composto por toda a análise de dados. Aqui ficarão patenteados os resultados de todo o processo de análise estatística, onde, particularmente, será definido o perfil dos residentes, a caracterização do Bairro, todo o apoio à volta deste espaço e também as dimensões envolventes e consequentes do lugar que se pretendeu analisar.

Ainda neste capítulo, reservado a uma apreciação fidedigna dos resultados granjeados, será apresentado o emergido das entrevistas realizadas às três Técnicas Superiores, (uma Técnica é a cordenadora do bairro da Abilheira, outra das Técnicas é responsável pela Associação “Boa Onda” e a última fornece apoio ao bairro através do município) que colaboram, conjeturam e atuam no Bairro da Abilheira. Foi ainda relevante conhecer as representações de práticas inerentes à intervenção com os residentes.

O perfil dos residentes foi estruturado de acordo com a entrevista exploratória com guião e procedimento qualitativo da mesma, bem como a interpretação dos inquéritos por questionário aos agregados familiares.

Posto isto, resta focar que este capítulo será finalizado com a conclusão dos dados obtidos, precedidos pelas referências bibliográficas.

1.Caracterização dos residentes, segundo as Técnicas Superiores

O Bairro de realojamento da Abilheira, situado no Concelho de Loulé, na cidade de Quarteira, ergueu-se em 1996 com o objetivo de realojar os moradores do Bairro dos pescadores e, segundo a Coordenadora do Bairro, para realojar também “pessoas sem habitação própria e que residissem há um longo tempo no Bairro” e com grandes carências monetárias.

Quando as casas foram atribuídas, cerca de 60 agregados familiares ficaram alojados com um total de 257 indivíduos, sendo estes, quase na totalidade, provenientes dos PALOP’s. Quinze agregados são de etnia cigana, com um total de 61 indivíduos. Os restantes sujeitos são portugueses, brasileiros e ciganos tendeiros.

No Bairro residiam cerca de 318 indivíduos divididos por 63 agregados familiares. Esta população, segundo as técnicas superiores “responsáveis” pelo Bairro, era composta, maioritariamente, por jovens.

Os habitantes que inicialmente ocuparam o Bairro continuam a morar no local, havendo a notória tendência para que aquele espaço continue a ser uma referência para cada uma das gerações, na medida em que estas famílias vão crescendo e vão permanecendo naquele espaço, já tão recheado de significado emocional... Posto isto, torna-se imprescindível referir que, ao longo de treze anos apenas duas famílias adquiriram casa própria fora do Bairro.

A maioria das gerações deste Bairro é caracterizada por se enquadrar na classificação de famílias reconstituídas, monoparentais e/ou alargadas. As causas de algumas destas parentelas estarem em rutura justifica-se com o facto de certos progenitores estarem imensas vezes ausentes ou por estarem a cumprir penas de prisão. Estas genealogias, segundo as técnicas superiores, eram formadas por indivíduos que

“têm comportamentos pouco sociáveis, alguns com dificuldades em interagir, desconhecem o significado de vizinhança, falta de civismo e têm comportamentos considerados desviantes. Evidenciam-se também indivíduos com problemas de álcool e droga. Muitas famílias, no seu interior, têm problemas de violência doméstica, falta de higiene e nutrição desequilibrada. Muitos dos pais não parecem ter noção de responsabilidade perante a educação dos seus filhos. O nível de escolaridade é baixo e a taxa de abandono escolar é muito elevada”.

A delinquência tem sido outro dos grandes problemas mais presentes nesta população, até porque importa saber que alguns destes indivíduos já foram detidos por variados motivos.

Uma opinião semelhante tem outra das técnicas que acompanha o dia-a-dia deste Bairro. Assim sendo, ela define os habitantes como “anti-sociáveis; mostram dificuldades em interagir; desconhecem o significado de vizinhança; aparentam uma grande falta de civismo; possuem um baixo nível de escolaridade e existe uma elevada taxa de abandono escolar”.

O recurso monetário destas famílias sempre se evidenciou extremamente baixo e os rendimentos muito instáveis. A maioria da população recebe rendimento de inserção social, outros estão abrangidos pelo subsídio de desemprego e ainda há quem apenas consiga trabalhos de cariz temporário ou atividades precárias. Podemos conferir que o Rendimento Social de Inserção, instituído pela Lei nº13/2003, de 21 de Maio, propõe-se garantir padrões mínimos de qualidade de vida a indivíduos carenciados e tenta encontrar soluções para a sua inserção na sociedade, isto é, na vida ativa. Os destinatários deste programa são famílias que se encontrem numa situação de carência económica muito grave, tal como algumas das famílias que compõem este bairro, referenciadas anteriormente.

Verificou-se que apenas doze indivíduos do número total de habitantes do Bairro frequentam cursos de formação profissional. Uma técnica superior confirmou que os habitantes possuíam “um nível económico muito baixo, tráfico de droga e de armas e existe um caso de prostituição não declarado”. Para as outras técnicas, o rendimento de inserção social, trabalho temporário e subsídio de desemprego foram os principais obstáculos destas famílias.

Todavia, na opinião destas três técnicas superiores, os habitantes não manifestaram sentimentos de frustração por se encontrarem desempregados, ou por serem dependentes dos subsídios que recebiam... Eles mostraram, antes, uma distorção do sentido do que é viver em sociedade, segundo normas e valores. Na cabeça destes indivíduos pairou (e pairará) uma frase repleta de significado, nomeadamente, “tenho direito a tudo”. Assim sendo, preferiam roubar, traficar drogas e armas, na medida em que o valor do trabalho, para eles, estava completamente distorcido. Por exemplo, segundo uma técnica responsável da associação “Boa Onda” do Bairro “não aceitam roupa dada, porque só querem roupa de marca”.

Estas afirmações vão ao encontro da teoria da “cultura de pobreza” criada por Oscar Lewis (1969), onde os pobres, que têm noção do seu estado de pobreza, tendem a não querer melhorar a sua condição de vida pois acreditam que o trabalho e a ambição nunca irão contribuir para o progresso da sua vida. Esta situação torna-se crónica e devastadora e passam esses valores de geração em geração. Os filhos irão continuar pobres. Este ponto contribui para explicar os padrões de pobreza em determinadas sociedades e a inexistência da evolução económica.

Para Lewis a situação dos pobres gera um sentimento de marginalidade, abandono, subordinação, inferioridade e falta de objetivos.

Posto isto, é notório o fraco/o frágil autoconceito destes cidadãos...

1.1. O Bairro

Os maiores problemas do Bairro, nomeados pelas técnicas, caracterizam-se sobretudo pela posição que os habitantes têm acerca do Bairro, como exemplo temos: “casa para a vida”; alguns agregados desestruturados; a falta de educação; a autoexclusão; a má gestão do rendimento; a elevada taxa de analfabetismo; a rede de parentesco muito alargada pois “são todos primos de...”; a ausência de redes de vizinhança; pouca solidariedade entre eles; existência de um líder por grupo e impermeabilidade ao grupo.

A prisão de um indivíduo sugeriu a existência de mais conflitos de vizinhança. As relações de parentesco são muito conflituosas, onde a falta de regras é evidente. Segundo uma técnica superior “uma família pode destabilizar todo o Bairro. As mentalidades são também um fator difícil de mudar”.

Estes conflitos, segundo as técnicas, deveriam ter mais intervenção por parte da Guarda Nacional Republicana. A resolução destes conflitos poderia passar também pela construção de uma associação de moradores, para sensibilizá-los para a relação de vizinhança, proximidade; criação de reuniões de grupo para aumentar a autoestima e valorização pessoal. Também o apoio da autarquia para a celebração de convívios de atividades entre moradores poderia ser um bom “mote” para a tentativa de se valorizarem as relações entre as pessoas.

1.2. Associações de apoio

Neste Bairro intervêm algumas associações locais, como a Fundação António Aleixo, que concede o rendimento de inserção social, a associação “Boa Onda” com dois projetos “Saúde em rede” e a APAF, integrado no IPR ao programa do IDT e o campo de ação de combate IEF e Associação Irene Rolo.

Ao nível de entidades de segurança, intervêm no Bairro a GNR e a Polícia de Intervenção.

Os projetos desenvolvidos no Bairro ficam a cargo da associação “Boa Onda” e os mesmos ocupam os jovens dos seis aos dezassete anos de idade, proporcionando-lhes atividades de lazer. Consoante outra das técnicas a “Boa Onda” ajuda famílias com problemas graves, auxiliando as parentelas na resolução de dilemas pessoais e sociais, mostrando-se, assim, um projeto dinâmico e ativo. Para além disto, existe ainda a animação de praia e a colaboração da escola de surf de Quarteira.

Existe também a preocupação no combate a roubos e tráficos, pois dos dezassete aos dezoito anos de idade os jovens mostram-se violentos e consumidores de drogas.

Segundo uma das Técnicas superiores “não houve alteração nenhuma”, e outra delas considera que “existiram alterações positivas, pois ao nível dos comportamentos estão mais sociáveis, têm mais regras de educação, aceitam o intercâmbio com outros projetos similares, fazem visitas nos tempos livres pelos concelhos”. Formaram também uma equipa masculina de futebol e brevemente formarão uma equipa feminina.

A autarquia teve uma intervenção positiva, segundo as técnicas superiores, principalmente no exterior, já que facultou apoio aos habitantes, nomeadamente: informações, encaminhamento de saúde, articulação com outras entidades, visando perceber os problemas e necessidades dos habitantes para tentar resolver os problemas destes em geral. A autarquia proporciona, então, segundo a opinião das três Técnicas Superiores, uma boa gestão social e habitacional.

Segundo a coordenadora do Bairro, não existe plano atual ou relatório de execução dos anteriores planos, nem diagnósticos da autarquia para o Bairro. Apenas existiu o Núcleo de Intervenção Comunitária e foi criado o condomínio pela gestão de regras.

Ninguém se pronunciou em relação a futuros projetos que visem um plano de apoio aos habitantes do Bairro da Abilheira. Limitaram-se ao silêncio...

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Caracterização sócio-biográfica dos residentes

Para analisar a situação socioeconómica e cultural dos habitantes do Bairro da Abilheira, onde atualmente residem cerca de 318 indivíduos, divididos por 63 agregados familiares, foram selecionados, aleatoriamente, um elemento de cada agregado.

Para aferirmos a amostra selecionada foi necessária a elaboração de um inquérito por questionário, com o intuito de se recolher informação objetiva, para verificar o nível de integração no Bairro e descortinar os problemas existentes. Verificar, ainda, a intervenção da autarquia junto dos moradores do Bairro foi outro dos pressupostos...

Os sujeitos observados, da amostra dos sessenta e três agregados, corresponde 52,4% ao género feminino e ao género masculino corresponde uma percentagem de 47,6%.

Verificou-se que a idade média dos inquiridos foi quarenta e cinco anos de idade, associada a um desvio padrão de dezassete. Observou-se uma amplitude total nesta variável de sessenta e quatro anos, traduzida pela diferença de idade do indivíduo mais novo, com quinze anos, relativamente ao mais velho de setenta e nove anos (Apêndice I).

Dos sessenta e três indivíduos com filhos e, no que respeita ao número médio das idades dos mesmos, certifica-se que, em média, os primeiros filhos têm a proximidade de vinte e um anos, os segundos de quinze anos, os terceiros onze anos, os quartos sete anos e os demais têm idades médias inferiores a cinco anos.

Relativamente à variável, composição do agregado familiar, constatou-se que em 60,3% de casos, 34,5% a resposta foi composta somente pelo filho, sendo ainda o valor percentual de 31,8% de respostas a um total de 55,6% de casos, com “outros” pessoas. As demais frequências relativas tiveram fraca expressão nesta pergunta.

Relativamente à amostra em estudo, constatou-se que a nacionalidade mais visível é a Portuguesa com uma frequência absoluta de quarenta e um indivíduos, seguidamente pela Angolana com dez casos e a Cabo-verdiana com oito. Com valores

menos expressivos temos outras nacionalidades não relevantes em termos de frequências.

Quando analisada a naturalidade dos indivíduos, observou-se que muitos destes foram provenientes de África, mais precisamente de Angola com 28,4% e Cabo-Verde com 19%. Nesta questão, tornou-se interessante referir que do total dos inquiridos com naturalidade Africana 66,7% mantiveram a mesma nacionalidade, sendo que a complementaridade foi composta por outras nacionalidades (33,3%), nomeadamente portuguesa e brasileira.

Por outro lado, quanto aos participantes de nacionalidade Portuguesa relativamente aos indivíduos naturais de diferentes proveniências, observou-se que, em contexto de concelhos de naturalidade, o maior destaque foi para o Algarve, onde as cidades de Faro, Loulé e Olhão apresentaram as maiores percentagens observadas, traduzidas por: 12,7%, 7,9% e 3,2%, respetivamente. Os demais concelhos referenciados pelos respondentes concretizam valores observados, por norma unitários, o que, estatisticamente, não teve qualquer relevância. Contudo, a título de observação exploratória dos dados observaram-se, também, habitantes provindos do Alentejo, mais concretamente de Beja com 3,2% e Grândola com 1,6%. Finalmente, com percentagens residuais, encontramos os Açores, Lisboa, Porto e também São Brás de Alportel, Silves, Vila Nova de Gaia e Viseu, todos estes tiveram frequências absolutas irrelevantes iguais a um (Apêndice III).

Observando o estado civil da amostra, verificou-se que a maior percentagem pertence à classe de solteiros, com 33,3%, seguidos dos casados com uma percentagem quase similar na ordem de 30,2%. Consecutivamente, encontrou-se a união de facto com uma percentagem menor, traduzida por 15,9% e, finalmente, com 14,3% os indivíduos viúvos e divorciados com 6,3%.

2.2. Análise da pobreza no Bairro

Analisando a literacia dos respondentes, observou-se que muitos dos indivíduos desta amostra apresentam níveis baixos nesse campo, uma vez que 87,3% não possuem o 3º ciclo. Destes, 25,5% não sabem ler nem escrever, 38,2 não têm o 1º ciclo concluído, 25,5% detém o 1 ciclo completo e apenas 10,8% revela o 2º ciclo concluído. Daqueles que obtiveram habilitações acima do 3º ciclo de escolaridade

(12,7%) 50% frequentam cursos profissionais e completaram o 3º ciclo. Tratou-se de uma amostra com um baixo nível de escolaridade (Tabela 1.).

Tabela 1- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, Habilitações literárias.

	Frequência absoluta	Frequência relativa
Não sabe Ler nem Escrever	14	22,2
Inferior ao 1º Ciclo (4ª Classe)	21	33,3
1º Ciclo	14	22,2
2º Ciclo	6	9,5
3º Ciclo	4	6,3
Curso Profissional ou Tecnológico	4	6,3
Total	63	100,0

No que se refere às profissões dos respondentes, constatou-se que cerca de um quinto amostral (20,6%) trabalha no ramo da hotelaria. As profissões relativas a pessoal de serviços e vendedores destacam-se também com uma percentagem de 17,5%. Com menos evidência temos as categorias de trabalhadores de vigilância, portaria, limpeza e similares com 12,7%, seguidamente com igual percentagem, 9,5% os trabalhadores de construção civil/ obras e domésticas. Verificaram-se as percentagens de 7,9% para o setor de agricultura/pesca, 4,8% a classe estudantil, trabalhadores de restauração e trabalhadores rodoviários. Finalmente, apresentou-se com uma percentagem muito pouco significativa, o grupo dos trabalhadores do ramo metalúrgico, pessoal administrativo e similares com 3,2%, e com 1,6% um militar (Apêndice XI).

Decompondo a situação profissional atual, notou-se que 41,3% dos habitantes do Bairro se encontram empregados, 31,7% estão em situação de desemprego, 4,8% frequentam formação profissional, 3,2% trabalham em regime de *part-time* e 19% enquadram-se noutras situações não especificadas. Destas, soube-se que 91,67% dos respondentes estavam aposentados sendo de 8,33% a proporção de estudantes (Tabela 2.).

Tabela 2- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, situação atual

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência Relativa Excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Empregado	26	41,3	41,3	41,3
Desempregado	20	31,7	31,7	73,0
Formação profissional	3	4,8	4,8	77,8
Part-time	2	3,2	3,2	81,0
Outro (s)	12	19,0	19,0	100,0
Total	63	100,0	100,0	

2.3. Apoio social

Considerando a análise da variável referente ao apoio social, observou-se que 33,33% estão a receber reforma social, 27,00% encontram-se abrangidos pelo subsídio de desemprego, 24,24% recebem o rendimento mínimo de inserção e 12,12 % carecem de rendimento mínimo garantido apenas 33,3% dos moradores o recebem (Apêndice XI).

Podemos, de alguma forma, concluir que as dificuldades pessoais mais significativas dos inquiridos se centram nas carências/dificuldades financeiras, com uma frequência absoluta de trinta e sete casos, seguida de outras dificuldades não nomeadas por estes, com uma frequência de nove situações e finalmente, com cinco casos encontrou-se a apatia/descontentamento geral destes habitantes.

2.4. Relação com o Bairro

Analisando o período de tempo que os inquiridos habitam o Bairro, sobressaiu, com uma elevada percentagem de 69,8%, aqueles que vivem nesse lugar desde a sua construção. Com uma percentagem inferior, com cerca de 4,8%, os indivíduos que lá moram há doze anos, e com percentagens mais insignificantes apresentaram-se outros anos, nomeadamente uns que habitavam entre oito anos e há menos de um ano (Apêndice XIII).

Existiram alterações que os habitantes perceberam no Bairro desde que o habitam. Assim, 33,3% consideraram que existiram alterações negativas, 20,6% afirmaram não notar quaisquer alterações positivas e um número considerável assegurou não ter havido qualquer tipo de modificação no Bairro. 3,2% dos participantes não responderam (Apêndice XIV).

Investigando a variável do valor que os indivíduos pagavam pela ocupação da casa, verificou-se que em média pagam cinquenta e nove euros de renda, associada a um desvio padrão de 44,8. O valor mais frequente, pago pelos habitantes, foi de quarenta euros. O valor máximo pago pela renda foi de duzentos e quarenta e cinco euros e o valor mínimo traduziu-se nulo, uma vez que existiam casos em que os respondentes não pagavam renda (Apêndice XV).

Quando questionados acerca do estado da sua habitação, uma grande maioria dos habitantes afirmou que a mesma se encontrava em estado considerado bom, tendo isto sido justificado com uma frequência considerável de trinta e nove casos. Com treze respostas, encontrou-se a caracterização do estado da habitação como médio e em nove casos constatou-se que os inquiridos se referiam à sua habitação como degradada no interior. Somente dois casos fizeram referência ao exterior com estando danificado (Apêndice XVI).

3. Problemas e conflitos no Bairro

Relativamente à relação de vizinhança, notou-se que a grande maioria da população desenvolve boas relações com os vizinhos, tendo um valor percentual de 68,3%. Em oposição ao anteriormente referenciado, manifestaram-se 31,7% que alegaram não estabelecer qualquer tipo de relação de proximidade (Apêndice XVII).

Ao nível dos problemas detetados no Bairro, pela população inquirida, confirmou-se que 17,5% não identificou qualquer problema no lugar que habita e com igual percentagem outros habitantes identificaram diversos problemas. No entanto, não os expõem.

Urge referir que uma contrariedade salientada pelos habitantes, com 11,1%, foi a droga e com valores logo abaixo, com 7,9%, apresentaram-se os conflitos e a marginalidade. Foram também identificadas outras problemáticas, particularmente

roubos, conflitos e barulho. Destes, 9,5% não identificaram problemas (Apêndice XVIII).

Analisando as respostas à questão acerca das soluções para os problemas, verificou-se que 20,6% concluíram que a solução mais pertinente seria o aumento do sistema policial na zona e para 14,3% a solução passaria pelo apoio mais significativo por parte da Autarquia.

Com outras percentagens, não tão expressivas, encontraram-se outras resoluções, tais como a reintegração na sociedade sem discriminação e a ocupação para todos com 3,2%; realojar os habitantes noutra sítio com 6,4%; mais educação, acabar com a droga, apoio familiar, mais civismo com percentagens diversas. A esta questão não responderam 39,7%.

Nos resultados obtidos das soluções apresentadas pelos habitantes viu-se que a intervenção do sistema policial foi muito aclamada, com 20,6%. Depois com 15,9% afirmaram que a solução seria o apoio da Autarquia e afins, e finalmente com 6,3% propuseram acabar com a droga e conflitos no Bairro. Com 39,7% referiram outras soluções mas não as discriminaram.

Avaliando a opinião dos inquiridos acerca da segurança no Bairro, ficou-se com a percepção que mais de metade dos habitantes, 54,0% consideraram o Bairro um local inseguro e instável, ao contrário de 39,7% que opinaram positivamente acerca da segurança do Bairro. A esta questão, 6,3 foram indiferentes ou optaram por não responder (Apêndice XXV).

3.1. Intervenção no Bairro

Na análise referente à opinião dos moradores acerca da associação “Boa Onda”, com a pretensão de se aferir se a mesma teve ou não uma participação ativa com os habitantes, averiguou-se que quarenta e cinco dos casos manifestaram firmemente que sim e dezoito responderam que não.

Na sequência das respostas ao quadro anterior, foi notória a satisfação dos participantes, relativamente à intervenção da Associação “Boa Onda”, tendo os indivíduos referido que a ajuda prestada se revelou importante. Assim sendo, no que respeita à ajuda direta às pessoas daquela comunidade, a mesma obteve um valor percentual de 9,5% e de 4,8% para a organização das atividades.

Atendendo à opinião dos habitantes relativamente aos aspetos positivos da Associação “Boa Onda”, os mesmos evidenciaram a ajuda prestada às crianças com 27%, seguindo-se a ajuda na educação com 23,8%. Também a ajuda a pessoas mais carenciadas teve um valor de 15,9%.

Com valores menos importantes, proferiram vários aspetos positivos da associação como: ensinar bons comportamentos, realização de saídas com as crianças e passeios, bem como o convívio entre todos. Há que salientar ainda que 6,3% não encontraram qualquer aspeto positivo e 19,0% não respondeu.

Analisando os aspetos positivos da “Boa Onda”, verificou-se que 73% consideraram que esta associação “ajuda as pessoas” e 7,9% afirmaram que a associação proporciona “convívio entre os habitantes” e 19% optou por não responder (Apêndice XXII).

No que respeita aos aspetos negativos da Associação “Boa Onda” foram encontrados trinta e cinco casos que afirmaram não identificar quaisquer aspetos negativos; seguidamente identificaram-se alguns problemas como o barulho, a falta de educação por parte das crianças, a não preocupação com os problemas dos adultos e a falta de espaço. Catorze indivíduos não manifestaram a sua opinião (Apêndice XXII).

Relativamente à construção de uma Associação de moradores no Bairro, observou-se que 84,1% considerou imprescindível a presença de um espaço no Bairro que dê apoio a toda a esta população. Opondo-se a este valor encontramos 11,1% que não vêem qualquer benefício na construção de um espaço comunitário. Com a percentagem de 1,6% apenas, deparou-se com três situações distintas, uma que respondeu “talvez” seja necessário a construção da associação, outro caso que considerou necessário e afirmou “já estar a tratar de uma associação juvenil” e, finalmente, o outro caso que não respondeu.

Na amostra selecionada, quando os habitantes do bairro foram questionados acerca do apoio prestado pelo Município, trinta e um indivíduos consideraram que a Autarquia apoiou o Bairro; com um valor muito próximo, trinta e dois indivíduos, afirmaram que não existiu apoio por parte dessa entidade (Tabela 3.).

Relativamente à justificação encontrada pelos habitantes, quando aferidos acerca do apoio do Município, 58,7% afirmaram que “apoia no que é necessário”, 30% consideraram não encontrar qualquer alteração e 11,1% não respondeu (Tabela 3.).

Tabela 3- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, o Município tem apoiado, na sua opinião o Bairro

	Frequência absoluta	Frequência Relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Sim	31	49,2	49,2	49,2
Não	32	50,8	50,8	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Porquê

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência Relativa Excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Apoia no que é necessário	37	58,7	58,7	58,7
Sem alterações	19	30,2	30,2	88,9
Não respondeu	7	11,1	11,1	100,0
Total	63	100,0	100,0	

3.2. Segurança e futuro do Bairro

Os residentes do Bairro da Abilheira, relativamente ao seu futuro, em termos habitacionais, referiram que não pretendem adquirir casa noutra local, 50,8%. Em contrapartida, viu-se que 49,2% tinha como objetivo sair do Bairro (Apêndice XXIV).

Em termos de segurança, averiguou-se que mais de metade dos inquiridos consideram o Bairro um local seguro, representado por 54%, e com uma percentagem de 46% certificou-se que não sentiam segurança ou estabilidade no Bairro.

Quando questionados sobre a segurança do Bairro viu-se que 31,7% dos habitantes afirmaram que sentiam insegurança, 14,3% justificou que existia o problema de droga e roubos, apenas 4,8% considerou um local seguro 7,9% subscreveu “outras” hipóteses. A esta questão não responderam 41,3%.

Se estivesse ao alcance dos habitantes do Bairro, a principal questão a ser imutada, seria o “fim da droga e dos conflitos” e com a mesma percentagem, de 20,6%

seria alguns habitantes do Bairro. O aspeto do Bairro, com 11,1%, seria também alterado, com 7,9% referiram que não alteravam nada, com apenas 3,2% mudavam tudo. Foram dadas outras respostas não enunciadas pelos participantes com 34,9% apenas 1,6% não respondeu (Apêndice XXVI).

Verificou-se que no género feminino, com idades até aos vinte anos, existiu um caso com o 1ºciclo e outro com o 3ºciclo; na faixa etária compreendida entre os vinte e um e os trinta anos, relativo ao sexo feminino, um não sabe ler; outro caso apresenta o 1º ciclo; outro o 3ºciclo e ainda se verificou um caso que detinha um curso profissional ou tecnológico.

Relativamente ao género masculino, existe um número de casos significativos, dos quais, três têm o 1ºciclo e com igual valor possuem o 2ºciclo; dois indivíduos apenas detêm escolaridade inferior à 4ªclasse e com três casos divididos, um para “não sabe ler nem escrever”, outro para o 3ºciclo e o último possui um curso profissional ou tecnológico.

Dos trinta e um aos quarenta anos apenas um tinha o 1ºciclo e o outro caso o 2ºciclo. Na faixa etária quarenta e um aos cinquenta anos, no género feminino, verificou-se uma frequência de casos significativa, onde seis indivíduos mostram possuir escolaridade inferior ao 1ºciclo. Seguidamente, com o mesmo índice de casos, encontraram-se as opções “não sabe ler nem escrever” e 1ºciclo, ambas com três casos e apenas um caso com o 1ºciclo.

No sexo masculino houve seis casos neste grupo, três que possuíam o 1ºciclo e os outros três usufruíam do 2ºciclo.

Posteriormente, apresentou-se a faixa etária dos cinquenta e um aos sessenta anos. Neste grupo, e analisando o sexo feminino, duas destas inquiridas tinham habilitações inferiores ao 1ºciclo, três casos foram distribuídos pelas opções “ não sabe ler nem escrever”, 1ºciclo e curso profissional ou tecnológico. No sexo masculino sobressaíram apenas dois casos com habilitações inferiores à 4ªclasse.

Com mais de sessenta anos, o sexo feminino revelou-nos quatro casos que não sabiam ler nem escrever e três que apresentavam aptidões inferiores ao 1º ciclo. Finalmente no género masculino, quatro casos não sabiam ler nem escrever e tinham escolaridade inferior ao 1ºciclo.

Concluímos, assim, que entre os dois géneros existiu uma discrepância, onde o sexo feminino apresentou nove casos que não sabiam ler nem escrever, contra uma frequência de cinco indivíduos do sexo masculino com a mesma lacuna.

Com formação inferior ao 1ºciclo (4ªclasse) destaca-se o género feminino com onze casos e o género masculino com dez. Não existiu, nesta situação concreta, uma diferença notável entre os géneros. Com uma semelhança notória, de sete casos, encontrou-se a escolaridade 1ºciclo, para ambos os sexos.

Relativamente às habilitações correspondentes ao 2ºciclo, verificou-se uma frequência mais elevada para o sexo masculino, enquanto no 3ºciclo se evidenciou o oposto. Em ambos os sexos foi constatada a mesma frequência nas habilitações de curso profissional ou tecnológica.

Conferiu-se que esta população do Bairro da Abilheira apresenta um baixo nível de escolaridade e existe ainda uma frequência considerável de casos que não revelam qualquer habilitação literária. Este fator assenta numa das causas da situação de pobreza deste Bairro (Tabela 4).

Tabela 4 - Tabela de contingência idade, habilitações literárias, sexo

Género		Habilitações literárias						
por categorias	Idade	Não sabe Ler nem Escrever	Inferior ao 1º Ciclo (4ª Classe)	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Curso Profissional ou Tecnológico	Total
Feminino	Até 20 anos	0	0	1	0	1	0	2
	Dos 21 aos 30 anos	1	0	1	0	1	1	4
	Dos 31 aos 40 anos	0	0	1	1	0	0	2
	Dos 41 aos 50 anos	3	6	3	0	1	0	13
	Dos 51 aos 60 anos	1	2	1	0	0	1	5
	Mais de 60 anos	4	3	0	0	0	0	7
	Total	9	11	7	1	3	2	33
Masculino	Dos 21 aos 30 anos	1	2	3	3	1	1	11
	Dos 31 aos 40 anos	0	0	3	2	0	1	6
	Dos 41 aos 50 anos	0	3	1	0	0	0	4
	Dos 51 aos 60 anos	0	2	0	0	0	0	2
	Mais de 60 anos	4	3	0	0	0	0	7
	Total	5	10	7	5	1	2	30

A análise efetuada acerca da idade dos inquiridos, juntamente com a sua situação profissional atual e se tinham filhos ou não, mostrou que a maior parte, com cerca de quarenta e seis casos, tinha filhos. Neste grupo destacou-se a faixa etária dos vinte e um aos quarenta anos de idade, onde se verificou um considerado nível de

desemprego. Em oposição deparou-se a faixa etária dos quarenta e um aos sessenta anos de idade, em situação de emprego, seguidamente, a partir dos sessenta anos, estando estes indivíduos também na mesma situação, embora a maior percentagem já se encontre a receber a reforma social.

Dos indivíduos que não tinham filhos, a maior parte estava empregada, tendo-se verificado uma frequência de casos inferior para a situação de desemprego. Assim, o grupo com filhos encontrou-se, na sua maioria, em situação de emprego.

Relativamente às habilitações literárias dos participantes e a sua situação atual apurou-se que os indivíduos que não possuíam qualquer habilitação literária se encontravam empregados. Todavia, com um número abaixo, mas próximo, viu-se que existe a situação de desemprego.

Na situação de desemprego encontraram-se dois grupos:⁴

- os que nem o 1º ciclo mostram ter completo, sendo este um caso que revela uma frequência significativa;
- os que se encontram a trabalhar, mesmo possuindo somente o 1º ciclo, o 3º ciclo ou um curso profissional ou tecnológico.

Conclui-se que as habilitações foram baixas e a taxa de desemprego notória, no entanto, encontrou-se uma taxa também semelhante para as pessoas que estavam empregadas, ou seja, os níveis de emprego e desemprego foram muito idênticos (Tabela 5).

Tabela 5 - Tabela de contingência idade, situação profissional atual e filhos

Situação profissional atual	(Classe) Idade	Filhos		
		Sim	Não	Total
Empregado	Até 20 anos	0	1	1
	Dos 21 aos 30 anos	2	6	8
	Dos 31 aos 40 anos	2	0	2
	Dos 41 aos 50 anos	9	1	10
	Dos 51 aos 60 anos	3	0	3
	Mais de 60 anos	2	0	2
	Total	18	8	26
Desempregado	Dos 21 aos 30 anos	3	2	5
	Dos 31 aos 40 anos	4	1	5
	Dos 41 aos 50 anos	6	1	7
	Dos 51 aos 60 anos	2	1	3
	Total	15	5	20
Formação profissional	Dos 21 aos 30 anos	1	1	2
	Dos 31 aos 40 anos	0	1	1
	Total	1	2	3
Part-time	Dos 51 aos 60 anos	1		1
	Mais de 60 anos	1		1
	Total	2		2
Outro (s)	Até 20 anos	0	1	1
	Mais de 60 anos	10	1	11
	Total	10	2	12

Os habitantes que viviam no Bairro há menos de cinco anos identificaram vários problemas, nomeadamente, conflitos e marginalidade, droga, barulho e alguns roubos.

No intervalo de cinco a dez anos, os habitantes nomearam, com alguma frequência, a droga, conflitos, marginalidade e também alguns roubos e barulho.

Os indivíduos que habitavam há mais de dez de anos no Bairro, reconheceram, com um elevado número de casos, o problema da droga, seguido da marginalidade, roubos, barulhos, alguns conflitos. Foram ainda apontados outros problemas não mencionados. Outro grupo de participantes considerou não identificar problemas ou conflitos no Bairro.

Concluiu-se que quem habitava o Bairro há mais anos, identificou mais problemas e mais conflitos, percebeu-se também que, a droga e a marginalidade foram

os problemas que os indivíduos mais identificaram como presentes no Bairro (Tabela 6).

Tabela 6- Tabela de contingência percentual problemas no Bairro e o nº de anos que habitam no Bairro

		Número de anos em que habita no Bairro			Total
		Menos de 5 anos	Entre 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	
Problema	Barulho	0	0	1	1
	Barulho, Marginalidade	0	0	2	2
	Conflitos	0	0	2	2
	Conflitos, Marginalidade	1	0	0	1
	Droga	1	0	6	7
	Droga, Barulho	2	0	1	3
	Droga, Conflitos	0	3	2	5
	Droga, Marginalidade	0	1	4	5
	Droga, Roubos	0	1	1	2
	Drogas, Roubos, Marginalidade	1	0	2	3
	Não identifico nenhum	1	0	10	11
	Não responde	1	1	4	6
	Outros	0	0	11	11
	Roubos, Barulho	0	1	3	4
Total		7	7	49	63

Em relação à situação atual dos inquiridos, ao mesmo tempo que se verificou se estavam abrangidos por algum apoio social, notou-se que quem recebeu subsídio de desemprego foram indivíduos desempregados. Consequentemente, os indivíduos que auferiam o rendimento mínimo garantido estavam igualmente sem trabalhar.

Dos indivíduos que ganhavam o rendimento social de inserção, averiguou-se que uma parte significativa de casos se encontrava desempregada. Encontravam-se também a receber este apoio outros indivíduos, no entanto com uma frequência mais baixa.

Conclui-se, neste quadro, que cerca de metade da população estava dependente de apoios sociais (Tabela 7).

Tabela 7 - Tabela de contingência situação atual e apoio social

		Situação atual					Total
		Empregado	Desempregado	Formação profissional	Part-time	Outro (s)	
Está abrangido por algum apoio social	Rendimento social de Inserção	1	4	1	2	0	4
	Subsídio de desemprego	0	9	0	0	0	9
	Rendimento mínimo garantido	0	4	0	0	0	8
	Reforma social	0	1	0	0	10	11
	Não qualquer apoio social	1	0	0	0	0	1
	Não responde	24	2	2	0	2	30
Total		26	20	3	2	12	63

No que se refere às alterações que os indivíduos fariam no Bairro, destacou-se o fim dos conflitos/droga, aspeto do Bairro e deslocar os habitantes do Bairro. Estas opções foram seleccionadas sobretudo pela população a partir dos quarenta anos.

A opção “outros” foi escolhida por muitos dos inquiridos, principalmente por jovens e indivíduos com mais de sessenta anos.

Alguns indivíduos jovens consideram não ser necessário qualquer tipo de mudança.

Resumindo, nota-se que os indivíduos a partir dos quarenta anos sentiam, significativamente, mais necessidades de mudanças no Bairro. E os indivíduos mais jovens não identificam a necessidade de mudanças (Tabela 8).

Tabela 8- Tabela de contingência o que mudaria no bairro, idade

		Idade em categorias						
		Até 20 anos	Dos 21 aos 30 anos	Dos 31 aos 40 anos	Dos 41 aos 50 anos	Dos 51 aos 60 anos	Mais de 60 anos	Total
Mudaria	Tudo	0	0	1	0	1	0	2
	Nada	0	3	1	1	0	0	5
	Fim dos conflitos/droga	0	3	1	4	0	5	13
	Outros	1	7	3	2	2	7	22
	Não respondeu	0	0	0	1	0	0	1
	Aspecto do Bairro	1	1	0	4	1	0	7
	Mudar os habitantes	0	1	2	5	3	2	13
Total		2	15	8	17	7	14	63

Analisaram-se, a nível pessoal, as dificuldades que os habitantes sentiam, juntamente com a situação atual, tendo-se constatado que, quem se encontrava desempregado sentia dificuldades de ordem financeira. Essas dificuldades foram também sentidas, mas num nível menor, pela população empregada. Os indivíduos desempregados sentiam, ainda, um ambiente apático e revelaram um descontentamento geral.

Observou-se também a alusão de “outras dificuldades” encontradas em primeiro plano pela população empregada e logo de seguida pelos desempregados (Tabela 9).

Tabela 9 - Tabela de contingência a nível pessoal quais as dificuldades mais presentes no seu dia-a-dia, situação atual

		A nível pessoal quais as dificuldades mais presentes no seu dia-a-dia				
		De ordem financeira	Outras dificuldades	Apatia/descontentamento geral	Não deve responder	Total
Situação Atual	Empregado	12	5	1	8	26
	Desempregado	13	3	3	1	20
	Formação profissional	2	0	0	1	3
	Part-time	2	0	0	0	2
	Outro (s)	8	1	1	2	12
Total		37	9	5	12	63

No que respeita aos resultados referentes ao valor que os habitantes pagavam pela sua habitação, bem como sobre a abrangência (ou não) por algum apoio social, aferiu-se que os indivíduos que pagavam uma renda inferior a cinquenta euros se encontravam, na sua maioria, a receber a reforma social ou o rendimento social de inserção. Por outro lado, com valores quase próximos, mas menos significativos, sobressaíram indivíduos que recebiam subsídio de desemprego e o rendimento mínimo garantido.

Quem pagava renda, entre os cinquenta e os oitenta euros, eram os inquiridos que recebiam a reforma social, o rendimento mínimo de inserção e o rendimento mínimo garantido. No entanto, estes casos apresentaram uma frequência baixa.

O valor, entre oitenta e um e cento e vinte euros, foi pago por indivíduos que recebiam o subsídio de desemprego e a reforma social.

Verificou-se, ainda, que apenas um indivíduo pagava uma renda pela sua casa, entre cento e vinte e um a duzentos euros e que se encontrava a receber o subsídio de desemprego. A ganhar este subsídio também se encontrava outro caso isolado que pagava uma renda superior a duzentos euros (Tabela 10).

Tabela 10 - Tabela de contingência renda da casa e apoio social

		Valor pago pela renda da casa				Total
		Menos de 30 euros	[30, 50[	[50, 80[	80 ou mais euros	
Está abrangido por algum apoio social	Rendimento mínimo de Inserção	4	3	1	0	8
	Subsídio de desemprego	1	3	0	5	9
	Rendimento mínimo garantido	1	2	1	0	4
	Reforma social	2	6	2	1	11
	Não qualquer apoio social	1	0	0	0	1
	Não deve responder	6	9	5	10	30
Total		15	23	9	16	63

Relativamente ao apoio prestado pelo Município, metade dos inquiridos afirmou que existia apoio por parte deste e a outra metade o oposto. Todavia, estavam de acordo no que respeita à construção de uma associação de moradores no Bairro. Apenas uma percentagem mínima afirmou não ser necessária a construção (Tabela 11).

Tabela 11 - Tabela de contingência o Município tem apoiado o Bairro, considera necessário a construção da associação de moradores

		Considera necessário a construção de uma associação de moradores					Total
		Não	Não respondeu	Sim	Sim e estamos a tratar de uma associação juvenil	Talvez	
Porquê	Apoia no que é necessário	4	1	30	1	1	37
	Sem alterações	1	0	18	0	0	19
	Não respondeu	2	0	5	0	0	7
	Total	7	1	53	1	1	63

Conclusão

O Bairro Municipal da Abilheira, designado como Bairro de realojamento social, pertence ao Município de Loulé, localizado na periferia de Quarteira.

Este Bairro foi construído com o objetivo de realojar os ex-moradores do Bairro dos pescadores, após o 25 de Abril, com o fenómeno da descolonização e com a vinda de famílias de ex-colónias para Portugal que aqui se radicaram, tendo formado um Bairro de lata, durante décadas.

Esta investigação teve como objetivo primordial estudar a dimensão da pobreza no bairro concreto da Abilheira. É importante também salientar que, com o trabalho aqui conjeturado, se pretendeu, ainda, efetivar uma abordagem geral sobre as agruras que afetam o bairro, de modo a que se venha a oferecer outra referência para as entidades que trabalham com estas temáticas, criando mais informação a nível local.

Este estudo permite o conhecimento das opiniões, sentimentos e necessidades dos residentes locais sobre a sua situação real, na medida em que lhes é solicitada uma opinião inerente à sua forma de estar, de ser, de sentir e de interagir...

Podemos definir uma caracterização para os agregados familiares que compõem este Bairro, citando uma das Técnicas Superiores, “são famílias nucleares desfeitas com progenitores ausentes ou presos. Os tipos de famílias predominantes foram a monoparental seguida da alargada”. A média das idades dos habitantes foi de quarenta e cinco anos de idade, evidenciando-se, portanto, uma população em idade ativa. Mais de metade dos habitantes inquiridos foram do sexo feminino. Estes indivíduos encontravam-se em situação de emprego, embora o nível de desemprego esteja muito próximo.

Encontraram-se, também, alguns indivíduos a receber a reforma social e uma considerada faixa etária a receber subsídio de emprego e o rendimento mínimo de inserção. O grupo mais afetado pelo desemprego foi o dos vinte e um aos quarenta anos de idade. O ramo da hotelaria e vendedores foram as áreas onde estes indivíduos estavam inseridos no mercado de trabalho.

Relativamente à habitação, é de salientar que os indivíduos pagavam, em média, cinquenta e nove euros, sendo o valor mais frequente de renda, os quarenta euros. Este valor foi acordado conforme o seu rendimento mensal e a composição do seu agregado familiar. Os indivíduos que pagavam renda inferior a cinquenta euros

encontravam-se, na sua maioria, a receber a reforma social e o rendimento social de inserção.

No que respeita a escolarização, a amostra identifica resultados muito baixos, 87,3% não tinham o 3º ciclo e destes 25% não sabiam ler nem escrever e 38,2% não tinham o 1º ciclo concluído. Isto poderá justificar a precariedade no trabalho e a falta de opções de escolha para trabalhar.

A baixa escolarização dificultou a procura de emprego e pode encaminhar os indivíduos para a “exclusão”, tornando-se difícil a integração no mercado do trabalho. Verificou-se, neste estudo, que o grupo de desempregados se centrava naqueles que não tinham filhos. Estes indivíduos sentiam muitas dificuldades, especialmente a nível financeiro, e os que estão sem emprego revelaram apatia e um descontentamento geral.

Segundo Castel (1997), a exclusão social é a fase extrema do processo de marginalização, entendido como um percurso descendente com várias ruturas sucessivas da relação estreitada pelo indivíduo com a sociedade. A rutura com o mercado de trabalho, corresponde ao desemprego, sendo a fase extrema a rutura familiar, afetiva e de amizade.

Neste Bairro, foram identificados vários problemas e conflitos. A droga, a marginalidade e os confrontos constituíram os principais pontos negativos a serem mencionados. Os moradores queixaram-se, também, de alguns roubos e da existência de muito barulho entre os moradores, tendo sido zeloso analisar que quem habitava o Bairro há mais tempo conseguia identificar mais situações conflituosas do que os habitantes mais recentes. Sugeriram alguns apoios no Bairro, a nível de intervenção da GNR no Bairro e mais apoio da Autarquia e afins. A sugestão de uma Associação de moradores foi aplaudida por uma percentagem muito significativa desta população.

Em termos de segurança, mais de metade da população caracterizou o Bairro como um local inseguro e instável, mas muitos destes habitantes não ponderam sair do Bairro, uma vez que não mostram possuir condições monetárias para adquirir outra habitação.

Em termos de intervenção local encontramos uma Associação, a “Boa Onda”, que desenvolveu um trabalho social com os habitantes deste Bairro. Os mais novos tinham um espaço para se recolherem e participarem em atividades diversas, não só com os jovens, mas também com toda a população.

A “Boa Onda” tentou dar respostas a diferentes situações e problemas. A participação desta associação, na vida destes indivíduos, revelou-se ativa e muito

positiva. No entanto, para alguns indivíduos, a “Boa Onda” não foi capaz de dar uma resposta eficaz a todas as questões colocadas, em especial, por alguns adultos. Sublinharam ainda que a associação não desempenhou um papel importante na vida dos habitantes mais novos, as crianças, pois estas continuavam na rua e “mal-educadas”.

A maioria dos habitantes inquiridos afirmou que mudava “muita coisa” no Bairro, como por exemplo a “construção de uma Associação a sério”, as “pessoas”, colocavam um supermercado no Bairro e retiravam a delinquência da rua. A ocupação para as pessoas desempregadas foi de extrema prioridade. Esta situação tende a transformar-se numa condição viciada, pois muitos dos indivíduos acomodam-se aos subsídios e não procuraram trabalho. Os jovens foram o reflexo desta situação, seguindo os passos dos seus progenitores.

Este Bairro podia ser o espelho de outros Bairros problemáticos onde a falta de apoio e iniciativas predominam. Acabam por ser locais muitas vezes de passagem e outras tantas de permanência indefinida. Aqui os problemas crescem e as soluções não nascem. As dimensões dos problemas emergem e as soluções tendem a não aparecer. As causas são encontradas, mas muitas vezes ignoradas. As associações e os órgãos competentes são muitas vezes insuficientes para responderem a tais dimensões. Ou simplesmente as pessoas não querem agir em função de uma solução mais adequada.

A exclusão com a agudização das desigualdades, resultantes numa dialética de oposição, a exclusão resulta de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos gerando uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios (cf. Capucha 1998).

A pobreza e exclusão tendem, assim, a continuar intocáveis e o seu controlo indominável.

Como referiu Bruto da Costa (2008), a pobreza, com referência à necessidade material, pode limitar-se à falta de alguns bens ou serviços que são considerados essenciais.

As consequências da pobreza estão, assim, presentes no dia-a-dia de muitos indivíduos que se encontram nesta situação. Até o local onde os sujeitos vivem foi caracterizado, temos o exemplo de alguns habitantes que referiram não conseguir trabalho ou mesmo fazer amigos com outros indivíduos que os consideravam “à parte” e até mesmo “perigosos”. Estes indivíduos são assim discriminados em várias fases e diferentes pontos na sua vida por pertencerem a um local “rotulado” de “problemático”.

Segundo Lewis (1969), o mundo social desajustado cria relações de dominação de homem para homem. Estes são pré-requisitos mínimos e de forte carga política e ideológica das experiências humanas que levam então às condições de segregação, violência, fome, subdesenvolvimento e exploração, na qual os pobres encontram no meio, a sua realidade inculcada de geração após geração, forte sentimento de marginalidade, de desamparo, de dependência e de inferioridade.

Bibliografia

- Almeida, João Ferreira de & Pinto, José Madureira. (1990). *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Almeida, João Ferreira *et al.* (1994). *Exclusão Social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Almeida, S. Leandro & Freire, Teresa. (1997). *Metodologias da Investigação*. Coimbra: Editora APPORT.
- Almeida, João Ferreira. (1993). *Integração Social. Algumas Questões*. In *Análise Social*, nº123-124.
- Almeida, João Ferreira & Luís Capucha & António Firmino da Costa & Fernando Luís Machado & Isabel Nicolau & Elisabeth Reis. (1992). *Exclusão social -factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Aleixo, António. (1983). *Este livro que vos deixo*. Loulé. Viseu: composto e impresso na tipografia Guerra.
- Buordieu, Pierre (coord.). (2001). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.
- CIES/CESO I & D.(1998). *Grupos Sociais Desfavorecidos face ao emprego - tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis*. Lisboa.
- Capucha, Luis. (1998). *Pobreza e exclusão social e marginalidade*. In Viegas, J. M. Late & Costa, António Firmino da (orgns.) *Portugal que modernidade?* Oeiras: Celta Editora.
- Castel Robert .(1995). *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Gallimard.
- Chambers, Robert. (1995). *Desenvolvimento Rural-Fazer dos últimos os primeiros*. Luanda: ADRS.
- Costa, Alfredo Bruto da. (1984). *Conceito de Pobreza*. In *Estudos de Economia*. Vol. IV, n.º3: 275-295.
- Costa, Alfredo Bruto da & Silva, Manuela & Pereirinha, José & Matos Madalena. (1985). *Pobreza em Portugal*. Lisboa: Caritas.
- Costa, Alfredo Bruto da. (1998). *Exclusões sociais*. Cadernos Demográficos, n.º2. Lisboa: Grádiva.
- Costa, Alfredo Bruto da. (2008). *Um olhar sobre a pobreza*. Lisboa: Grádiva.
- Costa, António & Silva, Manuela. (1989). *Pobreza Urbana em Portugal: um inquérito a famílias em habitat degradado, nas cidades de Lisboa, Porto e Setúbal*. Lisboa: Caritas Portuguesa.

- DEEP (Departamento de Estatística Estudos Planeamento MSSS). (1997). *Pobreza Não-Eradicação da pobreza 1997-2006*. Lisboa: Ministério da Solidariedade e Segurança Social.
- Diário da República. (1978). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. I série A, N.º 57/78 de Março.
- Espada, João Carlos. (1997). *Direitos Sociais de Cidadania*. Lisboa: Imprensa Social.
- Fernandes, António Teixeira. (1995). “*Etnicização e racização no processo de exclusão social*”. In *Estado demográfico e a cidadania*. Porto: Editora Afrontamento.
- Giddens, Antony. (1996). *Novas regra do método sociológico*. Lisboa: Gradiva.
- Giddens, Antony. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, Eduarda. (2003). “*Uma Europa dos direitos?*” In: *Le Monde Diplomatique*. Lisboa: Edição Portuguesa. N.º54.
- Gough L. (2000). “*From welfare to workfare: social integration forced labour*”. *Seminar on policies and instruments to fight poverty in the european union*. Almancial.
- Hespanha, Pedro. (2000). *Entre o Estado e o Mercado: as fragilidades das instituições de protecção sociais em Portugal*. Coimbra: Quartetto Editora.
- Hespanha, Pedro et al. (2002). “*Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local*”. In: Hespanha, Pedro et.al. Carapinheiro, Graça (Orgs.). *Risco Social e Incerteza: pode o Estado Social recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento.
- Hoven Van Dem R. (2003). *Teorias de Intervenção Social*. In Rodrigues F.(coord.), *Poor People*. Frankfurt:Peter Lang.
- Lamarque, Gilles. (1995). *L'exclusion*. Paris : Puf.
- Lewis, Oscar. (1969). *La vida: a Puerto Rican family in the culture of poverty*: San Juan &New York, London (Panther Books): Tradução de F. Moonem.
- Paugan, Serge. (Dir). (1996). *L'exclusion L'état des Saviors*. Paris: Ed. la Découverte.
- Paugan, Serge. (1991). *La Desqualification sociale-Essai Sur la Nouvelle Pouvete*. Paris : Puf.
- Pereirinha, José. (1992). “*Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais relevância para a política social e implicações na sua medida*”. In *Análise Social*. Lisboa: ICTE. N.º102

- Popkewitz, T. & Lindblad, S. (2000). *Educational Governance and Social Intregation and Exclusion: Studies in the Powers of Reason and the Reasons of Power*, Uppsala Reports on Education no. 39.
- Powel, F. (2001). *The Politics of Social Work*. Londres: Sage Publications.
- Rodrigues, Fernanda. (2002). “Uma política reticente em tempo de globalização”. In: Hespanha, Pedro *et.al.* Graça (Orgs.). *Risco Social e Incerteza: pode o Estado Social recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, Eduarda & Castanheira, Emília & Roque de Oliveira, Isabel. (2008). *Contributo para uma estratégia de luta contra a pobreza*. Lisboa: Gráfica Almondina.
- Rodrigues, Fernanda. (1999). *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa: ISSS – Dep. Editorial; CPIHTS – Centro Português de História e Investigação em Trabalho Social.
- Rosanvallon, P. (1981). *La crise de L'état Providence*. Paris: Seuil.
- Santos, Boaventura de Sousa. (1987). “O Estado e a Sociedade e as Políticas Sociais – o caso das políticas de saúde”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 23. Coimbra: CES.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.). (1993). “*O Estado, as relações salariais e o Bem-Estar Social na semiperiferia: o caso português*”. In. *Portugal: um retrato singular. O Estado as relações salariais e o Bem-Estar Social na semiperiferia: o caso português*. Porto: Edições Afrontamento.
- Schwartzman, Simon. (2004). *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Editora Augurium.
- Silva, Manuela & Alfredo B. da Costa (coord.). (1989). *A Pobreza Urbana em Portugal*. Lisboa: Cáritas.
- Siqueira, Maria & Uliana, Márcia & Merlo, Patrícia. (2001). “*Os pobres urbanos: A Cidade entre a ordem e o conflito*”. *Forum Sociológico*, n.º 279-298.
- Wimmer, R. & Dominick, J. (1996). *La investigación científica de los medios de comunicación: una introducción a sus métodos*. Barcelona: Bosh Casa.
- Xiberras, Martine. (1993). *As Teorias da Exclusão*. Lisboa: Colecção Epistemologia e Sociedade.

Suporte eletrônico/ Sites internet:

<http://www.agenciafinanceira.iol.pt/economica/iol/949936/1730.html>

<http://www.AssociaçãoBoaonda.com>

<http://www.CâmaraMunicipaldeLoulé.com>

<http://www.CIDM.pt>

<http://www.2010combateapobreza.pt>

<http://www.feantsa.org/research.htm>

<http://www.INE.pt>

<http://www.ilo.org/step>

<http://www1.seg.social.pt/left.asp?03.06.06>

<http://www.quiosque.aeiou.pt>

Outras Referências

Câmara Municipal de Loulé, departamento de Recursos Humanos. Recolha de informações gerais e recolha de dados estatísticos.

Programa Estratégias e Técnicas Contra a Exclusão Social e a Pobreza. Serviço de Políticas e Desenvolvimento da Segurança Social. Genebra. Copyright: organização internacional do trabalho. 2003. Edição primavera.

Apêndices

Apêndice I- Carta dirigida ao Exmo. Sr. Presidente do Município de Loulé, Sebastião Seruca Emídio

Exmo Sr. Presidente Sebastião Seruca Emídio
Praça da República
8100-270 Loulé

Assunto: Pedido para autorização de trabalho de investigação no âmbito do Mestrado de Serviço Social e Política Social.

Relativamente ao assunto em epígrafe, eu, Rita Esmeralda Palhinha Paredes, aluna do mestrado de Serviço Social e Política Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência consentimento para desenvolver, no Bairro Municipal da Abilheira, a investigação que visa abordar a questão relativa à dimensão da pobreza no Bairro. Para efeito, irei precisar de contactar a Autarquia, os Técnicos Superiores responsáveis e alguns dos residentes do Bairro.

A metodologia utilizada neste trabalho será a entrevista exploratória aos Técnicos responsáveis pelo Bairro da Abilheira. Outro método utilizado será o inquérito por questionário, aplicado aos residentes com o intuito de caracterizar os mesmos.

Toda a recolha de dados e resultado final serão protegidos pela confidencialidade científica.

Aguardo atenciosamente a sua resposta,

Com os melhores cumprimentos.

Apêndice II- Entrevista à Técnica Superior que apoia o Bairro

Entrevista à Técnica Superior que apoia o Bairro

(Entrevista realizada a 20 de Agosto de 2009 Loulé)

Esta entrevista é realizada, no âmbito do Mestrado de Serviço Social e Política Social que tem como tema “A dimensão da Pobreza no bairro da Abilheira em Quarteira” Agradecendo antecipadamente a sua colaboração a qual se manterá em anonimato.

I - Perfil dos residentes

1.1. Quando o Bairro foi construído tinha alguma população – alvo

Resposta: Destinava-se posteriormente à população que estava a habitar o Bairro dos pescadores de Quarteira.

1.2. Características das famílias (monoparentais, alargadas, idosos e jovens)

Resposta: Famílias ajustadas e monoparentais.

1.3. Estrutura etária da população

Resposta: A maioria jovem.

1.4. Número de agregados familiares

Resposta: O Bairro é composto por 79 Agregados e 318 indivíduos.

1.5. Perfil dos habitantes

Resposta: Alguns alcoólicos. Jovens com um elevado abandono escolar, falta de civismo, comportamentos desviantes, maus tratos físicos e psicológicos, falta de higiene, má nutrição, irresponsabilidade dos pais.

1.6. Recursos monetários das famílias

Resposta: Nível económico muito baixo, tráfico de droga e de armas e um caso de prostituição não declarado.

1.7. Habitantes desempregados

Resposta: Actividade laboral precária, outros efectivos e existe mais situações graças ao rendimento social de inserção. Rendimentos instáveis na maioria muitos casos de desemprego, muitos casos de subsídio de desemprego.

I I – Características do Bairro

2.1. Propósito da construção do Bairro;

Resposta: Para o realojamento de indivíduos que viviam com grandes carências monetárias habitando em barracas.

2.2. Início da construção

Resposta: 1996.

2.3. Tipo de Bairro

Resposta: Bairro de realojamento.

2.4. Problemas do Bairro

Resposta: O Bairro é visto pelos seus habitantes como uma casa para a vida, no entanto era para ser entendido como um lugar de transição temporário. Esta situação faz com que os indivíduos se conformem e não procuram outros objectivos.

2.5. Conflitos/ problemas que caracterizam o Bairro

Resposta: O problema maior foi que um indivíduo foi preso e produz grande agitação e conflitos de vizinhança. Existe uma grande organização existindo um líder gerando grandes conflitos. Também as relações de parentesco são muito conflituosas.

2.6. Associações locais que intervêm no Bairro, campo de acção e combates

Resposta: Associação fundação António Aleixo que concede o Rendimento de Inserção Social. Existe o projecto “Boa Onda” que é fundamental para actividades de lazer com os jovens.

2.7. Soluções para os conflitos existentes no Bairro

Resposta: A solicitação da GNR. Formação de uma associação e moradores.

2.8. Projectos desenvolvidos no Bairro

Resposta: O projecto “Boa Onda” intervém de uma forma muito própria dando ocupação a crianças e adolescentes dos 6 aos 17 anos. Um dos objectivos é colocar actividades de lazer.

2.9. Alterações do Bairro ao longo dos últimos anos

N.R.

2.10. Entidades que intervêm no Bairro

Resposta: GNR e Polícia de Intervenção.

III – Acções da Autarquia no Bairro

3.1- Qual a intervenção e a finalidade da Autarquia no Bairro

Resposta: A Autarquia apoia em tudo o que é possível, principalmente no exterior do Bairro como pintura, jardinagem. Dá apoio aos habitantes, informação, encaminhamento de saúde e articulação com outras entidades, perceber os problemas e necessidades dos habitantes e resolver consoante o problema, uma articulação com associações da Autarquia.

3.2. A associação tem ajudado os habitantes

N.R.

Apêndice III – Entrevista realizada à Técnica Superior responsável pela Associação “Boa Onda”

Entrevista à Técnica Superior responsável pela Associação “Boa Onda”, presente no Bairro da Abilheira.

(Entrevista realizada no dia 6 de Outubro de 2009 Loulé)

Esta entrevista é realizada, no âmbito do Mestrado de Serviço Social e Política Social, que tem como tema “A dimensão da pobreza no Bairro da Abilheira em Quarteira”

Agradecendo antecipadamente a sua colaboração a qual se manterá em anonimato.

I - Perfil dos residentes

1.1. Pessoas a que se destinava o Bairro

Resposta: Destinava-se aos habitantes do Bairro dos pescadores, que se situava a perto das praias, que viviam em barracas.

1.2. Características das famílias

Resposta: Famílias nucleares desfeitas e progenitores ausentes ou presos. Algumas destas famílias saíram do País para mudarem de vida. O tipo de família predominante é a monoparental seguido da alargada.

1.3. Estrutura etária da população

Resposta: População jovem maioritariamente.

1.4. Número de agregados familiares

Resposta: São 79 Agregados e cerca de 319 indivíduos

1.5. Perfil dos habitantes

Resposta: Não sociáveis, dificuldade em interagir, desconhecem o significado de vizinhança e falta de cidadania. A maioria tem baixo nível de escolaridades, não sabem ler e grande taxa de abandono escolar.

1.6. Recursos monetários das famílias

Resposta: Rendimento de inserção social, subsídio de desemprego, emprego precário ou temporários e alguns estão a tirar cursos de formação ocupacional (entre 10 a 12 pessoas).

1.7. Habitantes desempregados

Resposta: Não existe frustração por estarem desempregados. Têm dependência sobre os subsídios e têm um dilema de vida “ eu tenho direito a tudo”. Dependem totalmente dos subsídios, preferem roubar e vender droga, para eles o valor do trabalho está distorcido. Não aceitam roupa dada, só querem adquirir roupa nova e de marca.

I I – Caracterização do Bairro

2.1. Propósito da construção do Bairro

Resposta: Para indivíduos com grandes carências.

2.2. Início da construção

Resposta: Há 13 anos, 1996.

2.3. Tipo de Bairro

Resposta: Realojamento de várias etnias - Angolanos, Cabo-Verdianos, Brasileiros, Portugueses, Moçambicanos e alguns ciganos (tendeiros).

2.4. Problemas do Bairro

Resposta: Rede de parentesco muito alargada, são todos primos de..., alguns líderes, como a existência de um líder por grupo e manutenção da impermeabilidade deste mesmo grupo.

Ausência de redes de vizinhança, existência de grupos pouco solidários entre eles próprios,

2.5. Conflitos/ problemas que caracterizam o Bairro

Resposta: O maior conflito é a falta da rede de vizinhança; roubos e a falta de civismo.

2.6. Associações locais que intervêm no Bairro, campo de acção e combates

Resposta: Associação Boa Onda é um projecto em conjunto com a Autarquia de Quarteira e Loulé. O campo de acção de combate é o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Associação Irene Rolo, entre outras.

2.7.A associação Boa Onda é composta por quantos funcionários

Resposta: Uma socióloga, uma Psicóloga (atendimento uma vez por semana), um monitor nos computadores e uma animadora.

2.8. Soluções para os conflitos existentes no Bairro

Resposta: O projecto de associação para moradores para tentar pôr em prática a tentativa de resolução das dificuldades dos moradores do Bairro da Abilheira, sensibiliza-los para uma relação de vizinhança, proximidade e criação de reuniões de grupo para aumentar a auto-estima e valorização pessoal. Apoio da Autarquia para celebração de convívios e actividades entre moradores como as sardinhas e as churrasadas.

2.9. Projectos desenvolvidos no Bairro

Resposta: O projecto da associação “Boa Onda” abrange a faixa etária dos 6 aos 17 anos, e famílias com problemas graves. Por exemplo resolução de problemas pessoais e sociais. Este projecto é uma actividade dinâmica activa, com animação de praia e em colaboração com a escola de surf de Quarteira. Este projecto ajuda a combater tendências de roubos e tráficos dos 17 aos 18 anos, uma vez que são violentos e alguns deles tem vícios com drogas e até aos 14 anos não se verifica grandes vícios.

Este projecto termina dia 30 de Novembro de 2009, mas ainda está sobre hipótese de prolongamento, porque tem se vindo a notar as famílias mais responsáveis pelos filhos e por elas próprias.

2.10. Alterações do Bairro ao longo dos últimos anos

Resposta: Algumas alterações positivas ao nível do comportamento, estão mais ligadas com a Associação, têm mais regras de educação, intercâmbio com outros projectos similares, Visitas nos tempos livres pelo concelho e também fora deste. O intercâmbio maior é desenvolvido através do desporto entre Vila Real de Santo António e Lisboa, tendo uma equipa de futebol masculino e entretanto está a ser formada uma equipa de futebol feminino.

2.11. Entidades que intervêm no Bairro

Resposta: As autoridades por vezes fazem intervenções.

2.12. As pessoas que o Bairro acolheu no inicio mantêm-se até hoje

Resposta: As famílias têm ficado sempre no Bairro, por exemplo: quando um primo não tem onde residir acolhe-se no Bairro, na casa dos familiares.

III – Acções da Autarquia no Bairro

3.1- Qual a intervenção e a finalidade da Autarquia no Bairro

Resposta: O Município de Loulé tem dado o máximo de apoio a todas as necessidades do Bairro, como por exemplo a pintura do Bairro, o jardim.

3.2. A associação tem ajudado os habitantes

Resposta: O projecto não tem aspectos negativos, só aspectos positivos. Acompanha os alunos na escola principalmente na educação, para combater a ausência de regras. O mais importante neste momento é a associação de moradores.

Apêndice IV – Entrevista realizada à Coordenadora do Bairro da Abilheira

Entrevista à Coordenadora do Bairro da Abilheira.

(Entrevista realizada no dia 19 de Outubro 2009)

Esta entrevista é realizada, no âmbito do Mestrado de Serviço Social e Política Social que tem como tema “A dimensão da pobreza no bairro da Abilheira em Quarteira”.

Agradecendo antecipadamente a sua colaboração a qual se manterá em anonimato.

I - Perfil dos residentes

1.8. Quando o Bairro foi construído tinha alguma população-alvo

Resposta: População-alvo do Bairro dos pescadores, tinham que reunir requisitos e não podiam possuir habitação própria e viverem no Bairro há um longo tempo.

1.9. As pessoas que habitam actualmente o Bairro são as mesmas que inicialmente o habitavam

Resposta: Sim, passam de geração em geração. Depende dos rendimentos, quem tem mais filhos paga menos. Em treze anos só duas adquiriram casa própria.

1.10. Características das famílias

Resposta: Existe um pouco de tudo, o que menos predomina são habitantes isolados.

1.11. Estrutura etária da população

Resposta: A maioria é jovem.

1.12. Número de agregados familiares

Resposta: São 79 Agregados.

1.13. Perfil dos habitantes

Resposta: Portugueses, uma família de tendeiros e PALOP's. Muitos dos habitantes são delinquentes e por vezes costumam ser detidos.

1.14. Recursos monetários das famílias

Resposta: A maioria das pessoas está a receber rendimento de inserção social, trabalho temporário e subsídio de desemprego.

1.8. Habitantes desempregados

N.R.

II – Características do Bairro

2.1. Propósito da construção do Bairro

Resposta: Para os habitantes do Bairro dos pescadores.

2.2. Início da construção

Resposta: Há 13 anos, 1996.

2.3. Tipo de Bairro

Resposta: Bairro de Realojamento da câmara Municipal de Loulé.

2.4. Problemas do Bairro

Resposta: Falta de civismo, má educação, alguns agregados desestruturados e auto exclusão, má gestão do rendimento. Taxa de analfabetismo muito elevada.

2.5. Conflitos/ problemas que caracterizam o Bairro

Resposta: Existe uma família que destabiliza o Bairro. Grande influência de grupos. Falta de regras do agregado familiar e mentalidades difíceis de mudar.

2.6. Associações locais que intervêm no Bairro, campo de acção e combates

Resposta: Na Associação “Boa Onda” existem dois projectos, uma já se iniciou “saúde em rede” e o outro projecto APF que está integrado no IPR ao programa do IDT.

2.7. Soluções para os conflitos existentes no Bairro

Resposta: Quando existem conflitos são chamados a depor.

2.8. Projectos desenvolvidos no Bairro

Resposta: Antes da associação Boa Onda existia outro projecto que fazia parte da câmara de intervenção comunitária.

2.9. Alterações do Bairro ao longo dos últimos anos

Resposta: Não vi grandes alterações, o projecto “Boa Onda” não cumpriu os objectivos, não é pertinente a sua continuação.

2.10. Entidades que intervêm no Bairro

Resposta: A GNR e a Polícia de intervenção.

III – Acções da Autarquia no Bairro

3.1- Qual a intervenção e a finalidade da Autarquia no Bairro

Resposta: Fazer a gestão social e habitacional do Bairro. As obras no exterior são feitas pela câmara e o interior pelos habitantes. O Bairro foi pintado há dois anos.

3.2. A associação tem ajudado os habitantes

Resposta: O projecto teve alguns casos de sucesso mas não conseguiu atingir os principais objectivos.

3.3. Plano actual e relatórios de execução dos anteriores planos

Resposta: Não existe nenhum plano direccionado, as pessoas foram realojadas em Novembro de 1996 e depois foi criado o NIC (núcleo de intervenção comunitária).

3.4. Diagnóstico social da Autarquia para o Bairro

Resposta: Não existe caracterização dos agregados.

3.5. Programa de gestão do Bairro e intervenção comunitária

Resposta: Existiu o NIC depois foi criado o condomínio aplicado pela gestão de regras.

3.6. Futuros projectos para o Bairro

N. R.

Apêndice V- Inquérito por questionário aplicado aos habitantes do Bairro da Abilheira

Este Inquérito por Questionário é realizado no âmbito do Mestrado de Serviço Social e Política Social e tem como objectivos a recolha de informação, considerar o nível de integração no Bairro, identificar os problemas do Bairro e o modo como os moradores percebem a intervenção da Autarquia.

O Inquérito é anónimo e as respostas são confidenciais.

1- Idade _____

2- Género Feminino 1 _____ Masculino 2 _____

3- Nacionalidade _____

4- Naturalidade _____

5- Estado Civil

Solteiro 1 ☐ Casado 2 ☐ Divorciado 3 ☐ Viúvo 4 ☐

União de facto 5 ☐ Outro (s) 6 ☐ Quais

6- O seu agregado familiar é constituído por:

Pai 1 ☐ Mãe 2 ☐ Filho(s) 3 ☐ Avó(s) 4 ☐ Tio(s) 5 ☐

Sobrinho (s) 6 ☐ Primos 7 ☐ Sozinho 8 ☐ Outro(s) 9 ☐ Quais

7- Filho (s) Sim ☐ Não ☐ Quantos ☐

7.1- Idade (s)

8- Habilitações Literárias

Não sabe ler/ escrever 1 ☐ Inferior ao 1º ciclo (4 classe) 2 ☐

1º Ciclo 3 ☐ 2º ciclo 4 ☐ 3º ciclo 5 ☐ Curso profissional/Tecnológico 6 ☐

Ensino superior 7 ☐ Nunca frequentou qualquer estabelecimento de ensino 8 ☐

Outro (S) 9 ☐

9- Profissão

10- Situação profissional actual

Empregado 1 ☐ Desempregado 2 ☐ Formação profissional 3 ☐
Estudante 4 ☐ Part-time 5 ☐ outro (s) 6 Qual 7 ☐

11- Está abrangido por algum apoio social

1 Rendimento mínimo de Inserção ☐
2 Subsídio de desemprego ☐
3 Subsídio de desemprego subsequente ☐
4 Rendimento mínimo garantido ☐
5 Subsídio por invalidez ☐
6 Reforma social ☐

12- A nível pessoal quais as dificuldades mais presentes no seu dia-a-dia

13- Habita no Bairro desde

14- Desde que habita o Bairro, ate aos dias de hoje, que alterações têm vindo a notar

15- Qual o valor pago pela renda de casa

16- A sua habitação está

Bom estado 1 ☐ Degradada no interior 2 ☐
Degradado no exterior 3 ☐ Médio estado 4 ☐

17- Tem boa relação com todos os seus vizinhos

Sim ☐ Não ☐

Porque

18- Problemas/conflitos que identifica no Bairro

19- Soluções para os problemas/conflitos

20- Considera o Bairro um local de:

21- Na sua opinião a Associação “Boa Onda” tem tido uma participação activa junto dos habitantes

Sim ☐ Não ☐

22- Porque

23- Aspectos positivos da associação no Bairro

24- Aspectos negativos da Associação no Bairro

25- Considera necessário a construção de uma associação de moradores

26-

Sim ☐
Porque

Não ☐

27- Tem como objectivo comprar casa ou sair do Bairro futuramente

28- Considera o Bairro um local seguro

Sim ☐

Não ☐

Porque

29- Se estivesse ao seu alcance o que mudaria no Bairro

30- Observações

Apêndice VI- Análise de Conteúdo das Entrevistas às Técnicas Superiores

	Técnica Superior que apoia o Bairro	Técnica Superior Coordenadora do Bairro	Técnica Superior responsável associação “Boa Onda”
I – PERFIL DOS RESIDENTES			
Construção do Bairro/população - alvo	Moradores do Bairro dos pescadores de Quarteira	Bairro dos pescadores, pessoas sem habitação própria, residirem há um longo tempo no Bairro	Habitantes do Bairro dos pescadores que habitavam em barracas
Actualmente os moradores são os mesmos que habitaram inicialmente o Bairro	Só em 13 anos 2 adquiriram casa própria	Sim, passa de geração em geração	As famílias têm ficado sempre no Bairro, de geração em geração
Características das famílias	Famílias ajustadas e monoparentais	Predomina família com um núcleo elementar, isolados	Famílias monoparentais e alargadas, famílias nucleares desfeitas, progenitores ausentes ou presos
Estrutura etária	Jovens (maioria)	Jovens (maioria)	População jovem
Agregados familiares	63 Agregados 318 Indivíduos	63 Agregados	63 Agregados Cerca de 318 indivíduos
Perfil dos habitantes	Alcoólicos, falta de civismo, comportamentos	Portugueses, famílias de tendeiros, Palop's,	Anti-sociáveis, dificuldade em interagir,

	desviantes, maus-tratos físicos e psicológicos, falta de higiene, má nutrição, irresponsabilidade dos pais, jovens com elevado abandono escolar	delinquentes e costumam ser detidos	desconhecem o significado de vizinhança, falta de civismo, baixo nível de escolaridade, grande taxa de abandono escolar
Recursos monetários das famílias	Nível económico muito baixo, tráfico de droga e de armas, um caso de prostituição não declarado	Rendimento de inserção social, trabalho temporário e subsídio de desemprego	Rendimento de inserção social, subsídio de desemprego, emprego precário ou temporário, cursos de formação profissional (12 pessoas)
Habitantes desempregados	Actividade laboral precária, alguns efectivos devido ao rendimento social de inserção, rendimentos instáveis, muitos casos de desemprego e de subsídio de desemprego	N.R	Não existe sentimentos de frustração por estarem desempregados, dependem dos subsídios e tem um dilema de vida “tenho direito a tudo”, preferem roubar e vender droga, para eles o valor do trabalho está distorcido, não aceitam roupa dada, só querem roupa de marca
II - Caracterização do Bairro			
Propósito da construção do Bairro	Realojamento de indivíduos com carências monetárias habitantes de barracas	Habitantes do Bairro dos pescadores	Indivíduos com grandes carências
Início da construção do Bairro	1996	Há 13 anos	1996

Tipo de Bairro	Bairro de realojamento	Bairro de realojamento da Câmara Municipal de Loulé	Realojamento de várias etnias (angolanos, cabo-verdianos, brasileiros, portugueses, moçambicanos e ciganos/tendeiros)
Problemas do Bairro	Os habitantes vêem o Bairro como a casa para a vida, não procuram outros objectivos de vida	Falta de civismo, uma má educação, alguns agregados desestruturados, auto-exclusão, péssima gestão do rendimento, taxa de analfabetismo muito elevada	Rede de parentesco muito alargada, são todos primos de..., alguns líderes, ausência de redes de vizinhança, existência de grupos pouco solidários entre eles próprios, manutenção da impermeabilidade ao grupo, existência de um líder por grupo
Conflitos no Bairro	Com a prisão de um indivíduo sugeriu a existência de mais conflitos de vizinhança, grande organização existindo um líder gerando grandes conflitos, relações de parentesco muito conflituosas	Uma família destabiliza o Bairro, grandes influências de grupos, falta de regras no agregado familiar, mentalidades difíceis de mudar	Falta de rede de vizinhança, roubos e falta de civismo
Associações locais de intervenção e combates no Bairro	Associação/ Fundação António Aleixo concede o rendimento de inserção social, projecto Boa Onda	Associação “Boa Onda” com dois projectos: saúde em rede e APAF integrado no IPR ao programa do IDT	Associação “Boa Onda” projecto com a Autarquia de Quarteira e Loulé, o campo de acção de combate é o IEFP e Associação Irene Rolo
Soluções para os conflitos	GNR, formação da associação de moradores	GNR	Associação de moradores, sensibiliza-los para a relação de vizinhança, proximidade e criação de reuniões de grupo para

			aumentar a auto-estima e valorização pessoal, apoio da Autarquia para a celebração de convívios e actividades entre moradores
Projectos desenvolvidos no Bairro	“Boa Onda” ocupa as crianças (6/17anos) e colocar actividades de lazer	Antes da Associação “Boa onda” existia outro projecto que fazia parte da câmara, de intervenção comunitária	“Boa Onda” ajuda famílias com problemas graves, resolução de problemas pessoais e sócias, projecto dinâmico e activo, animação de praia e colaboração com escola de surf de Quarteira, combate roubos e tráficos dos 17 aos 18 anos pois são violentos e com vícios em drogas
Alterações do Bairro últimos anos	N.R	Nada, o projecto “Boa Onda” não cumpriu os objectivos	Algumas alterações positivas ao nível do comportamento, estão mais sociáveis, tem desenvolvido regras de educação, intercâmbio com outros projectos similares, visitas nos tempos livres pelo conselho, formação de uma equipa masculina de futebol, está em fase de formação de equipa futebol feminina
Entidades que intervêm no Bairro	GNR e Polícia de Intervenção	GNR e Polícia de Intervenção	Autoridades
III – Acções da Autarquia do Bairro			

Intervenção da Autarquia	Apoia tudo o que é possível principalmente no exterior, dá apoio aos habitantes, informação, encaminhamento de saúde e articulação com outras entidades, perceber os problemas e necessidades dos habitantes e resolver os problemas	Gestão social e habitacional do Bairro, obras no exterior	Máximo de apoio as necessidades do Bairro, como exemplo a pintura e jardim
Associação ajuda os habitantes	N.R	O projecto teve alguns casos de sucesso mas não atingiu os principais objectivos	O projecto não tem aspectos negativos, acompanha os alunos na escola, educação, combate a ausência de regras
Plano actual e relatórios de execução dos anteriores planos		Não existe algum plano direccionado, criado o núcleo de intervenção comunitária (NIC)	
Diagnóstico da Autarquia para o Bairro		Não existe a caracterização dos agregados	
Programa de gestão do Bairro e intervenção comunitária		Existiu o NIC e foi criado o condomínio pela gestão de regras	
Futuros projectos		N.R	

Apêndice VII - Tabelas de valores de frequência absoluta e valor percentual para as variáveis

Tabela I - Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, idade

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Até 20 anos	2	3,2	3,2	3,2
Dos 21 aos 30 anos	15	23,8	23,8	27,0
Dos 31 aos 40 anos	8	12,7	12,7	39,7
Dos 41 aos 50 anos	17	27,0	27,0	66,7
Dos 51 aos 60 anos	7	11,1	11,1	77,8
Mais de 60 anos	14	22,2	22,2	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela I I- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, sexo

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Feminino	33	52,4	52,4	52,4
Masculino	30	47,6	47,6	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela III- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, nacionalidade

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Africana	2	3,2	3,2	3,2
Angolana	10	15,9	15,9	19,0
Brasileiro	1	1,6	1,6	20,6
Cabo-verdiano	8	12,7	12,7	33,3
Guiné-bissau	1	1,6	1,6	34,9
Portuguesa	41	65,1	65,1	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela I V- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, naturalidade

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Abrantes	1	1,6	1,6	1,6
Açores	1	1,6	1,6	3,2
África	1	1,6	1,6	4,8
Angola	14	22,2	22,2	27,0
Angolana	1	1,6	1,6	28,6
Beja	2	3,2	3,2	31,7
Brasil	1	1,6	1,6	33,3
Cabo Verde	12	19,0	19,0	52,4
Faro	7	11,1	11,1	63,5
Gambelas	1	1,6	1,6	65,1
Grândola	1	1,6	1,6	66,7
Lisboa	1	1,6	1,6	68,3
Loulé	4	6,3	6,3	74,6
Luanda	1	1,6	1,6	76,2
Olhão	2	3,2	3,2	79,4
Porto	1	1,6	1,6	81,0
Portugal	7	11,1	11,1	92,1
São Brás de Alportel	1	1,6	1,6	93,7
Setúbal	1	1,6	1,6	95,2
Silves	1	1,6	1,6	96,8
Vila Nova de Gaia	1	1,6	1,6	98,4
Viseu	1	1,6	1,6	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela V- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, estado civil

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Solteiro	21	33,3	33,3	33,3
Casado	19	30,2	30,2	63,5
Divorciado	4	6,3	6,3	69,8
Viúvo	9	14,3	14,3	84,1
União de facto	10	15,9	15,9	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela VI- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, agregado familiar

		Respostas		
		Nº	Percentagem	Percentagem de casos
Composição do agregado familiar	Pai	9	8,2%	14,3%
	Mãe	12	10,9%	19,0%
	Filho	38	34,5%	60,3%
	Avós	1	,9%	1,6%
	Tios	2	1,8%	3,2%
	Sobrinhos	3	2,7%	4,8%
	Primos	5	4,5%	7,9%
	Sozinho	5	4,5%	7,9%
	Outro	35	31,8%	55,6%
Total		110	100,0%	174,6%

Respostas				
		Nº	Porcentagem	Porcentagem de casos
Composição do agregado familiar	Pai	9	8,2%	14,3%
	Mãe	12	10,9%	19,0%
	Filho	38	34,5%	60,3%
	Avós	1	,9%	1,6%
	Tios	2	1,8%	3,2%
	Sobrinhos	3	2,7%	4,8%
	Primos	5	4,5%	7,9%
	Sozinho	5	4,5%	7,9%
	Outro	35	31,8%	55,6%
Total		110	100,0%	174,6%

Outros membros quais?

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Cônjuge	18	28,6	28,6	28,6
Cônjuge, irmão e sogra	1	1,6	1,6	30,2
Irmã	3	4,8	4,8	34,9
Irmão	4	6,3	6,3	41,3
Irmãos	5	7,9	7,9	49,2
Mulher e neto	2	3,2	3,2	52,4
Não deve responder	27	42,9	42,9	95,2
Não responder	1	1,6	1,6	96,8
Netos	2	3,2	3,2	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela VII- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, filhos

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Sim	46	73,0	73,0	73,0
Não	17	27,0	27,0	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela VIII- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, habilitações literárias

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Não sabe Ler nem Escrever	14	22,2	22,2	22,2
Inferior ao 1º Ciclo (4ª Classe)	21	33,3	33,3	55,6
1º Ciclo	14	22,2	22,2	77,8
2º Ciclo	6	9,5	9,5	87,3
3º Ciclo	4	6,3	6,3	93,7
Curso Profissional ou Tecnológico	4	6,3	6,3	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela IX- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, profissão

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Agricultores/Pescadores	5	7,9	7,9	7,9
Construção civil e obras públicas	6	9,5	9,5	17,5
Doméstica	6	9,5	9,5	27,0
Estudante	3	4,8	4,8	31,7
Hotelaria	13	20,6	20,6	52,4
Metalúrgico	2	3,2	3,2	55,6
Militar	1	1,6	1,6	57,1
Pessoal administrativo e similares	2	3,2	3,2	60,3
Pessoal de Serviços e Vendedores	11	17,5	17,5	77,8
Restauração	3	4,8	4,8	82,5
Trabalhador de vigilância, portaria, limpeza e similares	8	12,7	12,7	95,2
Trabalhador rodoviário	3	4,8	4,8	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela X- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável situação actual, qual?

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Estudante	1	1,6	1,6	1,6
Não deve responder	51	81,0	81,0	82,5
Reformado	11	17,5	17,5	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XI- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, está abrangido por algum apoio social

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Rendimento mínimo de Inserção	8	12,7	12,7	12,7
Subsídio de desemprego	9	14,3	14,3	27,0
Rendimento mínimo garantido	4	6,3	6,3	33,3
Reforma social	11	17,5	17,5	50,8
Não qualquer apoio social	1	1,6	1,6	52,4
Não deve responder	30	47,6	47,6	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XII- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, a nível pessoal quais as dificuldades mais presentes no seu dia-a-dia

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Algumas	4	6,3	6,3	6,3
Crise	1	1,6	1,6	7,9
Dinheiro	23	36,5	36,5	44,4
Dinheiro e comida	8	12,7	12,7	57,1
Dinheiro e trabalho	2	3,2	3,2	60,3
Doença da esposa	1	1,6	1,6	61,9
Falta de condições para viver	1	1,6	1,6	63,5
Falta de dinheiro	1	1,6	1,6	65,1
Não	8	12,7	12,7	77,8
Não respondeu	4	6,3	6,3	84,1
Nenhuma	1	1,6	1,6	85,7
Pagar a casa	1	1,6	1,6	87,3
Pagar algumas coisas	1	1,6	1,6	88,9
Tudo	5	7,9	7,9	96,8
Ver delinquência	1	1,6	1,6	98,4
Vou-me mantendo	1	1,6	1,6	100,0
Total	63	100,0	100,0	

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
De ordem financeira	37	58,7	58,7	58,7
Outras dificuldades	9	14,3	14,3	73,0
Apatia/descontentamento geral	5	7,9	7,9	81,0

Não deve responder	12	19,0	19,0	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XIII- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, número de anos em que habita no Bairro

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Menos de 5 anos	7	11,1	11,1	11,1
Entre 5 a 10 anos	7	11,1	11,1	22,2
Mais de 10 anos	49	77,8	77,8	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XIV - Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, alterações que tem vindo a notar no Bairro

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Alterações negativas	21	33,3	33,3	33,3
Alterações positivas	13	20,6	20,6	54,0
Não respondeu	2	3,2	3,2	57,1
Sem alterações	27	42,9	42,9	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XV- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, qual o valor que paga pela renda da casa

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Menos de 30 euros	15	23,8	23,8	23,8
[30, 50[	23	36,5	36,5	60,3
[50, 80[	9	14,3	14,3	74,6
80 ou mais euros	16	25,4	25,4	100,0
Total	63	100,0	100,0	

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Menos de 50 euros	38	60,3	60,3	60,3
Entre 50 a 80 euros	9	14,3	14,3	74,6
Entre 81 a 120 euros	9	14,3	14,3	88,9
Entre 121 a 200 euros	4	6,3	6,3	95,2
Superior a 200 euros	3	4,8	4,8	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XVI- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, qual o estado da sua habitação

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Bom estado	39	61,9	61,9	61,9
Degradada no interior	9	14,3	14,3	76,2
Degradado no exterior	2	3,2	3,2	79,4
Médio estado	13	20,6	20,6	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XVII- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, tem boa relação com todos os seus vizinhos

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Sim	43	68,3	68,3	68,3
Não	20	31,7	31,7	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Porquê

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Ausência de relações sociais/vizinhança	24	38,1	38,1	38,1
Boa relação de vizinhança	2	3,2	3,2	41,3

	Não respondeu	37	58,7	58,7	100,0
	Total	63	100,0	100,0	

**Tabela XVIII- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável,
problemas detectados no Bairro**

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Barulho	1	1,6	1,6	1,6
Barulho, marginalidade	2	3,2	3,2	4,8
Conflitos	2	3,2	3,2	7,9
Conflitos, marginalidade	1	1,6	1,6	9,5
Droga	7	11,1	11,1	20,6
Droga, barulho	3	4,8	4,8	25,4
Droga, Conflitos	5	7,9	7,9	33,3
Droga, Marginalidade	5	7,9	7,9	41,3
Droga, Roubos	2	3,2	3,2	44,4
Drogas, Roubos, Marginalidade	3	4,8	4,8	49,2
Não identifico nenhum	11	17,5	17,5	66,7
Não responde	6	9,5	9,5	76,2
Outros	11	17,5	17,5	93,7
Roubos, Barulho	4	6,3	6,3	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XIX- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, soluções para a resolução dos problemas

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Acabar com a droga e conflitos	4	6,3	6,3	6,3
Apoio da Autarquia e afins	10	15,9	15,9	22,2
Intervenção da GNR	13	20,6	20,6	42,9
Não deve responder	11	17,5	17,5	60,3
Outros	25	39,7	39,7	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XX- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, considera o Bairro um lugar

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Seguro	25	39,7	39,7	39,7
Insegurança/ Instabilidade	34	54,0	54,0	93,7
Não responde	4	6,3	6,3	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XXI- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, na sua opinião a Associação “Boa Onda” tem tido uma participação activa junto dos habitantes

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Sim	45	71,4	71,4	71,4
Não	18	28,6	28,6	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Porquê				
	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Porque ajudam directamente as pessoas	45	71,4	71,4	71,4
Organizam actividades	6	9,5	9,5	81,0
Não ajudam/Não alterou nada	5	7,9	7,9	88,9
Outros	7	11,1	11,1	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XXII- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, aspectos positivos e aspectos negativos

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Ajudam as pessoas	46	73,0	73,0	73,0
Convívio entre os habitantes	5	7,9	7,9	81,0
Não respondeu	12	19,0	19,0	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Aspectos negativos

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Problemas com droga e roubos	12	19,0	19,0	19,0
Incompetência da GNR	35	55,6	55,6	74,6
Não respondeu	16	25,4	25,4	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XXIII- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, considera necessário a construção de uma associação de moradores

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Não	7	11,1	11,1	11,1
Não respondeu	1	1,6	1,6	12,7
Sim	53	84,1	84,1	96,8
Sim e estamos a tratar de uma associação juvenil	1	1,6	1,6	98,4
Talvez	1	1,6	1,6	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XXIV- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável têm como objectivo comprar casa ou sair do Bairro futuramente

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Sim	31	49,2	49,2	49,2
Não	32	50,8	50,8	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XXV- Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, considera o Bairro um local seguro

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Sim	34	54,0	54,0	54,0
Não	29	46,0	46,0	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Porquê

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Seguro	3	4,8	4,8	4,8
Inseguro	20	31,7	31,7	36,5
Droga/Roubos	9	14,3	14,3	50,8
Não respondeu	26	41,3	41,3	92,1
Outros	5	7,9	7,9	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Tabela XXVI - Valores de frequência absoluta e valor percentual para a variável, se estivesse ao seu alcance o que mudaria no Bairro

	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa excluindo as não respostas	Frequência relativa acumulada
Tudo	2	3,2	3,2	3,2
Nada	5	7,9	7,9	11,1
Fim dos conflitos/droga	13	20,6	20,6	31,7
Outros	22	34,9	34,9	66,7
Não respondeu	1	1,6	1,6	68,3
Aspecto do Bairro	7	11,1	11,1	79,4
Mudar os habitantes	13	20,6	20,6	100,0
Total	63	100,0	100,0	

Anexos

Anexo I – Regulamento de Gestão Participada 110

Anexo II – Apresentação e diagnóstico “Associação Boa Onda”Concelho
de Loulé 120

Anexo III –Manual de regras de gestão social, Câmara Municipal de Loulé 144

**REGULAMENTO DE GESTÃO
PARTICIPADA
DO
AGRUPAMENTO MUNICIPAL DA ABILHEIRA**



Disposições gerais

Artº 1º

O presente regulamento diz respeito ao Bloco....., sito na freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, o qual está descrito na Conservatória do Registo Predial, sob o nº

Artº 2º

São arrendatários os representantes dos agregados familiares residentes nas seguintes fracções:

1º F....., quanto à fracção

2º F....., quanto à fracção

3º, etc..

Artº 3º

1. Este regulamento e os respectivos anexos regularão a utilização dos espaços comuns do edifício acima identificado, e definirão os direitos e os deveres dos arrendatários relativamente aos mesmos.
2. O regulamento deve aplicar-se também a futuros arrendatários.

REGULAMENTO DE GESTÃO PARTICIPADA
"Agrupamento Municipal da Abilbeira"

Artº 4º

Ao cumprimento do regulamento, estão obrigados todos os arrendatários.

Direitos e obrigações dos Arrendatários

Artº 5º

Os arrendatários têm o direito de usar exclusivamente a sua fracção e de utilizar em conjunto as áreas equipamentos e serviços comuns existentes, nos termos do presente regulamento e da Lei.

Artº 6º

1. Ficam proibidas, desde já:

- a) As práticas que atentem contra a lei e ordem pública, nomeadamente as actividades ligadas ao tráfico de estupefacientes, associação criminosa e outras que pelo seu grau de gravidade ponham em causa o vínculo confiança existente entre a Câmara Municipal de Loulé e o arrendatário;
- b) A destinação de qualquer fracção, total ou parcialmente, a fins que não de habitação nomeadamente e entre outras de "dancing", discoteca ou semelhante, sociedade ou clube, casa de jogo e, em geral, a quaisquer outras actividades susceptíveis de perturbar a tranquilidade dos utentes ou os bons costumes;
- c) A obstrução, ainda que temporária, por meio de construções, mesmo provisórias, ou por bens móveis de qualquer espécie (nomeadamente motorizadas ou motociclos), das entradas, escadas, terraços, patamares, corredores e demais partes de uso comum.
- d) Prejudicar, quer por falta de reparação de danos decorrentes de negligência ou uso indevido, quer por alterações exteriores, a linha arquitectónica, o arranjo estético ou a segurança do edifício.
- e) Ocupar, por qualquer modo as partes comuns.
- f) A instalação de motores ou máquinas normalmente desnecessárias ao fim a que a fracção se destina.
- g) Alterar a tranquilidade do edifício com vozes, cantares ou ruídos incómodos, devendo regular as máquinas, aparelhos receptores de imagem ou de som ou outros utensílios domésticos de modo a que o seu funcionamento não perturbe os demais utentes do edifício.
- h) Manter animais em qualquer parte comum ou própria, salvo quando tratando-se de cães, gatos ou aves engaioladas desde que não incomodem os demais utentes do edifício; os cães quando fora da habitação dos donos, deverão apresentar-se acompanhados de pessoa responsável, açaimados e atrelados.

Câmara Municipal de Loulé - Divisão de Acção Social

2/9

REGULAMENTO DE GESTÃO PARTICIPADA
"Agrupamento Municipal da Abilheira"

- i) Ter o carro estacionado permanentemente no mesmo lugar de estacionamento por períodos superiores a 48 horas, uma vez que não há lugares cativos para qualquer um dos arrendatários (*trata-se de um espaço comum*).
- j) Estacionar, no pátio, veículos de carga ou ligeiros pertencentes a pessoas estranhas ao prédio, salvo, quanto a estas, quando da visita aos utentes e, mesmo assim, pelos períodos normais de permanência.
- k) Lavar veículos automóveis na rua.
- l) Confeccionar quaisquer géneros de alimentos, nomeadamente grelhados, nas áreas comuns dos prédios e exteriores.
- m) Colocar nos terraços, varandas e janelas, quaisquer objectos, nomeadamente antenas, sem autorização da C.M.Loulé; excepto artigos destinados a adorno (vasos de plantas, guarda-sóis de praia, etc.) e de tamanho reduzido, os quais, todavia, deverão estar resguardados quanto a quedas e com dispositivos que evitem o gotejamento. Sempre sem prejuízo do normal escoamento das águas das chuvas e das lavagens daquelas partes do edifício.
- n) As antenas deverão sempre ser colectivas, e colocadas exclusivamente nos terraços de cobertura. Os requerimentos de autorização dirigidos à C.M.Loulé serão assinados por todas as pessoas que aderirem à antena.
- o) A secagem de roupas nas varandas, terraços e janelas ou outros locais deverá fazer-se de modo a evitar que pinguem sobre as demais fracções pelo que, para o efeito, apenas é consentido o uso do estendal fornecido pela C.M.Loulé, a colocar na parede interior da varanda contígua à cozinha.
- p) O acesso aos terraços de cobertura, excepto quanto a pessoal técnico e com vista a actos de instalação, manutenção ou desactivação, nos termos do presente regulamento e sempre com autorização da C.M.Loulé
- q) É proibida a hospedagem, sublocação, total ou parcial, ou a cedência a qualquer título das habitações sujeitas ao regime de renda estabelecido, de acordo com o ponto I, do art.º 10º, do Decreto-Lei 166/93 de 07 de Maio, e art.º 5º do Contrato de Arrendamento.

Constituem obrigações dos arrendatários

Artº 7º

- a) Pagar a quota anualmente aprovada, pela assembleia dos arrendatários no prazo definido por esta.
- b) Manter a respectiva fracção e o seu equipamento em bom estado de conservação, arranjo e asseio.
- c) Consentir na execução de obras e reparações necessárias à manutenção, bem como efectuar obras na sua fracção sempre que esteja em causa a integridade e a segurança dos restantes arrendatários.
- d) Efectuar o pagamento de todas as despesas que, por força deste regulamento, por deliberação da assembleia ou por imposição legal, venham a ser realizadas e sejam da sua responsabilidade
- e) Facultar à C.M.Loulé e à administração conjunta a visita ou inspecção da sua fracção.

Câmara Municipal de Loulé - Divisão de Acção Social

REGULAMENTO DE GESTÃO PARTICIPADA
“Agrupamento Municipal da Abilbeira”

Artº 8º

Cada condómino deverá zelar pela conservação da sua fracção, devendo comunicar à C.M.Loulé todas as anomalias que a afectem ou às fracções restantes e tudo o que possa comprometer a estabilidade ou uniformidade exterior ou a estética do edifício, sendo responsáveis pelos danos causados a título de negligência ou dolo e não decorrentes da sua normal utilização.

ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO

Artº 9º

1. A administração do edifício compete a dois administradores e à assembleia dos arrendatários.

2. Os administradores serão designados da seguinte forma:

- a) Um administrador nomeado pela C.M.Loulé.
- b) Um administrador eleito pela Assembleia de Condóminos.

3. A administração é conjunta; todavia a C.M.Loulé, como proprietária, fará exercer os seus direitos *de jus império* através do seu representante legal, que para o efeito terá competências específicas e exclusivas.

4. Salvo deliberação em contrário da assembleia dos arrendatários, o mandato da administrador que a representa, tem a duração de um ano, renovável pelo mesmo período.

5. O administradores mantêm-se em funções até que sejam designados, nos termos do n.º 2 do presente artigo, os seus sucessores.

Artº 10º

1. São competências próprias dos administradores :

- a) Convocar a assembleia dos arrendatários;
- b) Elaborar o orçamento das despesas e receitas relativas a cada ano;
- c) Verificar a existência do seguro;
- d) Cobrar as receitas e efectuar o pagamento das despesas comuns;

Câmara Municipal de Loulé - Divisão de Acção Social

REGULAMENTO DE GESTÃO PARTICIPADA
“Agrupamento Municipal da Abilheira”

- e) Regular o uso das coisas comuns e a prestação de serviços de interesse comum;
- i) Representar o conjunto dos arrendatários perante as autoridades administrativas;
- k) Zelar pelo pontual cumprimento deste regulamento e das disposições legais e administrativas relativas ao edifício;
- l) No cumprimento da alínea e), contratar, suspender o pessoal responsável pelos serviços de utilidade comum; superintender e coordenar o trabalho destas pessoas; e controlar todos os serviços e trabalhos de terceiros que digam respeito ao edifício;
- m) Prestar contas à assembleia;
- n) Entregar, no fim do seu mandato, toda a documentação e saldos de caixa ou bancários do bloco a quem o substituir;
- o) Elaborar o registo das contas do bloco para aprovação da assembleia, e guardar os respectivos documentos, bem como todos os outros que digam respeito ao bloco;
- q) Afixar, em local visível, as regras respeitantes à segurança do edifício, nomeadamente as de utilização de equipamentos de uso comum.

3. O(s) arrendatário(s) insatisfeito(s) com quaisquer actos dos administradores poderão recorrer, por escrito e de forma fundamentada, à Câmara Municipal de Loulé, no prazo de vinte dias após o conhecimento dos referidos actos.

Artº 11º

São competência específicas do administrador representante da C.M.Loulé:

- a) Exigir dos arrendatários a sua quota parte nas despesas aprovadas.
- b) Acompanhar o desempenho do Administrador representante da Assembleia dos arrendatários;
- c) Informar a C.M.Loulé de todos os danos, irregularidades e demais anomalias que possam constituir prejuízo para a propriedade camarária ou para o ambiente habitacional do Bloco.
- d) Prestar contas da gestão do bloco, à C.M.Loulé, sempre que solicitado e, obrigatoriamente, no final de cada ano contabilístico.

Artº 12º

1. A assembleia é composta por todos os representantes dos agregados familiares arrendatários das fracções que constituem o edifício.

2. Os arrendatários podem fazer-se representar por um procurador.

3. Salvo deliberação unânime em contrário, a assembleia reúne na primeira quinzena de Janeiro, mediante convocação dos administradores, para discussão e

Câmara Municipal de Loulé - Divisão de Acção Social

5/9

REGULAMENTO DE GESTÃO PARTICIPADA
"Agrupamento Municipal da Abilheira"

aprovação das contas respeitantes ao ano transacto e aprovação do orçamento do ano em curso.

4. A assembleia também reunirá, extraordinariamente, quando for convocada pelos administradores ou pelos arrendatários cujas fracções representem, pelo menos, um quarto do total de arrendatários do bloco.

5. As convocatórias são feitas por meio de carta registada com aviso de recepção, enviada a todos os arrendatários com, pelo menos, 15 dias de antecedência. Nelas se indicará o dia, a hora, o local da reunião e os temas a abordar. A convocatória também será válida se for entregue aos arrendatários um aviso convocatório e a recepção for por eles acusada e datada.

Artº 13º

1. Se não comparecer o número de condóminos suficiente para se obter quorum e na convocatória não tiver sido fixada outra data, considera-se convocada nova reunião para uma semana depois, na mesma hora e local. Neste caso, a assembleia poderá deliberar por maioria de votos dos arrendatários presentes, desde que estes representem, pelo menos, um quarto do total dos arrendatários.

2. As deliberações que necessitem de ser aprovadas por unanimidade dos votos podem sê-lo por unanimidade dos arrendatários presentes na assembleia, desde que estes representem, pelo menos, dois terços do valor total do edifício e na condição de os arrendatários ausentes virem a aprovar as decisões tomadas, nos termos seguintes:

- a) As deliberações têm de ser comunicadas a todos os arrendatários ausentes, por carta registada com aviso de recepção, no prazo de 30 dias;
- b) Os arrendatários têm 90 dias, após a recepção da carta referida na alínea anterior, para comunicar à assembleia, por escrito, o seu assentimento ou a sua discordância;
- c) O silêncio dos arrendatários ausentes, decorrido o prazo referido, será considerado como aprovação das deliberações.

REGULAMENTO DE GESTÃO PARTICIPADA

"Agrupamento Municipal da Abilheira"

DESPESAS

Artº 14º

As despesas efectuadas para garantir o normal funcionamento e manutenção das partes comuns serão suportadas pelos arrendatários, através do pagamento periódico de uma quota.

Artº 15º

O orçamento anual incluirá verbas destinadas à conservação do bloco, que integrarão um fundo, designado por Fundo Comum de Reserva.

Artº 16º

1. Cada arrendatário contribuirá para o Fundo Comum de Reserva com 10% da sua quota-parte (podendo a assembleia fixar valores superiores, se necessário) nas restantes despesas do bloco.

3. O Fundo Comum de Reserva será depositado numa conta poupança.

4. O Fundo será movimentado pela administração, de acordo com as deliberações da assembleia dos arrendatários ou pelos arrendatários autorizados por ela para o efeito.

VOTAÇÕES

Artº 17º

1. Cada arrendatário tem, na assembleia, um voto respeitante à sua fracção

REGULAMENTO DE GESTÃO PARTICIPADA
"Agrupamento Municipal da Abilheira"

Artº 18º

Os litígios entre os arrendatários ou entre estes e a administração serão, sempre que necessário, submetidos a arbitragem da C.M.Loulé.

RESPONSABILIDADE E PENALIDADES

Artº 19º

1. O arrendatário que, directa ou indirectamente, violar as disposições deste regulamento será responsável pelas perdas e danos que o seu procedimento originar.

2. Os arrendatários serão considerados responsáveis pelos danos causados pelo pessoal que se encontre ao seu serviço.

Artº 20º

1. O incumprimento da alínea a) do artigo 6º sujeita o arrendatário prevaricador à perda da habitação social.

2. O incumprimento do disposto na alínea a) e d) do artigo 7.º, por períodos superiores a 30 dias, determinará o pagamento de uma multa de valor igual à quota mensal

3. Se o atraso no pagamento da quota ultrapassar os 90 dias, deverá a administração tomar as providências necessárias à cobrança coerciva da mesma, nomeadamente Comunicação à C.M.Loulé.

4. O incumprimento das restantes disposições deste regulamento, bem como das determinações da administração, obrigará o infractor a indemnizar a C.M.Loulé dos prejuízos sofridos de acordo com a eventual responsabilidade civil que decorra do acto.

5. Os montantes pagos nos termos deste artigo reverterão, a título de receita, para o Fundo Comum de Reserva.

REGULAMENTO DE GESTÃO PARTICIPADA
"Agrupamento Municipal da Abilbeira"

Artº 21º

1. O arrendatário que, nos primeiros oito dias de cada mês, não efectuar o pagamento da correspondente quotização para as despesas comuns, será punido com a multa de 10% sobre o montante base da quota, por cada período de trinta dias ou fracção, a contar do termo do prazo de pagamento voluntário.

2. A multa deverá ser paga nos oito dias seguintes ao aviso do administrador, a efectuar por carta registada com aviso de recepção, cujas despesas acrescerão àquela penalidade.

3. O incumprimento sucessivo das disposições deste regulamento, confere à C.M.Loulé legitimidade para reavaliar a situação do arrendamento social face a arrendatário prevaricador.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artº 22º

Nos casos omissos do presente regulamento, regem as disposições aplicáveis nos termos da L. ei.

Artº 23º

1. O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação em assembleia dos arrendatários com o consentimento de dois terços de todos os arrendatários.

2. Cada arrendatário receberá uma cópia do regulamento.

3. O procedimento descrito em 1 e 2 aplica-se a qualquer alteração que venha a ser introduzida no teor deste regulamento.

Março de 1998.

Câmara Municipal de Loulé - Divisão de Acção Social

9/9



B - ENQUADRAMENTO TÉCNICO

3 - APRESENTAÇÃO DO PROJECTO

319

6

45

64

79

3.1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O Projecto "Boa Onda" visa intervir concreta e objectivamente em duas comunidades contíguas e problemáticas, sitiadas no Agrupamento Municipal da Abelheira (fase 1 e 2) onde residem actualmente 64 agregados familiares com um total de 257 indivíduos, sendo quase na totalidade provenientes dos PALOP's, e em fase de realojamento 15 agregados familiares de etnia cigana com um total de 61 indivíduos, sendo que de um total populacional de 318 indivíduos encontramos 139 indivíduos com idades compreendidas entre os 6 e os 24 anos ou seja 43,7% da população residente no bairro faz parte da faixa etária prioritária do ESCOLHAS.

Estas duas comunidades que são simultaneamente discriminadas (directa e indirectamente) e discriminadoras, promovem alguns tipos de segregação e de auto exclusão social apresentando necessidades/carências a diversos níveis, (identificados no Diagnóstico Social do Concelho de Loulé elaborado pela C.L.A.S. da Rede Social do Município) nomeadamente:

- Absentismo e abandono escolar precoce (evidenciando-se sobretudo na comunidade cigana e, no que concerne às raparigas, que com base em factores culturais deixam de estudar muito cedo, sendo assim impedido o desenvolvimento cognitivo e social das mesmas, de uma forma que contraria a Igualdade de Oportunidades de género);

- Dificuldades múltiplas na progressão académica motivada essencialmente pela fraca co responsabilização dos pais no processo educativo dos filhos (verificando-se alguns casos de jovens de 16 e 17 anos a frequentar o 7º ano) provocando o desinteresse dos jovens pela escola e a tentação de se encaminharem para actividades marginais (segundo o Diagnóstico Social do Concelho de Loulé elaborado pela C.L.A.S. da Rede Social do Município "...é notória a falta de afecto que os alunos demonstram, muitas vezes como consequência de um mau ambiente familiar, gerado por falta de afecto e por famílias

disfuncionais com fracos recursos económicos e com baixa escolaridade que não lhes permite acompanhar os filhos na realização das tarefas escolares...";

Identificamos hierarquicamente mais alguns problemas tais como:

- Falta de Civismo; Má nutrição; Falta de Higiene; Comportamentos desviantes; Maus tratos psicológicos; maus tratos físicos; Isolamento geográfico; para além dos já citados: Absentismo, Abandono escolar, Desresponsabilização dos pais, Fuga à escolaridade.

Em termos de recursos, este projecto, pretende ter uma intervenção técnica a nível social, desportivo e cultural de forma a criar espaços e actividades ocupacionais a estes jovens, permitindo assim trabalharmos no sentido de obter resultados sustentados, visíveis e importantes, tanto na valorização pessoal como na valorização colectiva dos intervenientes por forma a melhorar e integrar esta população na comunidade local envolvente.

Pretendemos valorizar o papel do associativismo, que é inexistente nestas comunidades.

No que respeita às metodologias a seguir utilizar-se-ão inquéritos por questionário 4º e respectivo tratamento estatístico e análise de conteúdo; inquéritos de opinião por entrevista e ainda o método biográfico no sentido da valorização multicultural existente.

3 DIAGNÓSTICO INICIAL

Problema-Base	Caracterização do problema (tendencialmente quantificado e qualificado)	Causas Prováveis	Grupos da População mais Afectados	Recursos Disponíveis	Necessidades Identificadas
violência para a marginalidade, dependência e alcoolismo	delinquência juvenil; furtos, vícios sucessivamente partidos, assaltos	Exclusão social e respectiva falta de integração, baixas qualificações académicas e profissionais. Baixa auto-estima	residentes mais idosos, e os mais jovens, população das áreas circundantes	Apoio Técnico, social e material	Gabinete de orientação e de responsabilização, actividades físicas, lúdicas, sociais e culturais
abandono / Desinteresse / Insucesso escolar	23 jovens, da população alvo, foram identificados pelas respectivas escolas, como casos de insucesso e abandono	Falta de motivação, desinteresse, pouca valorização do processo educacional académico	os jovens de ambos os sexos e sobretudo no grupo dos 11 anos aos 20 anos	Apoio Técnico; psicólogo da escola, intervenção das escolas parceiras, 20 anos	Gabinete de orientação, motivação e desenvolvimento pessoal, acompanhamento individual, actividades físicas, lúdicas e culturais
insucesso	entrevistamos na taxa etária dos 16-24, 18 casos de inactividade.	baixas qualificações académicas e profissionais, Emprego sazonal, falta motivação para o trabalho	na população em geral com incidência nos jovens dos 18 anos aos 24 anos	centro de emprego e apoio técnico, social e material	Gabinete de ajuda para elaborar um currículo, procurar emprego, aumentar a auto-estima individual e a responsabilização pessoal
Isolamento de regras e deveres sociais	Fechamento do bairro, enquanto espaço físico e geográfico em si mesmo, rejeitando as próprias relações de vizinhança com as populações circundantes	Exclusão social e respectiva falta de integração, baixas qualificações académicas e profissionais, desenvolvimento pessoal muito deficiente e a prioridade topográfica do bairro, apenas uma rua sem saída.	na quase totalidade da população alvo do projecto	Apoio técnico e material um acesso único	Ações de intervenção/responsabilização continuadas para a cidadania alienígena das vias de circulação no bairro, atraindo-o ao exterior actividades físicas, sociais e recreativas



Problema-Base	Caracterização do problema (tendencialmente quantificado e qualificado)	Causas Prováveis	Grupos da População mais Afectados	Recursos Disponíveis	Necessidades Identificadas
Ocupação dos tempos livres e de lazer	Os jovens desenvolvem a relação de pertença ao bairro de uma forma marginal, uma vez que é a própria rua que serve de suporte social às suas actividades, criando assim um mal estar com as populações circundantes	Inexistência de um espaço "social"	população em geral e os jovens do grupo dos 11 aos 24 em particular	Apoio técnico, jurídico, social e material; um campo de futebol	um espaço a ser dinamizado pelos residentes e que promova o associativismo e o bem estar geral. Actividades físicas, lúdicas, sociais e culturais
Espazo comercial	Inexistência de qualquer actividade económica, nomeadamente uma mercearia ou um café	O baixo rendimento económico e a "má fama" do bairro	toda a população	Apoio técnico, jurídico, social e material; Jardim publico	um mal menor; um café para fazer face a algumas emergências sendo que população tem poucos recursos económicos e a distância as zonas comerciais mais próximas é elevada.
Carência de participação social e associativa	não se encontra no bairro nenhuma "comissão de moradores. Os jovens não desenvolvem de forma saudável nenhuma relação de pertença ao grupo	falta de iniciativa, de motivação, de saberes, aliados às carências emocionais e afectivas que destruíram os indivíduos.	população em geral e os jovens do grupo dos 11 aos 24 em particular	Apoio técnico, jurídico, social e material; Parceria com uma Associação Desportiva / Cultural um contendor	uma comissão de moradores, uma associação de jovens, um grupo cultural; Acções de informação e sensibilização no âmbito da cidadania e da igualdade Oportunidades Actividades físicas, lúdicas, sociais e culturais
Falta ou má co-responsabilização dos pais no processo educativo dos filhos	Abandono escolar precoce. Absentismo. ausência de participação na vida académica dos filhos	minimização da necessidade de adquirir competências	os jovens dos 11 aos 24 anos	Apoio técnico, social e material; Parceria com uma associação da área social	Gabinete de orientação, motivação e desenvolvimento pessoal, acompanhamento individual e familiar. Actividades físicas, lúdicas e culturais

**CANDIDATURA
PROGRAMA ESCOLHAS**



3.5 CARACTERIZAÇÃO DOS DESTINATÁRIOS

Destinatários	Quantidade	Características (conforme regulamento)
6-10 anos		Descendentes de imigrantes e minorias étnicas
		Jovens com abandono escolar precoce sem escolaridade mínima
		Jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelares educativas
		Jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas de promoção e protecção
		Crianças e jovens residentes em territórios de maior exclusão
		Outra, qual?

**CRANIOIATURA
PROGRAMA ESCOLHAS**



Destinatários	Quantidade	Características (conforme regulamento)
	11	Descendentes de Imigrantes e minorias étnicas
	2	Jovens com abandono escolar precoce sem escolaridade mínima
	4	Jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelares educativas
		Jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas de promoção e protecção
		Crianças e Jovens residentes em territórios de maior exclusão
		Outra, qual?
11-13 anos	17	

**CANDIDATURA
PROGRAMA ESCOLHAS**



Destinatários	Quantidade	Características (conforme regulamento)
14-18 anos	23	Descendentes de imigrantes e minorias étnicas
	10	Jovens com abandono escolar precoce sem escolaridade mínima
	2	Jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelares educativas
	2	Jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas de promoção e protecção
		Crianças e Jovens residentes em territórios de maior exclusão
		Outra, qual?
	3x	

CANDIDATURA
PROGRAMA ESCOLHAS



Destinatários	Quantidade	Características (conforme regulamento)
19-24 anos	20	Descendentes de imigrantes e minorias étnicas
	18	Jovens com abandono escolar precoce sem escolaridade mínima
	12	Jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas tutelares educativas
		Jovens que estão ou estiveram sujeitos a medidas de promoção e protecção
		Crianças e Jovens residentes em territórios de maior exclusão
		Outra, qual?

**CRONOGRAMA
PROGRAMA ESCOLHAS**



Destinatários	Quantidade	Características
Familiares	33	Discrimine: A Educação e a Formação dos jovens não pode nem deve ser uma responsabilidade exclusiva da escola, mas sim uma tarefa partilhada com a família (local das primeiras aprendizagens). Mas também aqui, no núcleo familiar, se encontram lacunas enormes de aprendizagens a todos os níveis (cognitivo, psico motor e psicossocial) motivadas pelos mais diversos factores: económicos, sociais, culturais, daí a pertinência de actuação junto destes educadores que mercê da sua própria falta de saberes (saber ser, saber estar, saber fazer...) não podem desempenhar eficazmente a sua dupla função na sociedade: de Cidadão e Educador.
Outros		Discrimine:

PROGRAMA ESCOLHAS 2008



4 - PLANIFICAÇÃO DO PROJECTO

4.1 OBJECTIVOS GERAIS DO PROJECTO

Objectivo Geral 1

Promover o desenvolvimento pessoal, social e comunitário da população alvo.

Objectivo Específico 1.1 (O.E.)

Potenciar o desenvolvimento de espaços culturais, recreativos e inovadores para 53% da população no final do período de execução do projeto.

- Clube de Costura
 - Torno do Rio
 - Centro de Artes Decorativas
- Procurar espaços para divulgar, mostrar,

Objectivo Específico 1.2 (O.E.)

Dotar 50% da população de formação cívica e cultural.

Objectivo Específico 1.3 (O.E.)

Fomentar o intercâmbio cultural de tradições e saberes através de 6 iniciativas a 70% da comunidade.



4.2 RESULTADOS ESPERADOS DO PROJECTO

Resultados intercalares esperados - O.E. 1.1 -

Potenciar o desenvolvimento de espaços culturais, recreativos e inovadores para 53% da população no final do período de execução do projeto.

Fim do 1.º ano ²	10% da população de intervenção
Fim do 2º ano ³	20% da população de intervenção
Fim do projecto	50% da população de intervenção

Retus

30%

Indicadores - O.E. 1.1

Indicador 1.1.1	Numero de espaços culturais, recreativos e inovadores disponíveis à população alvo.
Indicador 1.1.2	Numero de atividades desenvolvidas para a concretização dos espaços. ↳ Pedagógicas ↳ Activas em si
Indicador 1.1.3	Numero da população alvo envolvida na participação destas atividades.

Instrumentos de Avaliação - O.E. 1.1

Tratamento estatístico, observação directa e reuniões.

² finais para projectos de 1 ano

³ finais para projectos de 2 anos

CANDIDATURA
PROGRAMA ESCOLHAS



Resultados intercalares esperados - O.E. 1.2 -

Dotar 50% da população de formação cívica e cultural.

Fim do 1.º ano ⁴	25% da população de intervenção
Fim do 2º ano ⁵	40% da população de intervenção
Fim do projecto	50% da população de intervenção

Indicadores - O.E. 1.2

Indicador 1.2.1	Numero de pessoas informadas sobre a formação.
Indicador 1.2.2	Numero de participantes na formação. Numero de inscritos. Numero de desistentes.
Indicador 1.2.3	Numero de pessoas que finalizaram a formação.

Instrumentos de Avaliação - O.E. 1.2

Tratamento estatístico, registos.

- Formação

Cívica da população

Abelheira-1
Abelheira-2

⁴ finais para projectos de 1 ano
⁵ finais para projectos de 2 anos



Resultados intercalares esperados - O.E. 1.3 -

Fomentar o intercâmbio cultural de tradições e saberes através de 6 iniciativas a 70% da comunidade.

Fim do 1.º ano ⁶	30% da população de intervenção
Fim do 2º ano ⁷	50% da população de intervenção
Fim do projecto	70% da população de intervenção

Indicadores - O.E. 1.3

Indicador 1.3.1	Numero de ações de sensibilização e informação.
Indicador 1.3.2	Numero de pessoas participantes nas ações
Indicador 1.3.3	Numero de ações criadas e executadas.

Instrumentos de Avaliação - O.E. 1.3

Tratamento estatístico, registo de participantes, registos de ações previstas, registo de ações realizadas, criação de base de dados. • Participação no Concurso "O Nosso Algarve" - S. Brás do Alentejo • Projeção de filme • Workshop → Pulp's • Festival de Talentos • Intercâmbio → África ka
--

⁶ finais para projectos de 1 ano
⁷ finais para projectos de 2 anos



Objectivo Geral 2

Promover o associativismo entre a comunidade.

Objectivo Específico 2.1 (O.E.)

Potenciar a participação de 50% da população na associação de moradores.

Objectivo Específico 2.2 (O.E.)

Criação de uma associação de moradores por 20% da população alvo através da dinamização das redes de vizinhança e solidariedade.

Objectivo Específico 2.3 (O.E.)

Capacitar 50% da população, por forma a autonomizá-los no processo de desenvolvimento sócio cultural e de cidadania.



Resultados intercalares esperados - O.E. 2.1 -

Potenciar a participação de 50% da população na associação de moradores.

Fim do 1.º ano ⁸	25% da população de intervenção
Fim do 2º ano ⁹	40% da população de intervenção
Fim do projecto	50% da população de intervenção

Indicadores - O.E. 2.1

Indicador 2.1.1	Numero de ações.
Indicador 2.1.2	Numero de aderentes.
Indicador 2.1.3	Numero de participantes.

Instrumentos de Avaliação - O.E. 2.1

Tratamento estatístico, registos e base de dados.

7/ - Criação de Associação de Moradores
gerir os espaços a cerca e
o próprio Bairro

⁸ finais para projectos de 1 ano

⁹ finais para projectos de 2 anos



Resultados intercalares esperados - O.E. 2.2 -

Criação de uma associação de moradores por 20% da população alvo através da dinamização das redes de vizinhança e solidariedade.

Fim do 1.º ano ¹⁰	10% da população de intervenção
Fim do 2º ano ¹¹	15% da população de intervenção
Fim do projecto	20% da população de intervenção

Indicadores - O.E. 2.2

Indicador 2.2.1	Numero de pessoas envolvidas na criação.
Indicador 2.2.2	Numero de ações de dinamização
Indicador 2.2.3	Numero de pessoas envolvidas na dinâmica processual.

Instrumentos de Avaliação - O.E. 2.2

Tratamento estatístico, Inquérito por questionário, entrevistas e análise de conteúdo.

¹⁰ finais para projectos de 1 ano

¹¹ finais para projectos de 2 anos



Resultados intercalares esperados - O.E. 2.3 -

Capacitar 50% da população, por forma a autonomizá-los no processo de desenvolvimento sócio cultural e de cidadania.

Fim do 1.º ano ¹²	25% da população de intervenção
Fim do 2º ano ¹³	40% da população de intervenção
Fim do projecto	50% da população de intervenção

Indicadores - O.E. 2.3

Indicador 2.3.1	Numero de pessoas a capacitar.
Indicador 2.3.2	Numero de pessoas capacitadas.
Indicador 2.3.3	Numero de atividades promovidas por essas pessoas.

Instrumentos de Avaliação - O.E. 2.3

Tratamento estatístico registo.
• Percepções de Grupos • Ações de Sensibilização ambiental • " " " " em igualdade de oportunidades • Ações de Sensibilização sobre voluntariado

¹² finais para projectos de 1 ano

¹³ finais para projectos de 2 anos



Objectivo Geral 3

Promover a diminuição de casos de abandono/absentismo e insucesso escolar.

Objectivo Específico 3.1 (O.E.)

Envolver 50% de famílias no processo educativo dos filhos.

Objectivo Específico 3.2 (O.E.)

Envolver os professores no processo educativo dos alunos, através da criação de atividades extracurriculares para 70% das crianças e jovens até aos 18 anos.

Objectivo Específico 3.3 (O.E.)

Fomentar a mediação familiar e a formação parental a 50% das famílias, para aquisição de competências para o acompanhamento do processo educativo dos filhos.

CANDIDATURA
PROGRAMA ESCOLHAS



Resultados intercalares esperados - O.E. 3.1 -

Envolver 50% de famílias no processo educativo dos filhos.

Fim do 1.º ano ¹⁴	15% da população de intervenção
Fim do 2º ano ¹⁵	30% da população de intervenção
Fim do projecto	50% da população de intervenção

Indicadores - O.E. 3.1

Indicador 3.1.1	Numero de famílias a envolver. ↳ <i>envolver de famílias c/ filhos em idade escolar</i>
Indicador 3.1.2	Numero de famílias envolvidas.
Indicador 3.1.3	Numero de famílias integradas.

Instrumentos de Avaliação - O.E. 3.1

Registos, inquéritos por questionário, observação directa.

1º Accão de Famílias

¹⁴ finais para projectos de 1 ano
¹⁵ finais para projectos de 2 anos

CANDIDATURA
PROGRAMA ESCOLHAS



Resultados intercalares esperados - O.E. 3.2 -

Envolver os professores no processo educativo dos alunos, através da criação de atividades extracurriculares para 70% das crianças e jovens até aos 18 anos.

Fim do 1.º ano ¹⁶	30% da população de intervenção
Fim do 2º ano ¹⁷	50% da população de intervenção
Fim do projecto	70% da população de intervenção

Indicadores - O.E. 3.2

Indicador 3.2.1	Numero de atividades extracurriculares.
Indicador 3.2.2	Numero de professores envolvidos
Indicador 3.2.3	Numero de alunos participantes no processo.

Instrumentos de Avaliação - O.E. 3.2

Inquéritos por questionário e de opinião, observação direta e registos.

*Levantamento das achas existentes - extra - curricular
nas escolas - S. Pedro do Itm
- Laura Ayres*

Ação de sensibilização ambiental, com a participação dos professores

¹⁶ finais para projectos de 1 ano
¹⁷ finais para projectos de 2 anos

CANDIDATURA
PROGRAMA ESCOLHAS



Resultados intercalares esperados - O.E. 3.3

Fomentar a mediação familiar e a formação parental a 50% das famílias, para aquisição de competências para o acompanhamento do processo educativo dos filhos.

Fim do 1.º ano ¹⁸	15% da população de intervenção
Fim do 2.º ano ¹⁹	30% da população de intervenção
Fim do projecto	50% da população de intervenção

Indicadores - O.E. 3.3

Indicador 3.3.1	Numero de ações de formação.
Indicador 3.3.2	Numero de famílias disfuncionais a envolver. Numero de famílias participantes.
Indicador 3.3.3	Numero de famílias que adquiriram competências. <i>adquiriram</i>

Instrumentos de Avaliação - O.E. 3.3

Inquéritos por questionário, registos, observação e grelhas de avaliação.

→ ~~Escritório de Apoio~~
→ Ação de formação sobre Educação Parental
→ GAC - Gabinete de Apoio à Comunidade

Ser mais Pai

¹⁸ finais para projectos de 1 ano
¹⁹ finais para projectos de 2 anos

CANDIDATURA
PROGRAMA ESCOLHAS



4.3 MEDIDA OU MEDIDAS A QUE SE CANDIDATA

- ☐ I Visa contribuir para a inclusão escolar e para a educação não formal
- ☐ II Visa contribuir para a formação profissional e empregabilidade
- ☒ III Visa contribuir para a participação cívica e comunitária
- ☒ IV Visa apoiar a inclusão digital

99 PROGRAMA ESCOLHAS 2020/21

22



4.4 ACÇÃO OU ACÇÕES A QUE SE CANDIDATA

- I Visa contribuir para a inclusão escolar e para a educação não formal
- ☐ a. Desenvolvimento de actividades de combate ao abandono escolar e de promoção do sucesso escolar, através da concepção, implementação, financiamento e desenvolvimento de projectos de apoio aos estudantes e de planos individuais de educação, envolvendo escolas e outras instituições relevantes na área da educação;
 - ☐ b. Implementação de medidas de educação que facilitem a reintegração escolar de crianças e jovens que tenham abandonado a escola ou dela estejam ausentes a partir dos 12 anos, concretizadas dentro ou fora do espaço escolar;
 - ☐ c. Concepção e desenvolvimento de acções que, através da educação não formal, favoreçam a aquisição de competências pessoais e sociais, promovendo o sucesso educativo e maior co-responsabilização numa cidadania mais participativa;
 - ☐ d. Promoção da co-responsabilização dos familiares no processo de desenvolvimento pessoal e social das crianças e dos jovens, nomeadamente através da mediação familiar e formação parental.
- II Visa contribuir para a formação profissional e empregabilidade
- ☐ a. Desenvolvimento de actividades que favoreçam o acesso à formação profissional e/ou emprego;
 - ☐ b. Capacitação das crianças e jovens com competências e saberes que constituam vantagens competitivas para a sua integração social e profissional;
 - ☐ c. Promoção da responsabilidade social de empresas e outras entidades, mobilizando oportunidades para a inserção na vida activa, designadamente através de estágios profissionais e promoção de primeiros empregos para jovens abrangidos por este Programa.



III Visa contribuir para a participação cívica e comunitária

- ☒ a. Desenvolvimento de espaços criativos e inovadores onde seja possível dinamizar actividades ocupacionais que promovam a integração comunitária e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- ☒ b. Promoção da participação social, através das dinâmicas associativas formais ou informais, que levem as crianças e jovens a perceber e a valorizar a sua presença na sociedade como uma mais-valia para todos;
- ☒ c. Desenvolvimento de um espírito de cidadania activa que os conduza, no futuro, a uma atitude, simultaneamente, crítica e construtiva, que justifique o seu envolvimento em projectos colectivos de vida em sociedade;
- ☒ d. Descoberta, de uma forma lúdica, da língua, valores, tradições, cultura e história de Portugal, bem como dos países de origem das comunidades imigrantes, no quadro de uma sociedade aberta, plural e intercultural;
- ☒ e. Aproximação às instituições do Estado, pela compreensão do seu papel e pela percepção de que salvaguardam os direitos e deveres de todos os cidadãos residentes em Portugal;
- ☒ f. Promoção da co-responsabilização dos familiares no processo de desenvolvimento pessoal, social, escolar e profissional das crianças e dos jovens, nomeadamente através da mediação familiar e formação parental;
- ☒ g. Desenvolvimento de iniciativas de serviço à comunidade;
- ☒ h. Promoção de espaços de informação e aconselhamento especialmente destinados à divulgação de informação e serviços do Estado dirigidos aos jovens;
- ☒ i. Promoção da mobilidade juvenil dentro e fora do território nacional.

CANDIDATURA
PROGRAMA ESCOLHAS



IV Visa apoiar a inclusão digital

- ☒ a. Lúdico-pedagógicas;
- ☒ b. Específicas de âmbito formativo em Tecnologias da Informação e da Comunicação;
- ☒ c. De apoio à inclusão escolar.

4.4.1. CANDIDATURA À MEDIDA IV

a. Investimento Inicial



(só para a implementação de novos
CID@NET)

b. Funcionamento Anual



PROGRAMA ESCOLHAS 2005/06

25

Câmara Municipal de Loulé

MANUAL DE REGRAS DE GESTÃO SOCIAL

*Agrupamento Municipal
da Abilheira*

Divisão de Acção Social - 1998

Índice

<i>Introdução.....</i>	<i>2</i>
<i>Os Espaços Comuns.....</i>	<i>3</i>
Zonas Exteriores	3
Zonas e Instalações Comuns dos Edifícios.....	3
<i>Regras de Utilização das Partes Comuns.....</i>	<i>4</i>
Zonas Exteriores	4
Aos Moradores é Proibido :.....	4
À Câmara Municipal de Loulé - Compete:	5
<i>As Relações de Vizinhança</i>	<i>6</i>
<i>A Utilização da Habitação.....</i>	<i>7</i>
<i>Informações Úteis</i>	<i>8</i>

Introdução

O *Agrupamento Municipal da Abilheira*, situado em Quarteira, Concelho de Loulé, é um agrupamento urbano de habitação social e, neste espaço pretende-se *proporcionar as melhores condições ambientais aos moradores com vista ao seu bem estar físico, psicológico e social*.

Sendo este regulamento um complemento ao contrato de arrendamento, a Câmara Municipal de Loulé pretende informar os *moradores* do Agrupamento Municipal da Abilheira dos seus direitos e deveres como *inquilinos* camarários, bem como esclarecer sobre os direitos e deveres da *Câmara Municipal de Loulé* enquanto *senhorio*.

Importa desta forma definir o **Manual de Regras de Gestão Social** que incidirá sobre a utilização e manutenção das áreas comuns e serviços, as relações entre moradores, órgãos gestores da comissão de bloco e os serviços Municipais. O presente regulamento define e estabelece as limitações e condições consideradas fundamentais às finalidades pretendidas, de assegurar uma correcta utilização da propriedade e simultaneamente de proteger os moradores.

O Valor da renda mensal que cada morador paga, foi estabelecida nos termos da legislação em vigor Decreto-Lei n.º 166/93 de 7 de Maio, sendo esta actualizada anualmente. O valor da renda cobrada diz respeito exclusivamente à sua habitação. Não está nela incluída a manutenção dos jardins, nem as despesas da comissão de bloco. Conforme artigo X do contrato de arrendamento.

A casa que arrendou não fica isolada. Fica num prédio onde vivem mais famílias, que por sua vez fica num agrupamento com muitas pessoas.

Assim, existe um espaço individual - a habitação. Existem zonas e instalações comuns ao prédio e espaços exteriores a todos os moradores, que é preciso saber partilhar.

TENDO RESPEITO PELOS OUTROS RESPEITA-SE A SI PRÓPRIO



Câmara Municipal de Loulé - Divisão de Acção Social

2/9

Os Espaços Comuns

Zonas Exteriores

Os *espaços exteriores comuns* são destinados a ser utilizados por todos os moradores que vivem no Agrupamento Municipal da Abilheira: pelo que o deverá fazer correctamente.

Eles são:

- ❖ As **zonas verdes** entre os prédios e os locais de passagem;
- ❖ O **sistema de rega**;
- ❖ As **zonas de lazer**;
- ❖ As **ruas**;
- ❖ Os **estacionamentos**;
- ❖ A **iluminação das ruas e outras áreas**;
- ❖ As **áreas de depósito de lixo** (contentores de lixo)
- ❖ **Zona de desporto** (campo de futebol).

Zonas e Instalações Comuns dos Edifícios

As **instalações comuns ao Edifício** são para utilização de todos os moradores, ninguém poderá por isso utilizá-las para fins particulares.

Elas São:

- ❖ O **Telhado ou os terraços de cobertura** ainda que destinados ao uso de qualquer fracção ou entradas;
- ❖ O **Solo** bem como os **alicerces, colunas, pilares, paredes mestras** e todas as partes restantes que constituem a estrutura do prédio;
- ❖ **Escadas** de passagem dos moradores;
- ❖ **Vestíbulos** (espaço intermédio de entrada para cada apartamento);
- ❖ **Patamares**, incluindo o R/ch. (são locais de passagem);
- ❖ **Instalação eléctrica das escadas** e sua iluminação
- ❖ O Sistema de **Campainhas**;
- ❖ A **instalação eléctrica geral**;
- ❖ A **antena colectiva**;
- ❖ **Porta de entrada** dos blocos.

OS ESPAÇOS COMUNS SÓ SERÃO AGRAVÁVEIS SE TODOS OS
MORADORES CONTRIBUÍREM PARA ISSO



Os Espaços Comuns

Zonas Exteriores

Os **espaços exteriores comuns** são destinados a ser utilizados por todos os moradores que vivem no Agrupamento Municipal da Abilheira: pelo que o deverá fazer correctamente.

Eles são:

- ❖ As **zonas verdes** entre os prédios e os locais de passagem;
- ❖ O **sistema de rega**;
- ❖ As **zonas de lazer**;
- ❖ As **ruas**;
- ❖ Os **estacionamentos**;
- ❖ A **iluminação das ruas e outras áreas**;
- ❖ As **áreas de depósito de lixo** (contentores de lixo)
- ❖ **Zona de desporto** (campo de futebol).

Zonas e Instalações Comuns dos Edifícios

As **instalações comuns ao Edifício** são para utilização de todos os moradores, ninguém poderá por isso utilizá-las para fins particulares.

Elas São:

- ❖ O **Telhado ou os terraços de cobertura** ainda que destinados ao uso de qualquer fracção ou entradas;
- ❖ O **Solo** bem como os **alicerces, colunas, pilares, paredes mestras** e todas as partes restantes que constituem a estrutura do prédio;
- ❖ **Escadas** de passagem dos moradores;
- ❖ **Vestíbulos** (espaço intermédio de entrada para cada apartamento);
- ❖ **Patamares**, incluindo o R/ch. (são locais de passagem);
- ❖ **Instalação eléctrica das escadas** e sua iluminação
- ❖ O Sistema de **Campainhas**;
- ❖ A **instalação eléctrica geral**;
- ❖ A **antena colectiva**;
- ❖ **Porta de entrada** dos blocos.

OS ESPAÇOS COMUNS SÓ SERÃO AGRADÁVEIS SE TODOS OS
MORADORES CONTRIBUÍREM PARA ISSO



Regras de Utilização das Partes Comuns

Zonas Exteriores

Aos Moradores é Proibido :

- ⇒ **Danificar os candeeiros de iluminação.** Tal pode provocar situações de perigo para crianças e adultos;
- ⇒ **Danificar o sistema de rega,** e utilizar a água para outros fins que não a rega;
- ⇒ **Jogar à bola** junto aos **edifícios**, nos **parques** de estacionamento, ou nas zonas relvadas - existindo para o efeito um espaço próprio;
- ⇒ **Pisar áreas ajardinadas;**
- ⇒ **Estacionar** em locais que prejudiquem a circulação dos carros e das pessoas, pois existem **parques de estacionamento;**
- ⇒ **Os lixos domésticos** deverão ser depositados depois das 18 horas em sacos fechados, no caixote do lixo para evitar os maus cheiros;
- ⇒ **Abandonar** quaisquer **objectos** (papéis, latas, frascos, garrafas, vidros, etc.) **na via pública,** devendo sim colocá-los no caixote do lixo;
- ⇒ **Abandonar, na via pública,** sucata de ferro, aparas e demais **objectos** que possam ser considerados **ferro velho** ou **velharias,**
- ⇒ **Lançar** nas sarjetas **sujidade** ou **detritos** que possam vir a entupi-las.



À Câmara Municipal de Loulé - Compete:

- ❖ A Limpeza das ruas;
- ❖ A recolha do lixo;
- ❖ O tratamento das zonas verdes comuns, situadas entre os prédios e os locais de passagem;
- ❖ A manutenção e conserto do sistema de rega, desde que não haja má utilização por parte dos moradores, caso os problemas se devam a actos de vandalismo, os seus autores serão responsabilizados pelos danos causados.

É PROIBIDO USAR A ÁGUA DO SISTEMA DE REGA PARA OUTROS FINS QUE NÃO A REGA,



As Relações de Vizinhança

Depois das 22 horas, até às 8 da manhã é proibido perturbar a tranquilidade do edifício ou do Agrupamento, com vozes, cantares ou ruídos incómodos devendo regular as máquinas, aparelhos de som ou imagem, ou outros quaisquer, de forma a que o seu ruído não perturbe os demais moradores do edifício e dos outros blocos.

Não é permitido entre as 8.00 horas e as 22.00 horas:

- **Sacudir** para a **via pública tapetes, toalhas, carpetes, passadeiras** e quaisquer utensílios, e depois desta hora quando o fizer deverá fazê-lo sem prejudicar quem vive no piso inferior.
- **Regar vasos** e plantas em varandas ou sacadas, de forma a que água sobrança caia sobre a via pública ou sobre as varandas e janelas dos pisos inferiores.
- **Efectuar lavagens das varandas**, sem tapar o respectivo ralo especialmente com lixívia, deixando depois escorrer a água para a rua e varandas e janelas dos pisos inferiores. Um balde e respectiva esfregona resolve o problema, sem prejudicar as varandas ou roupas dos outros.

Acceite se um vizinho o chamar à atenção educadamente. Procure com ele uma solução para os problemas (**LEMBRE-SE QUE HOJE É ELE AMANHÃ PODERÁ SER VOCÊ...**)

Por favor não deite pontas de cigarro dentro do edifício (escadas, patamares, etc.), e no exterior do edifício.

PARA SUA PRÓPRIA SEGURANÇA MANTENHA A PORTA DA RUA SEMPRE FECHADA.

Colabore activamente na organização do seu bloco, participando nas reuniões, dando ideias e sugestões para melhorar o seu Agrupamento. Isso vai permitir conhecer os seus vizinhos e relacionar-se melhor com eles.



TENDO RESPEITO PELOS OUTROS RESPEITA-SE A SI PRÓPRIO.

Informações Úteis

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ -

Praça da República, n.º 5 - 8100 Loulé

Telefone: 400 600

Delegação de Quarteira - Av. Carlos Mota Pinto, Bloco 12

Telefone: 30 19 54/5

DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL

Loulé - Rua Nossa Senhora de Fátima - Junto ao Terminal Rodoviário

Telefone: 400 882 / Ext. 2882

Quarteira - Quinta do Romão, R/ch. Bloco C - 8125 Quarteira

Telefone: 30 29 14

Abilheira - Agrupamento Municipal da Abilheira - Bloco 3 - R/ch Esq.

Telefone: 31 27 62

BOMBEIROS DE QUARTEIRA

Telefone: 32 31 32

CENTRO DE SAÚDE DE QUARTEIRA

Telefone: 31 36 65

G.N.R.

Telefone: 31 56 62

JUNTA DE FREGUESIA DE QUARTEIRA

Telefone: 31 49 57

CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL - SERVIÇO LOCAL - Quarteira

Rua Gago Coutinho, R/ch

Telefone: 31 32 28

CORREIOS DE QUARTEIRA

8/9



Câmara Municipal de Loulé - Divisão de Acção Social

É IMPORTANTE CONVERSAR É IMPORTANTE RESPEITAR

A Utilização da Habitação

☞ **AREJE** diariamente a habitação. Mantenha as janelas abertas, pelo menos durante uma hora, por dia, deixe o sol entrar. Assim evita a humidade e fungos. Sempre que estas apareçam, lave com água e lixívia.

☞ Na pintura das paredes e tectos utilize tintas próprias.

☞ Mantenha bem vedadas as juntas entre os azulejos e em torno do lava loiças e banheira. Assim, evitará infiltrações de água.

☞ Certifique-se sempre que fechou as torneiras e conserte-as de imediato quando pingarem. Evita, assim, gastos de água e de dinheiro.

☞ Tenha cuidado ao pregar pregos ou ao fazer furos, para não danificar as tubagens de água, electricidade e gás.

☞ Tenha cuidado com a ligação dos aparelhos às tomadas, para evitar curto-circuito. Se tiver crianças tape as tomadas que não estão a ser utilizadas.

☞ Deve fechar o gás quando não o utilizar. Nunca acenda uma chama para verificar uma possível fuga, nem tão pouco mexa nos interruptores da luz, pois a faísca pode provocar uma explosão.

☞ Se notar alguma anomalia na tubagem ou acessórios do gás, deve avisar um técnico.

☞ Não deite substâncias nos canos, que os possam entupir e provocar maus cheiros (cabelos, caroços, escamas de peixe, resto de comida, etc.)

☞ Não deite pensos higiénicos, fraldas descartáveis, ou outros produtos que não se dissolvem na água, dentro da sanita.

☞ Para evitar maus cheiros na cozinha guarde o lixo em balde próprio num saco bem fechado.

☞ Não deve acumular roupa suja nem deixá-la de molho muito tempo.



Manual de Regras de Gestão Social - Agrupamento Municipal da Abilbeira

Telefone: 31 55 10

TÁXIS DE QUARTEIRA

Telefone: 30 01 60

FUNDAÇÃO ANTÓNIO ALEIXO

Av. José da Costa Mealha - 8100 Loulé

Telefone: 42 51 74

